

*Na intimidade
com Deus*

Benedickt Baur

NA INTIMIDADE COM DEUS

Pensamentos para as horas de recolhimento

BENEDICKT BAUR

Tradução por IA (ChatGPT)
do texto espanhol

A modo de introdução

«Duas são as finalidades que um livro pode perseguir, e ambas influenciam o seu estilo. Uma consiste em produzir no leitor uma certa impressão enquanto dura a leitura; a outra, em trazer à memória determinadas verdades, do modo mais adequado para que fiquem bem gravadas. O presente volume foi escrito com este fim e, por isso, preferi proceder com a máxima brevidade compatível com a clareza da exposição, tendo em conta a amplitude do tema e o quanto este se presta a equívocos.»

Repito aqui estas palavras do P. W. Faber na sua preciosa obra *O Progresso Espiritual*, porque creio que se podem aplicar ao presente trabalho. E posso acrescentar com o mesmo P. Faber: «a boa parte das páginas deste livro aplicou-se fielmente a máxima *nonum prematur in annum* (deve amadurecer durante nove anos)». O que aqui apresento ao leitor foi amadurecendo e agrupando-se no decurso de muitos anos. Os pensamentos que proponho às almas sedentas de perfeição para que os meditem foram a base de numerosos exercícios espirituais pregados em diversos lugares; a maior parte deles apareceu nos últimos anos da revista *Das Innere Leben (A Vida Interior)*.

Cedendo a numerosos pedidos para que publicasse todos os artigos refundidos num só livro, reelaborei-os profundamente, agrupando-os em torno de uma ideia diretora. É assim que os transmito às almas que sinceramente se esforçam pelo aperfeiçoamento da sua vida interior.

Sejam, pois, para todas elas, fontes de luz e de fervor, e guia na prática de um ascetismo fecundo e sereno!

Beuron, fevereiro de 1938.

BENEDIKT BAUR, O. S. B.

Arquiabade

Prólogo à quarta edição alemã

Ao cabo de mais de dez anos, *Still mit Gott* deve ser publicado novamente, em resposta aos pedidos de muitas pessoas. Nesta quarta edição foram introduzidas numerosas modificações, especialmente nos capítulos iniciais e nos que tratam da oração e da santa missa.

Beuron, 17 de setembro de 1951.

BENEDIKT BAUR, O. S. B.

Arquiabade

Prólogo à quinta edição alemã

Graças a Deus, senti-me com forças e tive, nestes últimos meses, o tempo necessário para modificar profundamente a obra *Still mit Gott*, acrescentando-lhe complementos importantes. Oxalá sirva de ajuda e de orientação a muitas almas no cultivo da vida interior!

Beuron, 15 de agosto de 1957.

BENEDIKT BAUR, O. S. B.

Arquiabade

I

A NOSSA VOCAÇÃO

«Vede que amor nos mostrou o Pai, ao querer que nos chamemos filhos de Deus; e nós o somos.»

1 Job 3, 1

1. Estamos destinados por Deus a participar da sua vida divina e a partilhá-la com Ele

Que quer Deus de nós? Quais são os seus desígnios a nosso respeito? Qual é o verdadeiro sentido da nossa vida como homens e como cristãos? Eis a questão fundamental.

Só a revelação sobrenatural, só o próprio Deus nos pode dar uma resposta segura e infalível a esta pergunta; e dá-no-la em cada página do Antigo e do Novo Testamento da Sagrada Escritura. Todas elas tratam do grande tema da inefável grandeza da nossa vocação e do nosso destino de participar na infinitamente sublime, rica e beatificante vida de Deus Pai, Filho e Espírito Santo. O sentido íntimo da nossa vida eleva-se infinitamente acima da esfera própria da nossa natureza humana, com todas as suas aspirações e faculdades. Deus destinou-nos, pela graça, «a fugir da corrupção dos prazeres do mundo e a tornar-nos participantes da natureza divina» (2 Ped 1, 3-4) e, por conseguinte, da vida divina, que partilhamos verdadeira e realmente, embora de modo misterioso e limitado, e cujo desenvolvimento começamos agora aqui na terra para o completar depois no céu.

«Eu vim», assegura-nos o Filho de Deus feito homem, «para que tenham vida e a tenham em abundância» (Jo 10, 10). A vida que Cristo nos quer dar é a vida de Deus; a vida que o Filho recebeu, ao encarnar, na sua natureza humana e que constantemente difunde sobre os seus, de modo

misterioso, através dos sacramentos. «Da sua plenitude todos nós recebemos» (Jo 1, 14).

«Deus é amor.» E o amor impele-O a partilhar as suas riquezas, os seus bens, numa palavra, toda a sua vida com o homem, com o pó, com o nada.

Este é o sinal distintivo de todo aquele que é verdadeiramente bom, nobre e generoso: sentir um impulso irresistível para se comunicar a outro ser, a fim de o tornar rico, grande e feliz. Teve, pois, Deus um sublime desígnio que quis realizar em mim, ao traçar-me um determinado caminho na vida e ao conceder-me um determinado número de anos para o percorrer: todas e cada uma das coisas da minha vida tendem para um único objetivo: a minha elevação ao plano da vida divina, para a possuir juntamente com Deus e viver dela.

Ao falar de copossessão e convivência, não queremos dizer que venhamos a ser iguais a Deus, deixando assim a nossa condição de criaturas. Nem tão-pouco imaginamos que uma parte do ser ou da vida de Deus venha a ser enxertada em nós, tornando-se desse modo algo propriamente nosso. Nem sequer pensamos que poderíamos viver essa vida divina com a sua mesma plenitude infinita, ou como a vive o Verbo, gerado da substância do Pai e consubstancial com Ele. O que queremos dizer é que Deus, pela força da sua caridade, infunde em nós algo — a graça santificante — pelo qual alcançamos uma pureza, uma beleza e uma santidade limitadas, mas que, na realidade, são próprias da essência divina e só a ela pertencem essencialmente. Tornada semelhante a Deus uma alma assim enriquecida, podemos chamá-la, na linguagem dos Padres da Igreja, «divina» e «deiforme», porque é reflexo daquela magnificência, beleza, santidade e plenitude que distinguem Deus de tudo o que foi criado e O colocam num plano infinitamente elevado acima de tudo o que não é Ele.

Quando a vida divina se difunde na nossa alma, acontece-nos algo semelhante ao que sucede ao ferro: o ferro que é colocado no fogo continua a ser ferro, mas vai perdendo a sua dureza e a sua cor naturais para adquirir, em contrapartida, o brilho, o ardor e a energia que são próprios do fogo e não do ferro. Em virtude da graça santificante, a alma adquire uma qualidade nova, algo que ultrapassa em muito a sua natureza, algo graças ao qual se transforma em imagem de Deus, em «deiforme» ou semelhante a

Deus, e adquire a capacidade de viver a vida de Deus de modo perfeito, embora limitado. Apesar de este algo novo e superior ser também criado e totalmente diverso da vida de Deus, basta para nos elevar altissimamente acima da nossa natureza humana, e até acima da natureza angélica, e faz com que possamos estabelecer relações completamente insuspeitadas com Deus, connosco mesmos, com o próximo, com todas as coisas e com a vida.

Neste sentido, e só neste, se deve entender a expressão «vida divina em nós».

Nós, os homens, podemos e devemos ser coparticipantes desta vida divina; nós que, por causa do pecado original, somos «filhos da ira» (Ef 2, 3), «vasos de ira preparados para a perdição» (Rom 9, 22) e que, contudo, a infinita benignidade de Deus transforma em «vasos de misericórdia, fazendo ostentação das riquezas da sua glória sobre aqueles que por Ele foram destinados à mesma» (Rom 9, 23).

Nós, os homens, participamos da vida divina na glória eterna dos céus.

Aí será realidade eterna e beatificante aquilo que nos está prometido: «Eis o tabernáculo de Deus entre os homens. Habitará com eles, e eles serão o seu povo, e o próprio Deus estará com eles. Enxugará todas as lágrimas dos seus olhos; já não haverá morte, nem luto, nem clamor, nem dor, porque as primeiras coisas passaram» (Ap 21, 3-4). Como diz o Concílio Vaticano, «Deus, na sua infinita bondade, destinou o homem a participar dos bens divinos, que ultrapassam toda a inteligência humana» (Sessão III, cap. 2).

Deus plasmou sabiamente a nossa natureza humana de tal modo que, sempre e em toda a parte, o desejo ardente do nosso espírito e do nosso coração tende para o infinito, para o eterno, e não encontra repouso senão n'Ele. O nosso espírito reclama um saber sem limites; o nosso coração exige um amado que o possa saciar para sempre e torná-lo eternamente feliz; os nossos transitórios gozos terrenos aspiram a desembocar numa bem-aventurança sem fim. O que há de mais notável no homem tende para amplitudes e profundidades infinitas: em última análise, para a copossessão da vida divina.

Na vida eterna que nos espera no céu, «desaparecerá tudo o que é imperfeito» (1 Cor 13, 10); então, sim, teremos «vida, e vida em abundância» (Jo 10, 10), «seremos semelhantes a Ele» (1 Jo 3, 2), possuiremos a vida de modo semelhante ao seu, já não como aqui na terra, apenas como um momento parcial e fugaz da nossa existência, mas para sempre, na sua força e plenitude indivisas, tal como Deus a possui simultaneamente e por inteiro, pelos séculos dos séculos.

As faculdades do nosso espírito serão penetradas, transformadas e iluminadas por uma nova luz, uma luz que se acende ao contacto com a chama da divindade e que, uma vez acesa, continua a brilhar eternamente em toda a plenitude da sua força e do seu ardor. Por meio desta luz abrangeremos num só olhar o infinito, as suas profundidades insuspeitadas, as suas ilimitadas amplitudes. Vê-lo-emos «tal como Ele é» (1 Jo 3, 2): sem véus, claramente, num único e eterno acto de visão. Não como aqui na terra, passo a passo, em contínua luta inquieta, em constante tactear, sempre incerto, sempre laborioso, inquieto e insatisfeito, mas com uma plenitude eternamente perfeita. O nosso espírito participará então da sublimidade e perfeição da visão divina e concluirá para sempre a nossa dolorosa tarefa de amor fragmentário. Seremos absorvidos pela chama do amor divino e por ela cativados.

Amaremos num acto eterno de caridade, único e ininterrupto, semelhante ao de Deus. Ao contacto com a chama do amor divino, o nosso amor terá sido renovado à imagem do seu: amaremos com força serena e inteira tudo o que é de Deus, tudo o que Ele encerra em Si mesmo e tudo o que Ele ama amorosamente e foi criado por Ele.

Quem pode compreender aquilo que Deus quer fazer de nós, os homens, e aquilo que fará, apesar da nossa absoluta indignidade? A única coisa que podemos fazer é admirar-nos e irromper numa contínua ação de graças; e é isso também que faremos eternamente na outra vida, nas alegrias do céu para as quais Deus nos destinou.

Também aqui na terra temos o inestimável privilégio de participar da vida divina; pois «assim como o Pai tem a vida em Si mesmo, assim também concedeu ao Filho ter a vida em Si mesmo» (Jo 5, 26), a mesma vida que possui o Pai. Procedente do Pai, a torrente da vida divina derrama-

se sem limites, em plenitude incriada e incessantemente, no Filho, no Verbo, que é «Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro». Ao fazer-Se homem pela encarnação, a imensa torrente da vida divina irrompeu no mundo criado e, antes de mais, na natureza humana assumida pelo Filho de Deus no seio da Virgem. «Cheio de graça e de verdade, e da sua plenitude todos nós recebemos» (Jo 1, 14-16). O eterno Filho de Deus, em virtude da assunção da natureza humana, tornou-Se para nós uma espécie de videira, como Ele próprio Se designa: «Eu sou a videira, vós os ramos. Quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto» (Jo 15, 5). O ramo recebe em si a vida que se difunde da videira; do mesmo modo recebemos nós, os ramos, a vida de Cristo, se formos incorporados n'Ele. E não devemos temer que a nossa vida natural e humana venha a extinguir-se nesta união vital com Cristo; pelo contrário, será irrigada pela sua vida e mergulhada na sua plenitude e fecundidade. Deste modo, a nossa vida sobrenatural será tão sublime, tão vigorosa e tão fecunda, que ultrapassará incomensuravelmente todas as grandezas meramente humanas e todos os valores naturais.

O Filho de Deus fez-Se homem e imolou-Se na cruz precisamente para que pudéssemos participar da vida divina. «Porque Deus amou tanto o mundo que lhe deu o seu Filho unigénito, para que todo aquele que n'Ele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (Jo 3, 16).

Participamos desta vida divina unindo-nos a Cristo, incorporando-nos n'Ele pela fé e pela receção do sacramento do santo batismo. O batismo é um renascimento (1 Ped 1, 23), um nascimento «segundo Deus, e não segundo a carne» (Jo 1, 13; 1 Jo 3, 9). Os batizados somos uma «nova criatura» (Gal 3, 10; 2 Cor 5, 17), um «homem novo» (Ef 4, 24; Gal 3, 10), coparticipantes da vida divina que nos foi infundida, «filhos de Deus» (Jo 1, 12).

Aquilo que se iniciou no batismo vai desenvolvendo-se num crescimento constante em direção à perfeição por meio do sacramento da Santíssima Eucaristia. Nela vem a nós o próprio Senhor, como Deus e como homem. «Vim para que tenham vida, e a tenham em abundância.» Todos os dias quer saciar-nos com a sua vida, para nos introduzir cada vez mais profundamente na sua intimidade e identificar-nos com o seu modo de

pensar e de querer, com os seus juízos e o seu amor, a sua oração e a sua constante oblação, de modo que, possuindo a sua vida, possamos chegar a dizer, sem receio de nos enganarmos: «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim.» A Santíssima Eucaristia é «o pão de Deus que desceu do céu e dá a vida ao mundo» (Jo 6, 33). «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue terá a vida eterna, e Eu o ressuscitarei no último dia» (Jo 6, 48; 51, 54).

Cheios de santa admiração, meditemos no sublime mistério de termos sido chamados e escolhidos para participar da vida divina; nada maior nos podia ter sido dado, nem nos pode ser dado. Que significa a vida puramente natural e humana, tanto corporal como espiritual, perante esta vida divina? Que são o talento, o génio, a ciência, os bens terrenos, o favor e a estima dos homens, a saúde, a força física ou espiritual, o prestígio, o poder e tudo quanto a vida terrena nos pode oferecer? Que tristeza seria se não conhecêssemos o dom de Deus, se não o estimássemos no seu justo valor!

Só Deus pode saber quantos são aqueles que preferem trocar o único bem verdadeiro, a participação da vida divina, por um bem terreno, passageiro e vão. «Senhor, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem!»

2. Estamos destinados por Deus a viver a sua vida divina

Realmente, somos participantes da vida de Deus, embora de modo limitado e criado. Esta participação na vida divina impele-nos e obriga-nos a apropriarmo-nos dela, a realizá-la em nós, imitando-a, vivendo-a em união com Deus, pois só participamos verdadeiramente da vida divina quando a vivemos simultânea e intimamente com Ele. Quer dizer, alcançamos essa participação pela união do nosso espírito com Deus, e um espírito só se une a outro pela realização comum dos seus actos vitais.

Com esta reflexão abre-se diante de nós um novo horizonte e uma nova excelência da nossa vocação: na participação da vida divina, trata-se nada menos do que de assimilar o modo de pensar, de conhecer, de querer e de amar próprio de Deus, e assim viver com Ele; trata-se de agir sempre de tal modo que nos unamos continuamente à obra de Deus, que vive na nossa alma. União, certamente, à maneira humana e limitada, em absoluta

submissão a Deus e em completa e livremente consentida obediência à sua vontade.

Viver a vida de Deus, partilhar o seu modo de pensar e de amar, executar de comum acordo os desígnios divinos, que grandeza! A nossa vida já não se move dentro do estreito plano dos critérios, juízos, aspirações e acções meramente humano-naturais; torna-se vida «sobrenatural», vida elevada a um nível infinitamente superior ao de toda a vida puramente humana e que se vai aproximando gradualmente da infinitamente rica e poderosa vida de Deus. Este, que vive e opera na alma assim enriquecida, enche-a da sua luz, da sua pureza, da sua aversão a tudo o que é impuro e mau, dos seus pensamentos, do seu poder, do seu amor e da sua felicidade.

E assim a alma torna-se «deiforme», imagem pura e resplandecente de Deus, manifestação e irradiação da vida de Deus, não apenas na sua própria substância, mas também no seu modo de pensar e de amar, nos seus sentimentos e em toda a sua conduta. Este é o segredo dos nossos santos; eles compreenderam-no bem e plasmaram nas suas vidas, com a graça de Deus, a vida, os sentimentos e os desígnios divinos que experimentaram no santuário íntimo das suas almas.

Esta é a excelsa missão para a qual fomos chamados: viver a vida do Deus santo, forte e imortal.

Viver a vida de Deus! Para isso desce às nossas almas o Deus infinito, Pai, Filho e Espírito Santo, estabelecendo nelas a sua tenda e a sua morada. Somos morada de Deus! «Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará; viremos a ele e nele faremos morada» (Jo 14, 23). Com efeito, o Pai, o Filho e o Espírito Santo habitam na alma que possui a graça santificante e vivem nela a mesma vida santa, rica e feliz que vivem no céu. O Deus santo e amoroso entrega-Se à alma, penetra-a, inflama-a, vivifica-a com a plenitude da sua luz, do seu poder e da sua santidade; atrai-a para o seio da sua própria vida juntamente com todo o conjunto das suas faculdades e das suas acções. Não pode a alma deixar de viver, com alegria e com entrega pessoal amorosa, plena mas livre, a mesma vida que Deus vive na sua intimidade infinita. Assim se vê cada vez mais dominada e transformada pela torrente da vida divina. Vai-se elevando progressivamente acima do plano meramente natural e humano, deixando

para trás a sua impotência, a sua estreiteza de vistas e o seu apego ao que é vil, efémero e passageiro. Vai-se desprendendo dessa difícil cadeia que é o amor desordenado ao «eu», do apego às coisas, acomodando-se progressivamente às exigências da vida de Deus, e a sua vida torna-se deiforme, torna-se uma vida santa.

Cristo, o Filho de Deus feito homem, vive diante de nós essa vida divina de forma visível, intuitiva, acessível e humanizada.

Aquilo que pensa e quer, aquilo que faz e omite, a sua oração e o seu sacrifício, as suas obras e a sua doutrina, tudo constitui a manifestação da vida divina sob forma humana entre nós e para nós, os homens. Por isso nos diz o Pai: «Escutai-O» (Mt 17, 5); por isso o Senhor nos exorta, reunindo-nos à sua volta: «Aprendei de Mim» (Mt 11, 29). Deus vive diante de nós a sua vida divina na pessoa de Cristo. Quem vive com Cristo a vida divina tem de escolher, como Ele, a pobreza, a submissão à vontade alheia, o abaixamento, a humilhação diante dos homens, a privação, a cruz, a vida retirada de silêncio e oração; numa palavra, precisamente aquilo que o homem natural evita e procura afastar de si por todos os meios. «Aprendei de Mim.»

A nossa sublime vocação é «sermos conformes à imagem do seu Filho» (Rom 8, 29), «revestirmo-nos do Senhor Jesus Cristo» (Rom 13, 14), para que «assim como trouxemos a imagem do homem terreno, tragamo-nos também a imagem do homem celeste» (1 Cor 15, 49).

Quanto mais realizarmos em nós a imitação de Cristo, tanto mais viveremos a vida divina e seremos «deiformes», semelhantes a Deus. Daí que a imitação de Cristo ocupe o centro da vida e da aspiração cristã, como exemplo e modelo da nossa possibilidade de viver a vida de Deus na nossa condição de criaturas humanas e de alcançar a perfeição.

Para que efectivamente vivamos esta vida divina e possamos dar um valor divino às nossas acções, fadigas e preocupações quotidianas, Cristo, nosso Senhor, admite-nos à comunhão de vida consigo e transforma-nos em membros do seu Corpo, em ramos da videira que Ele é. «Eu sou a videira, vós os ramos. Quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto, porque sem Mim nada podeis fazer» (Jo 15, 5-6). Com o fim de nos fazer

viver a sua vida divina, Cristo incorporou-nos em Si no santo baptismo e fortalece esta incorporação em cada comunhão que recebemos, concedendo-nos força para superar as maneiras de pensar, sentir e agir puramente naturais e humanas, e mantendo-nos na convivência e prolongamento da sua vida, do mesmo modo que a videira faz com o ramo.

Além disso, no santo baptismo, Deus infundiu-nos, juntamente com a graça santificante, todas as virtudes sobrenaturais: as três virtudes teologais — fé, esperança e caridade — e as quatro virtudes cardeais — prudência, justiça, fortaleza e temperança — e, em perfeita ligação com elas, toda a complexa série das restantes virtudes sobrenaturais, que formam o séquito da graça santificante, como a virtude da veneração de Deus, a humildade, a castidade, a paciência, a obediência, etc. Estas virtudes sobrenaturais, que no princípio são delicadas sementes, lançam raízes na nossa alma e desenvolvem-se até se converterem em disposições habituais, mediante as quais podemos afastar de nós, com certa naturalidade e segurança, tudo o que é mau, e compreender e suportar a vida quotidiana com as suas pequenas contrariedades, os homens, as obrigações, os dissabores e os sofrimentos, quase por nossa conta e apoiados em nós mesmos. Tudo isto o fazemos de um modo que contrasta com os juízos, sentimentos e vivências do homem mundano; fazemo-lo de um modo semelhante ao divino: como Ele vê, julga, pensa e avalia as coisas e os homens, os seus pensamentos, as suas intenções e as suas obras, ou seja, de um modo «sobrenatural».

Por isso é fundamental a virtude da santa fé.

Pela fé elevamo-nos infinitamente acima da capacidade e da luz da razão natural. A fé ilumina sobrenaturalmente a razão, proporcionando-lhe as forças necessárias para se identificar com os juízos e critérios de Deus e poder ver tudo, se nos é permitida a expressão, com os próprios olhos de Deus. Pela fé, o nosso espírito une-se tão íntima e estreitamente ao Espírito de Deus que assimila o modo divino de pensar, julgar e conhecer, a sua sublimidade, certeza e verdade. O acto de fé excede toda a capacidade racional natural e humana: é um acto «sobrenatural» de participação no conhecimento divino, um ver com os olhos de Deus, um julgar e avaliar segundo as medidas de Deus. Por isso é a fé, e só ela, que está em condições de admitir e compreender teoricamente as bem-aventuranças do

sermão da montanha e, se chegar a ser viva, também praticamente: a bem-aventurança dos pobres em espírito, dos mansos, dos aflitos, dos pacíficos, dos injuriados, desterrados e perseguidos por amor de Cristo. A fé proporciona-nos uma atitude perante as coisas e os acontecimentos, um juízo e uma avaliação dos mesmos, que o pensamento puramente natural jamais poderia alcançar por si só e que, precisamente por isso, aos olhos dos homens meramente racionalistas parece algo totalmente irracional e antinatural, que deve ser rejeitado.

A segunda virtude fundamental é a virtude sobrenatural da esperança, que nos é infundida na alma, mediante o santo baptismo, juntamente com a semente da fé e da caridade. Ela é a força motriz da vida cristã. Ela oferece-nos a segura expectativa da bem-aventurança eterna que Deus nos prometeu e que o nosso Redentor nos mereceu. Ela dá-nos a firme convicção de que Deus nos concederá todos os meios necessários para a nossa salvação eterna. Uma vez que Deus empenhou a sua palavra, confiamos alcançar, com a sua graça, a glória que nos prometeu. Sabemos, sim, as dificuldades que cercam a conquista da vida eterna. Conhecemos também a desproporção das forças humanas para a conquista do Reino de Deus. Reconhecemos de bom grado que «não somos capazes de pensar por nós mesmos alguma coisa (sobrenaturalmente boa)» (2 Cor 3, 5). Apesar de tudo, exclamamos com o Apóstolo: «Tudo posso n'Aquele que me fortalece» (Flp 4, 13).

Aqui reside o segredo do cristão: quanto menos confiar nas suas próprias forças para se salvar, tanto mais terá à sua disposição a ajuda e a graça de Deus. E quanto mais contar com a graça e a ajuda de Deus, com a sua fidelidade e onnipotência, tanto mais terá consciência de que Deus colabora com ele, e poderá dizer com o Apóstolo: «Basta-me a sua graça, porque é na fraqueza que a força se manifesta plenamente. De muito boa vontade, pois, continuarei a gloriar-me das minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo. Por isso me comprazo nas enfermidades, nos opróbrios, nas necessidades, nas perseguições e nas angústias por amor de Cristo; pois, quando pareço fraco, então é que sou forte» (2 Cor 12, 9-10). Na indigência do cristão revelam-se o poder onnipotente e a ação universal de Deus, aos quais o cristão adere nos seus pensamentos, desejos e ações sobrenaturais, colaborando com Deus em completa submissão à sua

vontade. Alegre, vitorioso, transbordando ânimo e confiança em Deus, pode fazer sua a expressão do Apóstolo: «Tudo posso». E «a esperança não será confundida, porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado» (Rom 5, 5).

«Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; mas a maior de todas é a caridade» (1 Cor 13, 13). A caridade do cristão é inteiramente nova, divina; é uma participação na caridade de Deus. É uma caridade completamente impregnada do ardor e da pureza da caridade divina e, por isso, pertence àquela espécie singular de amor que é própria de Deus.

Deus ama-Se a Si mesmo e ama tudo o que criou: ama-Se a Si mesmo como o bem supremo que compreende e resume toda a bondade; ama os seres criados precisamente por amor, como reflexo, imagem e irradiação do seu próprio ser, como seres nos quais Se reconhece e Se reencontra, nos quais ama a Si mesmo. A nossa condição de cristãos eleva-nos a esta forma divina de amar: amamos Deus por Si mesmo; os seres criados, os homens e as coisas, amamo-los por amor de Deus e em relação com Deus, isto é, como Deus os ama. Com o nosso amor entramos em Deus, e tudo o que amamos, amamo-lo a partir de Deus. Assim, os cristãos amam Deus e tudo o que Ele criou do mesmo modo que Ele ama. A nossa caridade fica, deste modo, inserida na torrente de amor infinitamente santo com que Deus ama e orientada para Ele. É uma caridade verdadeiramente sobrenatural, elevada imensamente acima de todo o amor puramente humano e natural, por mais nobre que seja; quanto mais acima ainda do amor impuro, sensual e instintivo. A caridade cristã é aquele amor de que está escrito: «O amor de Deus foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado» (Rom 5, 5).

Porque havemos, então, de admirar-nos de que a caridade cristã seja tão vigorosa, tão pura e tão heroica, e de que tudo supere? «A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não é jactanciosa; não se ensoberbece; não é descortês, não procura os seus interesses, não se irrita, não guarda ressentimento; não se alegra com a injustiça, mas compraz-se com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» (1 Cor 13, 4-7). A caridade cristã é tão sublime e poderosa precisamente porque é uma

participação na caridade divina; penetra e cativa a nossa vontade de tal modo que a assimila à vontade de Deus, fazendo-a participar dos seus desígnios, sempre infinitamente santos e puros.

E poderá haver para nós algo mais santo e mais consolador do que partilhar a vontade divina e fundir os nossos desejos nos de Deus? Feliz aquele que alcançou este «amor de conformidade» em tudo, nas alegrias e nos sofrimentos, e já não atende aos seus próprios desejos e caprichos, por se ter mergulhado totalmente na identidade com a vontade divina!

Mas a nossa vocação cristã eleva-se ainda mais alto. No baptismo foram-nos infundidos, além da graça santificante e das virtudes sobrenaturais, os chamados dons do Espírito Santo: o dom da sabedoria, do entendimento, do conselho, da piedade, da ciência, da fortaleza e do temor de Deus. Embora esteja submetida ao influxo da graça, a nossa natureza continua sempre sujeita aos efeitos do pecado original, isto é, à sua própria imperfeição, e não é capaz de aspirar por si mesma, de modo perfeito, à meta sobrenatural. Falta-lhe esse impulso interior, tão peculiar e tão necessário em cada momento, para se elevar aos cumes da santidade cristã. Mas Deus quer que escalemos esses cumes; para isso infunde na nossa alma os dons do Espírito Santo, que nos capacitam a seguir sem resistência o chamamento de Deus e a deixarmo-nos levar pelo sopro do divino Espírito até às alturas da existência cristã. Passamos a ser dominados e movidos por um poder totalmente novo: já não pelas ponderações e reflexões humanas, mas directamente pelo próprio Espírito Santo, que nos impele.

Podemos comparar-nos a uma barca sobre a água que já não avançasse a golpes de remo, mas deixando que o vento enfunasse as suas velas. Possuídos e conduzidos pelo Espírito Santo, realizamos obras verdadeiramente santas e, nelas, elevamo-nos acima do modo de agir meramente humano. A nossa vontade humana adquiriu o ritmo e a regularidade do querer e do agir de Deus; as nossas acções são mais d'Ele do que nossas. É então que experimentamos como nunca quão verdadeiro é que, para além de todo o nosso querer e agir puramente humano, estamos totalmente absorvidos no querer e no agir divinos. «Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor» (1 Cor 1, 31), «pois é Deus quem opera em nós o querer e o agir segundo o seu beneplácito» (Flp 2, 13).

O cume da nossa vocação, pensar, querer e agir sempre à maneira divina, numa palavra, viver a vida de Deus, alcança a sua realização perfeita na vida futura, no céu. Então «seremos semelhantes a Ele, porque O veremos tal como Ele é» (1 Jo 3, 2). «Agora vemos como por um espelho, obscuramente; então veremos face a face. Agora conheço apenas em parte; então conhecerei como sou conhecido» (1 Cor 13, 12). Conhecer Deus tal como Ele é em Si mesmo, em toda a plenitude do seu ser, das suas perfeições, da sua sabedoria, da sua justiça e misericórdia, da sua pureza e santidade, da sua fecundidade infinita que se desdobra eternamente nas três divinas Pessoas! A esta contemplação de Deus unir-se-á um êxtase de amor nunca experimentado aqui na terra, que enche e arrebatava toda a alma, um amor que a torna profundamente feliz, um amor que jamais se extinguirá.

Mas como é possível esta visão de Deus e este eterno êxtase de amor? Somente porque Deus nos permite participar da sua natureza, e do seu modo de Se conhecer e de Se amar, e assimilar esse conhecimento e esse amor. Deste modo adquiriremos uma consciência eterna do que significa ter nascido de Deus (Jo 1, 13), ser «participantes da natureza divina» (2 Ped 1, 4), «filhos de Deus e herdeiros do céu» (Rom 8, 16-17). Por este caminho alcançaremos o nosso fim último, que não está em nós mesmos, mas em Deus, na santificação do seu nome e no cumprimento da sua vontade. Tudo o que o homem é, tudo o que possui, os seus dons de natureza e de graça, a sua santidade e a sua virtude, a sua vida, o seu futuro, os seus bens, tudo o que não é propriamente Deus, é apenas meio e caminho para a obtenção do fim último: a glorificação de Deus. Quanto mais perfeitamente participarmos e vivermos a vida de Deus, tanto mais os nossos sentimentos e aspirações, os nossos sofrimentos e as nossas obras serão uma exaltação de Deus, e tanto mais ficaremos absorvidos na admiração da sua plenitude infinita, amando-O e saboreando a sua própria felicidade; e, saciados pela torrente das suas delícias, cantaremos incessantemente os seus louvores.

Participando da vida de Deus, cumprimos o principal mandamento, no fundo o único, que Deus nos deu: «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com toda a tua mente e com todas as tuas forças» (Mc 12, 30). «Amarás!» «O amor é a suprema glorificação. Ao amar, concentramos todo o nosso ser e todo o nosso querer e colocamo-los ao serviço daquele que amamos.» «Amarás!» Este é o grande mandamento

que compreende todos os outros, o grande dever que encerra todos os deveres. É nulidade e vaidade tudo o que não aspira a glorificar Deus pelo caminho do amor. Ao chamar-nos à existência, Deus criou-nos para que Lhe demos glória; e para que, vivendo a sua vida divina, alcancemos aquilo que o nosso ser incessantemente reclama: a nossa salvação, a nossa felicidade. Deus ligou os nossos interesses aos seus, a nossa vida à sua vida, a nossa felicidade à sua felicidade, e importa ter isto bem presente: só teremos verdadeira felicidade se O glorificarmos e servirmos, e na medida do amor com que O servirmos.

Deus dispôs as coisas deste modo para nosso bem, para o bem de nós, os homens. Apenas para que sejamos felizes, nos dá mandamentos, nos envia fadigas e provações, amarguras e sofrimentos nesta vida terrena; chamou-nos a uma meta altíssima, e esses são os únicos meios para a alcançar.

E nós, os homens, que fazemos? Pensamos tão pouco naquilo que mais nos importa, preocupamo-nos tão pouco em saber qual é o plano de Deus a nosso respeito! Bem depressa esquecemos a gratidão devida ao Filho de Deus. Se Ele não tivesse vindo, se não tivesse tomado sobre Si a cruz, se não tivesse expiado os nossos pecados com a sua morte, teríamos sido lançados para sempre nas profundezas do inferno, na eterna escuridão e morte.

«Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância» (Jo 10, 10).

Vivamos mais da fé! Que ânimo ganharíamos e que felicidade sentiríamos se a nossa consciência se deixasse penetrar pela grandeza dos desígnios divinos a nosso respeito!

II

PARA DEUS

«Considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus.»

Rom 6, 11

Participar da vida divina: eis o cume para o qual somos encaminhados.

Mas Deus vive por Si mesmo, tem em Si mesmo o seu fim e o seu objecto; ao contrário de nós, que os encontramos noutras coisas, no exterior. N'Ele se contém a plenitude de todo o bem e de tudo o que é desejável, e esta plenitude é tão imensa que não pode ser completada nem aumentada por nenhum outro bem.

Os seres que existem fora d'Ele são apenas uma revelação, um reflexo, uma emanção e uma irradiação da plenitude de bem que Deus encerra em Si mesmo; todos eles são infinitamente inferiores a Ele; em conjunto e em particular, nada são em comparação com Ele. Que podem ser, pois, para Deus? O único bem pelo qual Ele pode viver, o centro de todo o viver e querer divinos, não pode ser outro senão a sua própria infinitude. Deus vive a sua própria vida; e nós, os homens, vivemo-la com Ele. Também nós, portanto, vivemos, em última análise, única e exclusivamente para Deus.

1. O facto: vivemos para Deus

Vivemos a vida de Deus «em Cristo Jesus», a Cabeça a que pertencemos como seus membros.

D'Ele nos afirma o Apóstolo: «morrendo, morreu para o pecado uma vez para sempre; mas vivendo, vive para Deus» (Rom 6, 10). A sua vida humana e a sua vida na terra estão totalmente consagradas a Deus. «Não procuro a minha vontade, mas a vontade d'Aquele que Me enviou» (Jo 5, 30); «não procuro a minha glória; há quem a procure e julgue» (Jo 8, 50); «o meu alimento é fazer a vontade d'Aquele que Me enviou e consumir a

sua obra» (Jo 4, 34); «Eu faço sempre o que Lhe agrada» (Jo 8, 29). Quando São Paulo quer resumir numa só palavra o espírito e a vida do Verbo Encarnado, não encontra melhor expressão do que esta: «fez-Se obediente até à morte, e morte de cruz» (Flp 2, 8). Cristo viveu para o Pai durante todos os anos que passou na terra; para a glória, a vontade, os desejos e as intenções do Pai vive ainda, dia e noite, nos silenciosos tabernáculos das nossas igrejas. Toda a sua vida é amorosa dedicação ao Pai. No sacrifício quotidiano une-nos a nós, membros do seu Corpo místico, às suas orações e louvores. É tão grande o seu amor ao Pai que O leva a multiplicar em nós a dedicação a Deus que constitui toda a sua vida.

Por esta razão nos incorporou em Si no santo baptismo. Os homens recebem dos seus pais a vida natural, mas eles não podem impedir que contraíamos o pecado original no preciso momento em que nos dão a vida. Se o Senhor não nos elevasse até Si, permaneceríamos presos aos desejos da carne. «Mas Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, estando nós mortos pelos nossos pecados, deu-nos vida (no santo baptismo) por Cristo» (Ef 2, 4-5).

Renunciámos ao demónio, à carne e ao mundo com os seus prazeres e vaidades; pronunciámos o nosso decidido *abrenuntio* a tudo o que é contrário a Deus, a tudo o que nos afasta e separa d'Ele. À pergunta: «Crês em Deus Pai, Filho e Espírito Santo?», respondemos que cremos.

«Creio»: isto é, entrego-me a Deus, tomo o seu partido. Consagro-me a Deus com todo o meu ser, com toda a minha vontade, com todos os meus sentidos e faculdades. E então fomos baptizados «em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo».

Desde esse momento já não nos pertencemos. Não vivemos para nós mesmos, nem para criatura alguma, quer se chame homem ou coisa, ciência ou arte, trabalho ou prazer, riqueza ou saúde ou beleza. Desde esse momento pertencemos a Deus em Cristo Jesus, e vivemos com Cristo para o Pai.

Este é o significado do santo baptismo.

Fomos baptizados para participar na celebração do sacrifício eucarístico, centro e vértice de toda a vida cristã.

No momento do ofertório, depositamos sobre o altar, pelas mãos do sacerdote, juntamente com os dons do pão e do vinho, o nosso coração, a nossa personalidade, os nossos desejos e inclinações, tudo o que somos, temos e podemos, tudo o que nos alegra e tudo o que nos faz sofrer. «Com espírito de humildade e coração contrito sejamos acolhidos por Vós, Senhor» (ofertório); queremos tornar-nos uma pura oferenda a Deus, à semelhança de Cristo nosso Senhor, que Se sacrifica por nós, queremos ser um só espírito e uma só vontade com Ele.

No ofertório, desprendemo-nos de tudo o que não é o próprio Deus e de tudo o que não está consagrado à sua glorificação; renunciemos a todo o movimento de amor-próprio, a todo o apego desordenado às coisas criadas. Só assim nos preparamos para ser oferecidos juntamente com Cristo. Na consagração, transformamo-nos, com Ele, numa «hóstia pura, santa e imaculada», elevados acima de tudo o que é criado em Cristo e com Cristo, entregues e consagrados a Deus. O dia que começámos com esta participação no sacrifício eucarístico fica consagrado ao Senhor: pertence-Lhe inteiramente e sem reservas. Pertencem-Lhe os nossos pensamentos e todo o nosso amor. Pertencem-Lhe as nossas obras, os nossos trabalhos e todos os instantes da jornada. Com efeito, durante a consagração também nós fomos consagrados a Deus com Cristo e, como Ele, vivemos já unicamente para o Pai. E, na comunhão, o próprio Jesus habita nas nossas almas: «Eu vivo e vós também vivereis» (Jo 14, 19). Ele é o canal que conduz às nossas almas as caudalosas águas da sua vida santa, toda entregue ao Pai. «Assim como o Pai, que vive, Me enviou, e Eu vivo pelo Pai, assim também aquele que Me come viverá por Mim» (Jo 6, 57). Jesus une a alma ao amor com que, como Filho, ama o Pai; introduz-la no seu coração, reveste-a da sua ardente caridade, para que «n'Ele, com Ele e por Ele» ame o Pai e viva para o Pai. Jesus ensina-a e impele-a a adorá-Lo, a louvá-Lo, a entregar-se a Ele, tal como o próprio Jesus faz.

Vivamos a vida de Cristo, assimilemos os seus modos de pensar e de querer. Que também de nós se possa dizer: «bem sabemos que vive para Deus», com o espírito e a força de Cristo (Rom 6, 10).

Para os religiosos há ainda uma consideração a acrescentar. Pronunciámos votos de pobreza, castidade e obediência. Com que finalidade? Para nos desprendermos consciente e livremente, com a ajuda desses santos votos, de toda a espécie de pesada ligação aos bens materiais, aos afectos terrenos e à nossa liberdade pessoal. Unicamente para podermos viver total e livremente para Deus e para o seu amor.

Para Deus em tudo e para sempre! Se Deus vive exclusivamente para Si mesmo, vivamos nós exclusivamente para Ele. «Considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus» (Rom 6, 11).

2. Que encerra esta «vida para Deus»?

«Cristo, morrendo, morreu para o pecado uma vez para sempre.» Nós participamos da sua vida. «*Considerai-vos também vós mortos para o pecado*» (Rom 6, 10-11).

O primeiro passo na «vida para Deus», o decisivo, consiste, portanto, em morrer para o pecado, em romper completa e incondicionalmente, não só com o pecado mortal, mas também com o venial, com as imperfeições e infidelidades conscientes e deliberadas. Se queremos viver para Deus, devemos libertar-nos de toda a participação no pecado; devemos estar dispostos a qualquer sacrifício para nos preservarmos de um pecado ou de uma infidelidade consciente; devemos afastar-nos, com vontade inflexível, de toda a ocasião de pecado. Abandonemos os caminhos largos que conduzem à perdição (Mt 7, 13). As opiniões e os critérios dos filhos deste mundo nunca mais deverão influenciar a nossa conduta, pois sabemos que «tudo o que há no mundo é concupiscência da carne, concupiscência dos olhos e soberba da vida» (1 Jo 2, 16) e, portanto, afastamento de Deus.

«Viver para Deus» significa também viver para as coisas criadas: para a salvação da própria alma e da alma dos outros, para a família, a profissão, o justo bem-estar material, o cumprimento dos deveres, a ciência, a saúde física; viver para as grandes causas da sociedade e da pátria. Mas sempre de tal modo que, mesmo aspirando à felicidade terrena, cuidando da família e do próximo, cumprindo os deveres do próprio estado, não nos detenhamos nas coisas criadas, mas olhemos para além de tudo o que nos rodeia ou

momentaneamente nos é exigido, dirigindo-nos directamente a Deus: é a Ele, e não a nós mesmos, que devemos referir tudo. Não devemos procurar satisfação ou prazer pessoal, nem êxito e honra entre os homens, nem vantagem, lucro ou proveito. Deus em tudo! Só assim estabeleceremos relações justas com os homens, com as coisas, com o trabalho, com as penas e os sofrimentos, e conservaremos a devida proximidade e a devida distância em relação a todas as coisas.

Viver para Deus implica, finalmente, uma tríplice actividade: ver, abandonar-se e amar a Deus em tudo.

Ver Deus em tudo. Necessitamos, antes de mais, de olhos iluminados pela fé; olhos que, em tudo o que o dia nos apresenta, não vejam apenas a actividade da natureza, a obra de homens melhor ou pior intencionados, mas a benevolência, a providência e a mão de Deus. É Ele quem tudo dispõe e dirige, quem dá e quem tira; a grande realidade que se oculta por detrás de cada acontecimento e de toda a experiência.

Confiar-se a Deus em tudo. Se havemos de viver verdadeiramente para Deus, não reconheceremos senão a sua santa vontade nem nos deixaremos guiar senão por ela. A sua lei e a sua vontade serão a nossa norma e a nossa força. Nunca faremos coisa alguma que Lhe possa desagradar ou que seja contrária à sua lei e à sua vontade. Renunciaremos de bom grado aos nossos desejos e gostos pessoais para fazer apenas aquilo que Lhe agrada. Com fé e amor submeter-nos-emos a todos os desígnios, decisões e permissões da Providência; a todas as humilhações e contrariedades da vida exterior e interior; e responderemos com o nosso *fiat*, amorosa e humildemente, a tudo o que de duro o Senhor nos impuser. «Como Tu quiseres, como Te agradar e porque Tu o queres: faça-se a tua vontade acima de todas as coisas.»

Amar a Deus em tudo. «O temor de Deus é o princípio da sabedoria», da vida perfeita. Mas a perfeição só se alcança no amor, porque, graças ao amor, e só a ele, esquecemo-nos de nós mesmos e das coisas que nos rodeiam, agindo apenas para Deus e sacrificando-Lhe toda a criatura. O amor faz com que Deus signifique e seja tudo para nós, o sol em torno do qual nos movemos. Só pelo amor somos capazes de dirigir os nossos pensamentos e intenções ao Senhor, de O ver em tudo e de O encontrar em

toda a parte, de escutar continuamente a sua voz e de viver exclusivamente para Ele; só o amor faz com que interpretemos todas as coisas referindo-as à sua benevolência. O amor faz com que os nossos desejos e inclinações Lhe sejam consagrados, que não nos prendamos desordenadamente a criatura alguma, mas que permaneçamos unidos a Deus e santifiquemos os afectos e o amor, justificados e necessários, por determinadas pessoas ou actividades. O amor impele-nos a procurar sempre, em primeiro lugar, Deus e a sua glória e a elevar-nos acima do amor-próprio e do respeito humano. Fortalece-nos para suportar com calma e resignação, e até para aceitar com alegria e gratidão, tudo o que de penoso e desagradável cada dia nos traz.

O amor tem uma única resposta para tudo o que a vida nos tira ou nos dá: por Ti, meu Deus, por teu amor; como Tu queres e porque assim o queres.

Deus, a sua santa vontade, aquilo que Lhe agrada: nenhuma outra coisa o amor toma em consideração. Por isso reduz energicamente à submissão todas as nossas inclinações, opiniões e tendências: todo o nosso modo de agir. O amor deve reinar como um soberano; é a chama que se eleva até ao céu e transforma em fogo tudo aquilo que em nós pode encontrar ou alcançar: a oração, o trabalho, as renúncias, os sofrimentos, os sacrifícios. Assim vivemos como aqueles que, mortos para o pecado, vivem para Deus em Jesus Cristo, nosso Senhor.

Esta é, pois, a nossa tarefa de todos os dias e de todos os momentos: viver para Deus, só para Deus. «Eu sou o Senhor teu Deus: não terás outro deus além de Mim» (Ex 20, 2). Nenhum ídolo! Não pode haver meio-termo na vida religiosa: ou uma alma sente Deus como o seu tudo, ou sente-se a si mesma como o centro do universo, o astro em torno do qual tudo gira; quem não vive para Deus vive necessariamente para si mesmo, chegando até a pretender que os outros, e até o próprio Deus, se submetam aos seus caprichos.

«Viver para Deus em Jesus Cristo!» Este Deus infinito entrega-Se a nós com toda a plenitude do seu ser e chama-nos ao seu serviço pessoal: toda a outra servidão é irrisória e indigna. É assim que Deus honra o homem!

Viver para Deus! Esta é a nossa verdadeira grandeza e a nossa verdadeira dignidade: dignidade que não se mede pelas acções externas, pela linhagem ou pelo título, pela excelência ou pelo cargo, nem pela auréola que rodeia alguém pelos méritos do seu carácter, talento ou saber, mas unicamente pelo fim para o qual vive. Aquele que aspira à meta mais alta é o mais elevado. Aquele que vive totalmente para Deus e só a Ele serve é o mais digno.

Viver para Deus! Esta é a única verdadeira felicidade do homem. Com admirável sabedoria e bondade, Deus ligou a minha pobre vida à sua; só serei feliz se viver para Ele, se me entregar à sua vontade e servir os seus interesses, aquilo que Lhe agrada e a sua glória. «Fizeste-nos, Senhor, para Ti, e o nosso coração permanecerá inquieto enquanto não repousar em Ti», diz Santo Agostinho. Poucos conheceram em si mesmos, como este santo, a verdade destas palavras.

Viver para Deus! Aquilo que em mim não vive para Ele e não O serve unicamente a Ele; aquilo que na minha vida não vence o amor-próprio, o apego a esta criatura ou a esta ocupação, o temor e o respeito humano; aquilo que na minha vida não supera a preocupação desmedida pelo bem-estar material, físico ou moral: tudo isso não passa de vaidade, loucura, ruína. Só aquilo que se faz por Deus e para Deus tem valor, ainda que custe sacrifícios.

Para que vivo? A quem sirvo? A quem pertencem os meus pensamentos, as minhas aspirações secretas, os meus afectos, as minhas preocupações, o meu trabalho? São, de facto, do Senhor, ou serão antes meus, do meu amor-próprio?

Vivo para Deus em tudo, até mesmo nas minhas aspirações à santidade e na minha piedade, até mesmo na educação e no cuidado das almas que me estão confiadas? Vivo verdadeiramente para o Senhor e não para mim? Vivo inteira e exclusivamente para Deus, para a sua glória, para cumprir a sua santa vontade?

III

SEDE PERFEITOS

«Sede perfeitos, como o vosso Pai celeste é perfeito.»

Mt 5, 48

Devemos participar na vida de Deus, embora de forma criada e limitada. Isto coloca-nos perante uma tarefa: *«Sede perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito.»* Os cristãos são perfeitos quando ordenam os seus pensamentos e a sua vontade, as suas ações e omissões, os seus sentimentos e aspirações e todas as suas coisas segundo a santa vontade de Deus, sem se desviarem um ápice nem para a direita nem para a esquerda, sem faltar por excesso nem por defeito. Rezar perfeitamente, como deve ser a oração; amar a Deus perfeitamente, sem reservas, sempre e em tudo; ser perfeitos na paciência perante a dor, o sofrimento e as decepções de cada dia; amar perfeitamente todos os homens, cada um deles nos nossos sentimentos, nas nossas palavras e na nossa conduta, sem qualquer falta nem omissão: tudo isto é simplesmente sobre-humano. *«Sede perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito!»*

1. Sede perfeitos

Pelo santo batismo, o cristão traz na sua alma a graça sobrenatural, a graça «santificante», que é o germe e a raiz da vida sobrenatural.

Ora, assim como toda a raiz sã possui um impulso para crescer e desenvolver-se, também a graça santificante possui essa tendência para crescer e expandir-se; por isso, o batizado está igualmente sujeito a esta lei de aspiração ao crescimento e à perfeição: subtrair-se a esta lei significa deter o seu desenvolvimento e definhar. Do mesmo modo que muitos obstáculos contrariam o desenvolvimento de toda a vida natural, um número imenso de forças e poderes inimigos ameaça a vida sobrenatural na sua própria existência. Quem não trabalhar seriamente pelo progresso constante da sua vida sobrenatural acabará, mais cedo ou mais tarde, por

sucumbir à influência desses obstáculos destruidores; porque não avançar significa, simplesmente, recuar.

Daqui nasce o dever fundamental de todo o cristão: aspirar com todas as suas forças à meta da perfeição e procurar ser mais perfeito a cada instante. Só assim poderá conservar a vida sobrenatural e assegurar o seu florescimento.

«*Sede perfeitos!*» Com um amor indizível, o Senhor acolheu-nos, pelo santo batismo, na sua própria vida, para que «*participássemos da natureza divina*» (2 Ped 1, 4). Com o princípio da vida sobrenatural que é a graça santificante, ofereceu-nos as três virtudes teologais: fé, esperança e caridade, como pés com que caminhar para Deus e braços com que O abraçar; e também muitas outras virtudes, com as quais podemos orientar para Deus e para os seus fins divinos toda a nossa atividade quotidiana no meio das coisas terrenas.

Enxertados pelo batismo na videira que é Cristo, ficamos imediatamente incorporados na Igreja e tornamo-nos seus filhos. São então nossas as Sagradas Escrituras, divinamente inspiradas, do Antigo e do Novo Testamento; nossos os santos sacramentos; nosso Cristo na sagrada Eucaristia, vítima e alimento do nosso espírito; nossos os méritos e as virtudes, as orações e reparações de Cristo e dos seus santos, de todas as almas puras e amantes de Deus no Céu e na Terra.

Pelo santo batismo, o próprio Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, estabelece-Se na nossa alma para estar perto de nós, atrair-nos amorosamente ao círculo da sua vida divina e continuá-la misteriosamente em nós. Não devemos, não podemos chegar a ser perfeitos, como é perfeito o nosso Pai celeste?

Se o batismo é o sacramento da regeneração, a confirmação é o sacramento do aperfeiçoamento, da fortaleza cristã, da maturidade sobrenatural. A confirmação faz passar o batizado ao estado de maioridade, de adulto. Agora o cristão possui a plenitude da graça e «*deve espalhar à sua volta o encanto e o perfume de todas as virtudes*» (Catecismo Romano). Para isso recebe, na santa confirmação, o Espírito Santo, e desde esse momento é chamado a comportar-se com firmeza e coragem, levando uma

vida cristã perfeita. A tarefa de avançar na perfeição, que nos foi imposta no santo batismo, torna-se ainda mais premente e urgente depois de recebida a confirmação.

Todas as vezes que celebramos com reta intenção e a devida disposição de alma o sacrifício eucarístico, ou o concelebramos com o sacerdote, compenetramo-nos do sacrifício que Cristo realizou na cruz. Com um sim decidido da nossa vontade, unimo-nos à sua oblação, apropriando-nos dos sentimentos sublimes e dos fins do sacrifício pelo qual o Senhor Se imola por nós.

Quando, na santa comunhão, o Senhor Se nos dá como alimento, o seu espírito e a sua capacidade de sacrifício penetram e impregnam o mais profundo do nosso ser. Sentimo-nos então capazes de santificar a nossa vida quotidiana, com os seus trabalhos e lutas, sacrifícios e fadigas. Graças à virtude do sacrifício eucarístico e à participação no santo banquete, o dia do verdadeiro cristão torna-se um contínuo santo sacrifício de adoração, ação de graças, louvor e expiação, de amorosa entrega a tudo o que Deus nos dá para fazer, suportar e sofrer segundo a sua santa vontade. A participação na santa missa oferece-nos assim, diariamente, uma preciosa ocasião de penetrarmos cada vez mais intimamente no espírito de sacrifício do Senhor, no seu abandono nas mãos do Pai, na sua obediência até à morte; torna-se um dever cada vez mais grave e urgente tirar da santa comunhão as forças e a coragem para nos edificarmos interiormente numa íntima união de espírito e vontade com Cristo, para nos oferecermos em sacrifício e vivermos num amor total, inseparavelmente unidos a Cristo e a Deus. «*Sede perfeitos!*»

«*Sede perfeitos!*» Em primeiro lugar, Deus, a sua glória, o cumprimento da sua santa vontade. Quem dá mais glória a Deus? Quem se abandona mais totalmente e sem reservas às disposições e desígnios da Providência? O santo. Uma só alma perfeita glorifica muito mais a Deus do que milhares de almas imperfeitas, pois um único ato de amor realizado por uma alma perfeita tem mais valor diante de Deus do que todos os atos de amor de tantas almas que ainda não alcançaram a perfeição. A alma perfeita ocupa-se continuamente em tais atos de amor. Se queremos honrar

verdadeiramente a Deus e com todo o fervor, devemos esforçar-nos por todos os meios para vencer as imperfeições e viver para a perfeição.

«*Sede perfeitos!*» Em segundo lugar, *a salvação da nossa alma*. Como a asseguraremos melhor? Trabalhando sincera e eficazmente pela perfeição; quanto mais diligentemente nos empenharmos em alcançá-la, tanto mais seguramente nos preservaremos do pecado, de todo o pecado, por mais insignificante que nos possa parecer. Quem luta para chegar à perfeição sabe resistir às ocasiões e seduções do mal, porque tem diante dos olhos um ideal que o domina, o impele e estimula continuamente, sem lhe conceder um momento de descanso: não poderá contentar-se com a mediocridade.

«*Sede perfeitos!*» *O nosso tempo* precisa de santos. Todos lamentam que a situação do mundo se tenha tornado insustentável e aparentemente sem remédio. Que pode ainda salvar o mundo de hoje? Nem a ciência, nem o trabalho, nem a indústria, nem a técnica. Somente a santidade, a santidade dos cristãos, sobretudo dos sacerdotes e religiosos. Temos urgente necessidade de cristãos perfeitos, de sacerdotes e religiosos, de estudantes e empregados, de operários e patrões. Quem quiser ser útil ao mundo, à Igreja, à pátria e à humanidade deverá começar por si mesmo, esforçando-se por percorrer o caminho da perfeição cristã. Como está descristianizada a vida de hoje! Como o espírito do mundo penetrou na Igreja, nas comunidades e paróquias, nas famílias, nas inteligências e nos corações dos homens! Nós, homens de hoje, encontramos-nos interiormente divididos, como que dilacerados, tendo perdido toda a relação íntima e profunda com Deus, inconscientes e, por isso mesmo, infelizes, amargurados, sem verdadeira e profunda alegria, cansados de viver e sem ânimo para continuar a viver.

Ao lado de tudo isto, tantas preocupações dos superiores eclesiásticos e do clero, tantos bons livros; tantas missões, academias, discursos e sermões; até mesmo as santas confissões e comunhões, as peregrinações, os ofícios divinos e as festividades religiosas organizadas com tanto pormenor e realizadas com tanta pompa. E, sempre de novo, a mesma amarga experiência: o dispêndio é grande e o fruto pequeno e passageiro. E volta sempre o inimigo a semear o joio, e o joio cresce incomparavelmente mais do que a boa semente. Na realidade, só uma coisa nos pode trazer remédio:

a séria aspiração a ser perfeitos, o firme propósito de agir sempre com uma virtude cristã viva e enérgica; numa palavra, a santidade, que, como toda a vida autêntica, deve começar por lançar as suas raízes no interior. Não se trata de desprezar o exterior, mas este deve brotar do fundo da alma. A alma da perfeição é a vida interior, o desprendimento íntimo das coisas do mundo, a rutura com todo o pecado consciente, com todo o egoísmo, a renúncia a tudo o que não é Deus e que, por isso mesmo, dificulta a nossa união com Ele, o desejo da humilhação, da penitência e da expiação, o sentirmo-nos sempre na presença de Deus, a oração, o recolhimento, o amor de Deus acima de todas as coisas, a prontidão de espírito para fazer e sofrer qualquer coisa, suportar e oferecer tudo como Deus o dá e dispõe, como Ele o permite e ordena. É precisamente isto que os tempos atuais esperam e exigem de nós, cristãos: uma vida de perfeição cristã.

2. Quando somos perfeitos

Somos perfeitos se amamos e na medida em que amamos. «*Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente; e ao próximo como a ti mesmo*» (Mt 22, 37-39). O amor é a expressão mais sublime, a síntese e o resumo de toda a nossa capacidade. No amor reunimos todo o nosso ser, sentir, querer e aspirar, e entregamo-lo incondicionalmente ao serviço daquele que amamos. O amor é o modo mais perfeito de glorificar a Deus. É pelo amor que melhor cumprimos os seus mandamentos. Do mandamento do amor de Deus e do próximo «*dependem toda a Lei e os Profetas*» (Mt 22, 40). Todos os mandamentos se referem ao amor; mais ainda, ele é o cumprimento de toda a lei, porque sem ele não há verdadeiro cumprimento; é a alma de todas as virtudes, é toda a virtude. Se falta o amor, tudo falta; mas, havendo amor, tudo possuímos com ele; as virtudes brotam do amor como da sua raiz natural, estão ao seu serviço e aplanam-lhe o caminho, de tal modo que a alma amante pode realizar ou sacrificar, com facilidade, coragem e alegre prontidão, tudo aquilo que o amor lhe exige.

Somos, pois, perfeitos na medida em que amamos. A quem? A Deus e ao próximo. Por isso o Senhor apresenta o amor ao próximo como sinal dos seus seguidores. «*Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se vos*

amardes uns aos outros» (Jo 13, 35). Do mesmo modo, o apóstolo São João julga a autenticidade do nosso amor a Deus pelo amor que demonstramos ao próximo: *«Se alguém disser: Amo a Deus, mas odiar o seu irmão, é mentiroso. Pois quem não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê. E recebemos d'Ele este mandamento: quem ama a Deus ame também o seu irmão»* (1 Jo 4, 20-21). Na realidade, é um único e mesmo amor que nos leva a amar em Cristo a Deus e ao irmão; só o motivo é diferente: amamos a Deus por Si mesmo, e ao próximo por amor de Deus e de Cristo.

Como é falsa, enganadora e prejudicial a ideia que tantas almas têm da perfeição! Pensam que consiste em penitências e mortificações extraordinárias, nos maiores jejuns e sacrifícios possíveis; julgam-se perfeitas quando se encontram livres de lutas e tentações, quando conseguem rezar sem dificuldade, quando sentem fervor e consolação na oração, quando podem rezar da maneira que mais lhes agrada.

Muitos religiosos julgam-se perfeitos quando observam rigorosamente as regras prescritas. E quem negará que as mortificações, a assiduidade na oração e a fidelidade às regras sejam coisas muito santas, sem as quais não pode existir perfeição cristã num convento? Mas não são a perfeição. Não existem acaso muitas almas extremamente mortificadas, dadas à oração e fiéis às suas regras, que são severas nos seus juízos, soberbas, presunçosas e obstinadas, prontas à crítica e à censura, dominadoras, pouco caridosas nos pensamentos e nas palavras, melindrosas, ciumentas, irritáveis, caprichosas e sem o menor domínio de si mesmas? Serão elas perfeitas?

Somos perfeitos na medida em que amamos. Mas o amor possui-o todo aquele que está em estado de graça, isto é, que observa os mandamentos de Deus sem cometer pecado grave. Será por isso verdadeiramente perfeito? Não; a perfeição exige mais: não só exclui os pecados graves, mas também qualquer pecado venial deliberado; empreende uma luta corajosa contra toda a falta que descobre. Não tolera acomodações, negligências, fraquezas ou defeitos de carácter, embora não possa impedir que o homem, enquanto viver na terra, seja frequentemente vítima de fraquezas involuntárias, de faltas e de pequenas misérias humanas.

A perfeição consiste no amor, isto é, no cumprimento perfeito do grande mandamento: *«Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente, e ao próximo como a ti mesmo.»* Quem amar qualquer outra coisa mais do que Deus, quem amar algo contrário a Deus ou simplesmente algo distinto de Deus no mesmo grau que a Ele, não cumpre o mandamento do amor e não caminha pela senda da perfeição. Se quiser percorrer o caminho da vida perfeita, deve cumprir em certa medida o mandamento do amor, que pode ser praticado em mil graus diferentes. Dentro do âmbito deste grande mandamento do amor, permanecem ainda para o cristão inúmeras possibilidades de aspirar à perfeição; pois também a perfeição, como o amor, admite inumeráveis graus. À primeira vista podemos distinguir duas linhas fundamentais da perfeição cristã: a da perfeição essencial e a da perfeição em sentido próprio e estrito.

A perfeição essencial, isto é, entendida no seu sentido amplo, é aquela sem a qual ninguém pode alcançar a meta da vida cristã, que é a glória eterna junto de Deus. Exige que se cumpram os mandamentos, que se viva em estado de graça santificante e, além disso, que se faça tudo o que é necessário para conservar esse estado de graça e, conseqüentemente, para permanecer livre dos pecados graves. Mas, se um cristão quisesse fazer ou evitar apenas aquilo que está estritamente mandado, não cumpriria por isso a exigência de Cristo: *«Sede perfeitos!»* Se alguém, por exemplo, quisesse amar os seus semelhantes apenas quando existe uma obrigação claramente definida e pecado grave na omissão, muito raramente satisfaria as exigências do amor cristão. Quem se contenta com o rigorosamente mandado encontra-se ainda muito longe da perfeição essencial.

A perfeição em sentido próprio e estrito, de que agora tratamos, ultrapassa os limites da perfeição essencial. Quem é perfeito em sentido estrito evita todo o pecado, mesmo os pecados veniais conscientes e deliberados e, na medida do possível, previne-se também contra as chamadas fraquezas ou debilidades naturais. Cumpre com toda a consciência os mandamentos de Deus, do Evangelho e da Igreja e leva uma vida de graça e de virtude. Faz, além disso, aquilo que não está estritamente mandado. Indo para além do círculo das obrigações estritas, escolhe

sacrifícios, pratica o que é apenas aconselhado e recomendado, e fá-lo para dar maior glória e honra a Deus.

Com efeito, há muitas coisas que podemos possuir e de que podemos usufruir legitimamente, e muitas que podemos fazer ou omitir licitamente, orientando-as num sentido ou noutro. As próprias obrigações que nos foram impostas podem ser cumpridas com maior ou menor perfeição, tanto sob o aspeto quantitativo como sob o qualitativo. No aspeto quantitativo: oração mais frequente, esmola mais abundante; no qualitativo: maior fervor, maior constância, maior pureza de intenção na realização das obras.

O homem perfeito realiza diariamente, com plena consciência e diligência, todos os seus deveres, tanto os estritamente obrigatórios como os que são apenas de conselho. Cumpre-os com inteira fidelidade, exatidão e pontualidade. É, além disso, de suma importância que o motivo dos nossos pensamentos e vontades, das nossas ações e omissões, seja o amor perfeito, isto é, que pensemos e queiramos tudo, façamos e sofram todos com reta intenção: porque Deus o quer e o deseja de nós. A nossa atividade é verdadeiramente perfeita quando é acompanhada por aquele brado que brota do mais profundo da alma: «*Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado*» (Mt 11, 26).

A força do amor impele quem ama a evitar, tanto quanto possível, todas as faltas de precipitação, de fraqueza e de debilidade humana, embora seja verdade, como já dissemos, que nós, homens frágeis, nunca conseguiremos vencer totalmente todas as faltas e debilidades. Somente à Mãe de Deus, a Santíssima Virgem, foi concedido o privilégio de permanecer imune de toda a mancha e de toda a imperfeição.

Uma vez que a perfeição cristã consiste, na sua essência, no amor, isto é, no cumprimento do «primeiro e maior mandamento», todo o cristão está obrigado a aspirar à perfeição. Viola-se o mandamento do amor não só pelo pecado, mas também por toda a ação ou omissão que não esteja orientada para Deus, por tudo aquilo que não fazemos nem sofremos para glória de Deus. «*Quer comais, quer bebais, fazei tudo para glória de Deus*» (1 Cor 10, 31). Também aquilo que é apenas objeto de conselho deve estar dirigido e ordenado para a glória de Deus. Por isso, quem faz tudo, inclusive o que é

apenas aconselhado e recomendado, limita-se ao perfeito cumprimento do dever.

Daqui resulta o chamamento à vida perfeita, dirigido a todos os cristãos, embora nem todos sejam chamados ao mesmo grau de perfeição cristã; de uma maneira são chamados os celibatários e de outra os casados; uma é a situação dos sacerdotes, outra a dos religiosos. Mas, estando todos chamados à vida perfeita, é possível a todos, de acordo com as suas qualidades e circunstâncias pessoais e segundo a medida da graça de Deus, alcançar a perfeição. É um grave erro, e causa de males ainda maiores, fazer levianamente um pacto consigo mesmo, dizendo que não se está chamado à vida perfeita ou que a vida de perfeição é um campo reservado a poucos, destinado apenas a sacerdotes e religiosos. Quem assim pensa afasta-se dos desígnios de Deus e não atenderá à sua obrigação de aspirar à perfeição. É claro que ninguém se condena por não ser perfeito na hora da morte, desde que cumpra em certa medida o mandamento do amor de Deus e morra, por conseguinte, em estado de graça.

Os nossos esforços mais sérios devem, portanto, concentrar-se em chegar a ser perfeitos, não nos contentando com aquilo a que chamámos perfeição essencial, isto é, com alcançar um grau qualquer, relativamente baixo, de amor, mas aspirando à perfeição em sentido rigoroso e pleno e lutando por ela com a graça de Deus. Convençamo-nos de que o nosso dever mais sagrado e o nosso verdadeiro interesse consistem em esforçarmo-nos diariamente e sem cessar por alcançar a perfeição. Deixaríamos de aspirar continuamente a ela se, chegado um momento, disséssemos: «já basta». Se julgamos ter atingido o cume, então deixamos de avançar, abandonamos o nosso dever e deixamos de cumprir o mandamento do amor de Deus. «*O amor de Cristo impele-nos*», devemos exclamar com o Apóstolo (2 Cor 5, 14). O amor torna leve tudo o que é pesado e suporta com serenidade tudo o que é desigual. Leva o fardo sem o sentir como peso e torna doce e agradável tudo o que é amargo. Não diz: «Isto é impossível». Porque acredita poder e dever tudo (cf. *A Imitação de Cristo*, livro III, cap. 5).

Felizes de nós se vivermos a realidade do «*amor de Deus derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado*» (Rom 5, 5).

Somos tanto mais perfeitos quanto mais amamos.

IV

A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

«Bem-aventurados os puros de coração.»

Mt 5, 8

Viver a vida de Deus, uma vida que, afastada do que é puramente terreno, pertence inteiramente a Deus, uma vida de perfeito amor de Deus! Este é o cume a que somos chamados. Mas qual é o caminho que a ele conduz?

É habitual, desde há muitos séculos, distinguir três caminhos ou «vias» na vida espiritual:

A via purgativa ou dos principiantes, a via iluminativa ou dos que progridem, e a via unitiva ou dos perfeitos.

Vê-se, pois, que os cumes da perfeição assentam sobre dois degraus que devemos subir antes de podermos alcançar o amor perfeito. Isto não quer dizer que estes dois graus preliminares possam ser praticamente separados entre si ou da via unitiva, nem que nesta já não seja necessário o trabalho de purificação do coração e a vigilância constante para nos preservarmos de todo o pecado ou defeito, nem que se tornem supérfluos os anseios da via iluminativa e o esforço contínuo para adquirir e aumentar as virtudes. Estas vias de purificação, iluminação e união relacionam-se e entrecruzam-se; estão estreitamente ligadas entre si: ao entrar na via purgativa, ingressámos também na iluminativa e na unitiva; do mesmo modo, a via iluminativa, com o seu desejo de possuir e aumentar as virtudes, permanece sempre condicionada pelo trabalho de purificação do coração.

1. Porque é necessária a purificação do coração

Devemos viver a vida de Deus em Cristo Jesus. Sendo Ele «a verdadeira videira», quer e deve continuar a sua vida em nós: este é o sentido profundo da nossa vocação e da nossa vida cristã. São Paulo repete-o mais de cento e cinquenta vezes nas suas cartas: «vivemos em Cristo Jesus», estamos vitalmente unidos a Ele como o ramo à videira, como a mão ao braço e este ao corpo e à alma que o vivifica. Jesus quer «reviver» em nós, quer reproduzir em nós, tão fiel e perfeitamente quanto possível, a vida que viveu aqui na terra para glória do Pai e para a salvação da nossa alma e das almas dos nossos irmãos.

Ora, a vida de Cristo é da mais delicada pureza, porque, sendo Ele Filho de Deus e o próprio Deus, a sua vida só pode ser puríssima e santíssima. Puros são o seu entendimento e a sua vontade, puras as suas intenções e os motivos da sua ação; puro é o seu coração, livre de todo o movimento de aversão ou inclinação que não seja perfeito, livre de todo o apego ao seu próprio juízo, aos seus raciocínios ou à sua vontade. Cristo está isento de qualquer sombra de sensualidade, de qualquer movimento de orgulho, de qualquer forma de egoísmo. Vive em nós, seus membros, como Aquele que é divinamente puro, e deseja ardentemente cumular-nos da sua pureza para vencer tudo o que ainda permanece impuro em nós. Para isso nos oferece o seu exemplo, para isso nos dá a sua força: com a força de Cristo podemos «*purificar-nos de toda a mancha da carne e do espírito, consumando a santificação no temor de Deus*» (2 Cor 7, 1).

Existe o *pecado original*. É dele que nasce a perversidade do coração humano, da qual todos nós sofremos as consequências. A nossa inteligência ficou obscurecida: não conhecemos a Deus nem nos conhecemos a nós mesmos; ignoramos tanto a origem como o fim da nossa vida. Não sabemos em que consiste a nossa verdadeira felicidade nem o que devemos fazer para a alcançar. Somos cegos e ignoramos que o somos; antes julgamos ver, apesar de nada vermos.

A vontade, criada reta por Deus, foi desviada pelos efeitos do pecado original: originalmente, o nosso coração tinha uma inclinação natural para amar a Deus acima de todas as coisas, mas, depois do pecado, o nosso amor voltou-se para nós mesmos. Se amamos, amamos com egoísmo: procuramos sempre a nossa vantagem e o nosso interesse. Com estas

inclinações corremos desde a infância atrás das coisas terrenas, e somos escravizados e submetidos às exigências materiais e ao desejo de as satisfazer. Do pecado original nasceu a concupiscência, o desejo desordenado dos bens terrenos (concupiscência dos olhos), dos prazeres mundanos e sensuais (concupiscência da carne) e da honra, do poder e da distinção social (concupiscência do espírito). Esta concupiscência dificulta-nos querer o bem e, mais ainda, praticá-lo: vemos o bem, apreciamo-lo e até o desejamos, mas fazemos o mal. Não somos como deveríamos ser; vivem em nós tantos impulsos que não deveríamos tolerar! Sendo assim, que recurso nos resta? Purificar o nosso coração do mal, libertá-lo da desordem e da corrupção.

A questão do progresso interior, da subida aos cumes da vida cristã, da vida para Deus e com Deus, reduz-se necessariamente ao problema da purificação do coração. Permitiremos que a graça divina se difunda em nós na medida em que trabalharmos na purificação do nosso coração; tiraremos proveito da sagrada comunhão, da oração e da nossa vida piedosa na medida em que formos puros de coração. Se o nosso esforço espiritual não produz quanto deveria, se a nossa participação nos sacramentos e a nossa oração não são plenamente frutuosas, devemos procurar antes de mais a causa na insuficiente purificação do coração, da qual depende todo o progresso espiritual. A purificação do coração é a condição indispensável de todo o progresso.

O trabalho de purificação do coração é sempre e em toda a parte a tarefa fundamental. A via purgativa vem em primeiro lugar; quem a abandona, julgando alcançar o grau da via iluminativa e da via unitiva por um caminho diferente e mais cómodo, engana-se. Quem quer subir uma escada deve começar pelo degrau inferior, porque sem começo não pode haver progresso nem perfeição. Combater os defeitos, corrigir a natureza inclinada para o mal, arrancar o joio do jardim da nossa alma, eliminar, dia após dia e hora após hora, os obstáculos ao nosso avanço: nisto consiste a purificação do coração.

Este primeiro passo, além de necessário, é o único que promete vitória. Pode assustar-nos a grandeza da tarefa; pode parecer a alguns mais atraente a máxima moderna: «a natureza é boa em si mesma e basta deixá-la agir,

deixar crescer todos os seus germes, até mesmo o joio». Mas para isso vale a palavra do profeta: *«Ó meu povo! Aqueles que te guiam e te proclamam feliz são precisamente os que te desencaminham»* (Is 3, 12; 9, 16). Só um caminho conduz verdadeiramente à vitória: a purificação do coração; não é suficiente para conduzir à perfeição, mas é necessário e deve ser percorrido.

2. O caminho da purificação do coração

«Criaí em mim, ó meu Deus, um coração puro» (Sl 50, 12). Esta é principalmente obra de Deus, mas também nossa: obra de purificação do mal cometido por nós ou que vive em nós, e obra de preservação contra o mal, o pecado e a imperfeição.

Em primeiro lugar, devemos realizar, naturalmente, a purificação do pecado. É um facto, infelizmente, que faltamos e pecamos diariamente, e por isso todos os dias devemos arrepender-nos e pedir perdão ao Senhor. Temos sempre motivos para rezar: *«Pai nosso, perdoai-nos as nossas ofensas»*, e todos os dias confessamos humildemente no *Confiteor* da Missa: *«que pequei por pensamentos, palavras e obras, por minha culpa, minha tão grande culpa»*. Com razão recorremos frequentemente ao sacramento da penitência e nos lamentamos dos pecados que cometemos.

Em segundo lugar, é necessária a purificação dos maus hábitos enraizados em nós, da tendência para procurar sempre e antes de tudo o nosso proveito, o nosso conforto, os nossos interesses pessoais e a satisfação dos nossos desejos egoístas. Primeiro nós, depois o Senhor! Esta é a ferida aberta, o foco da nossa enfermidade, o veneno que intoxica o nosso sangue: o nosso amor-próprio desordenado. Somos egoístas, muitas vezes até sob o disfarce da piedade. Este egoísmo cega-nos e é, em noventa por cento dos casos, a razão pela qual a nossa piedade não passa de um verniz e não de um sentimento autêntico e firme.

Muito importante é também a purificação do nosso hábito inveterado de raciocinar e julgar de um modo *demasiado humano* e de agir por motivos meramente naturais. Dizemos que isto ou aquilo é mais razoável, mais fácil, mais prudente do ponto de vista humano, mais saudável, mais lucrativo, mais honroso; que causa melhor impressão nos outros; que permite

conquistar maior estima e influência, etc. Infelizmente, temos o hábito de julgar segundo critérios puramente naturais, de empregar meios naturais, de contar especialmente e quase exclusivamente com as energias e capacidades humanas, de nos deixarmos determinar nas nossas decisões por motivos puramente humanos.

Outro hábito muito nocivo é o de nos entregarmos a *pensamentos inúteis, absurdos e vãos*, de fazermos planos para o futuro, de criarmos preocupações supérfluas e exageradas em relação ao que há de vir. Existem preocupações perfeitamente legítimas e Deus aprova-as, desde que se mantenham dentro de limites razoáveis. Mas somos tão pouco razoáveis!

Assim é o homem: preocupa-se mais frequentemente com coisas que pouco lhe interessam do que com aquelas que realmente importam e diante das quais se sente impotente. Não quer reconhecer a sua própria incapacidade: imagina ser e poder alguma coisa, preocupando-se em dominar o futuro e evitar esta ou aquela contrariedade, em vez de se entregar cegamente, na obscuridade da fé, à providência de Deus. Com alguma frequência preocupa-se também em remexer todos os recantos do passado. Queremos ver tudo com clareza, esclarecer todos os pormenores, recusamos confiar em Deus, que, na sua misericordiosa bondade, já nos perdoou tudo e apagou todas as nossas culpas. Queremos fazer tudo por nós mesmos, confiar nas nossas próprias forças. A tendência para nos fecharmos sobre nós mesmos pode, em certos casos, ser mórbida, mas quantas vezes não é simplesmente fruto do orgulho e de uma excessiva autoconfiança! Quanto devemos trabalhar para nos libertarmos de pensamentos e preocupações inúteis!

A tudo isto junta-se a difícil tarefa de acabar com os apegos desordenados, quer às pessoas, quer ao trabalho, aos caprichos e simpatias, ao corpo, à saúde, ao próprio juízo e à própria vontade, à honra, aos elogios e ao reconhecimento, a certas distrações, leituras e conversas. Custa muito esforço e grande abnegação libertar-se destas inclinações e destas cadeias. E isto torna-se ainda mais difícil porque nos é indispensável conviver com os homens, dedicar-nos ao nosso trabalho e ocupar-nos de mil pequenas coisas da vida quotidiana.

Por fim, temos diante de nós a tarefa de dominar as paixões! Possuímos paixões. Elas fazem parte integrante de uma natureza sã e podem prestar-nos serviços insubstituíveis, desde que sejam orientadas e dominadas pelo espírito, por uma vontade nobre e elevada. Aí estão as fortes paixões do orgulho, da ira e da sensualidade, com as suas múltiplas ramificações de inveja, ciúme, suscetibilidade, desejo de vingança, preguiça, comodismo, ambição e luxúria, que são outras tantas manifestações do amor-próprio desordenado. É necessária uma vigilância contínua e uma abnegação consciente para dominar adequadamente as paixões e aplicar os seus impulsos fundamentais à obra do bem.

O primeiro passo decisivo na vida da piedade cristã é a purificação do coração. Purificação de todo o pecado, de todo o apego desordenado ao que é criado, das más tendências e inclinações e da escravidão das paixões.

Eis a grande tarefa que devemos realizar na nossa vida, se queremos ser cristãos perfeitos. Este trabalho exige de nós uma oração fervorosa, que peça forças e luzes do alto. Exige uma disciplina séria e uma constante abnegação de nós mesmos. Exige que nos esforcemos por ser cada vez mais pacientes, mais humildes e menos melindrosos, que cresçamos no santo amor. Quanto mais amarmos a Deus e ao próximo por amor de Deus, tanto mais seguramente venceremos o pecado e todos os desvios, triunfando sobretudo sobre o poder do nosso amor-próprio desordenado.

Estamos dispostos a começar esta tarefa?

Certamente, ela seria impossível contando apenas com as nossas forças humanas. Mas, se fizermos o que está ao nosso alcance, o próprio Deus completará a sua grande obra de nos purificar. «*Todo o ramo que está em Mim e dá fruto*», diz Cristo, «*o Pai poda-o para que dê mais fruto*» (Jo 15, 1). O Pai sabe quais os meios de purificação que nos convêm e como deve guiar-nos e conduzir-nos para que fiquemos livres do pecado e da imperfeição.

A nós compete entregarmo-nos com todo o zelo ao trabalho que nos foi confiado, à chamada «purificação ativa», depositando a nossa confiança inabalável na graça e na ação de Deus sobre nós. Ele tem grande interesse em que alcancemos a pureza, a liberdade e o desapego interiores, e afastará

os obstáculos que surgirem no caminho mediante uma torrente de graças cada vez maiores e mais abundantes. Confiemos na eficácia e no poder do amor infinito com que nos ama. Confiemos na virtude de Nosso Senhor Jesus Cristo, que atua em nós, que nos mergulha na sua vida pura e santa para nos tornar participantes da sua inocência e da sua perfeita pureza, fazendo-nos assim testemunhas suas e da sua santidade.

V

O PECADO

«Reconheço as minhas culpas, e o meu pecado está sempre diante de mim.»

Sl 50, 7

«N'Ele nos escolheu antes da criação do mundo, para sermos santos e imaculados na sua presença» (Ef 1, 4), mediante a posse da vida divina e a participação nela. Todos os dias deveríamos agradecer-Lhe novamente este dom, possuí-lo e vivê-lo com maior perfeição, até que um dia possamos vivê-lo com perfeição absoluta na visão beatífica de Deus: aí «seremos semelhantes a Ele, porque O veremos tal como Ele é. E todo aquele que n'Ele tem esta esperança purifica-se a si mesmo, como Ele é puro» (1 Jo 3, 2-3). Esta luz refletiu-se pela primeira vez na nossa alma no batismo. Depois de nos batizar, ao impor-nos uma veste branca, símbolo da graça que nos fora concedida, a Igreja disse-nos: «Recebe esta veste branca e conserva-a imaculada até ao tribunal do Juiz divino.» Consideremos, pois, o dom divino que recebemos no batismo e examinemos até que ponto conservámos puro, ao longo da vida, o véu branco do batismo.

1. Pecámos

Devíamos levar através da vida a veste branca da graça, o esplêndido traje da nossa adoção divina, e assim fizemos durante alguns anos. Foram os anos da primeira infância. Mas, logo que chegámos à idade em que podíamos conhecer e distinguir o bem do mal, o pecado insinuou-se no paraíso do nosso jovem coração e pecámos: pecados pequenos, pecados maiores, pecados graves; *pecámos muito*. Temos razões de sobra para rezar incessantemente: *«Perdoai-nos as nossas ofensas»*; *«Miserere mei, Deus, tende piedade de mim, ó Deus, segundo a vossa misericórdia; segundo a multidão das vossas compaixões, apagai a minha iniquidade. Contra Vós, só contra Vós pequei, fiz o mal diante dos vossos olhos» (Sl 50, 3-6)*. Fomos o filho pródigo que abandonou a casa paterna para partir para uma terra

estrangeira: *«Depois de ter gasto tudo, houve grande fome naquela região, e ele começou a passar necessidade. Caindo em si, disse: Levantar-me-ei, irei ter com meu pai e dir-lhe-ei: Pai, pequei contra o Céu e contra ti»* (Lc 15, 13-19).

Pai, pequei por pensamentos, desejos, palavras, obras e omissões; pequei contra Deus, contra o próximo e contra mim mesmo; pequei contra os mandamentos de Deus, os preceitos da Igreja, os deveres do meu estado e da minha profissão; cometi os sete pecados capitais e, além disso, envolvi outros no meu pecado: dei-lhes ocasião de escândalo, incitei-os e fui para eles motivo de queda. Cometi mais de um pecado grave e tornei-me culpado, mais ou menos inconscientemente, de numerosos pecados de infidelidade, de faltas e imperfeições de toda a espécie. Cometi pecados todos os dias da minha vida, durante já muitos anos, e eles ultrapassam em número *«os cabelos da minha cabeça»* (Sl 39, 13).

E tudo isto *apesar dos inúmeros meios* que tivemos ao nosso alcance para conservar intacta a veste batismal; apesar dos ensinamentos recebidos na família, na escola e na igreja; apesar das numerosas inspirações, advertências e apelos interiores da graça divina; apesar de tantos bons exemplos que continuamente se apresentam diante dos nossos olhos; apesar das meditações, exercícios espirituais, confissões e bons propósitos; apesar da participação, talvez quotidiana, no santo sacrifício da Missa e na comunhão; apesar do grande número de orações que recitamos e dos livros espirituais que lemos. Os sacerdotes e religiosos recordem especialmente a graça do sacerdócio e da profissão religiosa, com os grandes meios de santificação que encontram nos santos votos e na disciplina da vida religiosa.

«Tende piedade de mim, ó Deus, segundo a vossa misericórdia; segundo a abundância da vossa compaixão, apagai a minha iniquidade. Lavai-me cada vez mais da minha culpa e purificai-me do meu pecado. Porque reconheço as minhas faltas, e o meu pecado está sempre diante de mim. Contra Vós, só contra Vós pequei, e fiz o mal diante dos vossos olhos. Aspergi-me com o hissope e ficarei puro; lavaí-me e ficarei mais branco do que a neve» (Sl 50, 3-6.9).

«Nada tenho de que me possa gloriar; mas tenho muitas razões para me prostrar por terra, pois sou fraco e inconstante.» (Imitação de Cristo).

2. Que fizemos ao pecar?

Para sabermos avaliar a gravidade do pecado, devemos antes procurar compreender quem é Deus, pois o pecado é a negação de Deus: um atentado contra a sua própria essência, contra o seu amor e a sua santidade, uma violação dos seus supremos e inalienáveis direitos.

O pecado separa-nos de Deus e lança-nos num abismo de humilhação tanto mais profundo e numa miséria tanto mais íntima quanto mais sublime e elevada é a nossa vocação a viver a vida divina.

O pecado revolta-se, antes de mais, contra Deus: é uma ofensa feita a Ele. *«Eu sou o Senhor, teu Deus»*, Aquele a quem devemos referir todas as coisas, servir e para quem devemos viver exclusiva e constantemente.

Que fazemos ao pecar? Na realidade, avaliamos todas as coisas segundo nos servem ou não para satisfazer as nossas paixões, especialmente o orgulho e a sensualidade. As forças físicas e morais foram-nos dadas para vivermos apenas para Deus e para a sua glória, e nós, pelo contrário, utilizamo-las para os nossos fins pessoais, contrariando a vontade e os mandamentos de Deus. Mais ainda: apropriamo-nos arbitrariamente daquilo que nos interessa, embora pertença a Deus e, pela sua própria natureza, deva servir à vontade e à glória do Senhor; adaptamo-lo aos nossos caprichos e intenções contra a vontade de Deus. Referimos tudo a nós mesmos e não a Deus, e fazemos dessas coisas escravas das nossas ambições; procuramos a nossa glória e a nossa vontade em vez da sua. Preferimo-nos a Deus, colocamo-nos acima d'Ele: primeiro nós, depois Deus!

Colocamos ao lado de Deus, ou mesmo acima de Deus, um ídolo: o ídolo do nosso eu, do dinheiro, do lucro, do trabalho ou da honra; o ídolo de um prazer, de uma amizade, de uma satisfação vã. Preferimos a criatura ao Criador, colocamo-la praticamente acima d'Ele e dizemos ao nosso ídolo:

«Tu és o meu tudo, tu és o meu deus; eu vivo para ti.» Não será isto uma injustiça, uma ofensa, um desprezo para com Deus?

«Aconteceu alguma vez coisa semelhante? Houve algum povo que trocasse os seus deuses, embora eles nem sequer sejam deuses? E o meu povo trocou a sua glória por um ídolo! Espantai-vos com isto, ó céus, horrorizai-vos e tremei de espanto, diz o Senhor» (Jer 2, 10-12).

O pecado é desobediência a Deus, violação consciente de um mandamento seu. *«Eu sou o Senhor, teu Deus.»* Ele tem o direito de mandar, e o seu mandamento é lei. Ao pecar, retiramos-Lhe a obediência que Lhe é devida, desprezamos a vontade e a lei do Altíssimo, calcamos aos pés os seus mandamentos e queremos seguir o nosso próprio caminho: *«Desde há muito quebraste o teu jugo, rompestes as tuas correias e disseste: Não servirei»* (Jer 2, 20). E tudo isto depois de nos termos consagrado a Ele no batismo, depois de nos termos colocado ao seu serviço.

O pecado é ingratidão. No seu amor misericordioso, Deus libertou-nos da condenação eterna, adotou-nos como filhos muito amados em Jesus Cristo e derramou tantas boas sementes no campo da nossa alma. E nós pecamos! Não utilizamos os dons naturais e sobrenaturais, os dons da fé, dos sacramentos, da nossa condição de cristãos ou de religiosos, para o fim para que nos foram dados; antes abusamos deles. Servimo-nos das forças do espírito e do corpo, da saúde, dos membros e dos sentidos, não para dar glória a Deus e cumprir em tudo a sua vontade, vivendo apenas para Ele, mas para Lhe resistir, desobedecer e ultrajar. *«Que mais poderia Eu fazer pela minha vinha que não lhe tenha feito? Como esperava que produzisse uvas e ela deu apenas agaços?»* (Is 5, 4).

O pecado dirige-se contra Cristo, nosso Senhor e Salvador. Para nos arrancar ao pecado e à miséria que ele implica, o Filho de Deus desceu à terra, vindo *«salvar o que estava perdido»* (Mt 18, 11). Como nos ama, e quantos sacrifícios e sofrimentos suportou para nos salvar, desde o presépio até à cruz! Que nos dizem os mistérios dolorosos do Rosário, as estações da Via-Sacra, a cruz, os cravos e a lança, as chagas? Tudo isto sofreu por nós, por cada um de nós, unicamente para nos abrir *«o acesso ao Pai»* (Ef 2, 18), para nos obter o perdão dos pecados, a vida divina, a graça e o direito à posse da vida eterna.

E nós, em recompensa, pecamos e desprezamos todos os seus sacrifícios. Esta foi a sua dor mais aguda durante a agonia no Getsémani: viu com clarividência divina a ingratidão com que lhe iríamos responder. *«Povo meu, que te fiz Eu? Em que te contristei? Responde-Me. Porque te libertei da escravidão do Egito (batismo), ofereces-Me a cruz; porque te conduzi através do deserto alimentando-te com o maná celeste (Eucaristia) e te dei a pátria onde corre leite e mel (Igreja), preparas tu a cruz para o teu Salvador. Eu exaltei-te com o meu poder (à dignidade de filho de Deus, à participação na vida divina), e tu, em recompensa, pregas-Me na cruz. Povo meu, que te fiz Eu? Em que te contristei? Responde-Me!»* (Impropérios da Sexta-Feira Santa). Que podemos responder senão isto? Sim, pagámos o vosso amor com vil ingratidão. E a ingratidão fere tão profundamente!

É o pecado que esteriliza em nós a obra da redenção, que impede que cresça e prospere na nossa alma a boa semente das inspirações e impulsos da graça, tanto o pecado grave como o venial. É verdade que, enquanto cometemos apenas pecados veniais, permanecemos na graça de Deus e continuamos no caminho reto; mas as pequenas infidelidades e os numerosos defeitos impedem-nos de avançar com liberdade: a vida interior não prospera e as graças não produzem os frutos desejados. É que colocamos obstáculos quase intransponíveis à obra de redenção e santificação que o Senhor quer realizar em nós por meio da sua ação e dos seus sacramentos. Assim esterilizamos a obra da redenção em nós e nos outros. Não causará isto tristeza ao Senhor?

O pecado prejudica também a nós mesmos; é a maior desgraça que nos pode acontecer. Podíamos viver em comunhão com Deus, e ao cometer um pecado grave deixamos de alimentar essa vida. Dos cumes da posse de Deus precipitamo-nos nos abismos do afastamento d'Ele. E, no que depende de nós, separámo-nos e excluímos-nos da vida divina: já não somos filhos de Deus, mas filhos da ira; já não somos ramos vivos da videira que é Cristo, mas ramos secos.

E bastará que a morte corte a última fibra que ainda nos mantém unidos à videira para que caiamos, por toda a eternidade, nas trevas onde haverá *«choro e ranger de dentes»*. Deus, que tanto nos amou em Cristo, terá de

nos rejeitar para sempre do seu seio; e, perdido Deus, tudo está perdido. O pecado traz consigo o seu próprio castigo: esse remorso atormentador que persegue o pecador dia e noite; talvez a perda da saúde, da riqueza, da honra ou do bom nome; sempre a acusação ardente da consciência e a pergunta angustiada: «Como acabará tudo isto?»

Se o infeliz não regressa ao Pai, a sua desgraça torna-se ainda maior com a perversão da consciência, a cegueira da razão, o enfraquecimento da vontade, o endurecimento do coração, a inesperada debilitação do carácter, a perda de toda a estima por si mesmo, a corrupção da própria natureza e, conseqüentemente, o medo da morte. Estes são os caminhos do pecado aqui na terra; se a graça de Deus não intervier misericordiosamente, conduzem inevitavelmente à exclusão definitiva da vida divina e da visão de Deus: o inferno, eterna separação de Deus, separação de todo o bem, separação de toda a felicidade e de toda a alegria. Apenas infelicidade, ódio e amargura por toda a eternidade.

O pecado exerce também uma repercussão sobre a comunidade: sobre a família, a paróquia, a Igreja, a humanidade. Todo o pecado cometido é um prejuízo para a comunidade: priva o indivíduo da bênção de Deus e, por conseguinte, também a comunidade, pois todos formamos um só Corpo Místico, um único organismo. Se um membro adoece, todo o organismo sofre; se um ramo se torna estéril, a videira já não produz todo o fruto que poderia dar. Se um membro incorre na ira de Deus, toda a coletividade é afetada. Ninguém vive isolado, ninguém, ao pecar, prejudica apenas a si mesmo; e isto mesmo sem considerar o escândalo que habitualmente acompanha o pecado.

Este é o conceito católico e cristão do pecado. O pecado implica uma relação com Deus que não pode ser ignorada. A época moderna, que coloca entre parênteses a existência de Deus, não pode deixar de negar o pecado e vê-se forçada a explicar o sentimento de culpa exclusivamente a partir do próprio homem. Outros, por sua vez, admitindo a existência de Deus, procuram diminuir a gravidade do pecado, diluindo a sua causa em fatores meramente pedagógicos e psicológicos e reduzindo-a, em última análise, a um simples erro da inteligência e da consciência. Chega-se até a afirmar

que o pecado é algo humano, um sinal de vitalidade humana e de grandeza de espírito. Hoje glorifica-se e exalta-se pública e positivamente o pecado.

Nós, pelo contrário, reconheçamos que o pecado é uma ofensa feita a Deus e a Cristo, nosso Redentor. Detestemo-lo como a maior e a única verdadeira desgraça do homem e da humanidade, no tempo e na eternidade. Confessemos com o Salmista: «*Reconheço a minha culpa e o meu pecado está sempre diante de mim.*» Arrependamo-nos das nossas faltas. Voltemos, com o filho pródigo, para o Pai e esperemos que Ele use para connosco daquela bondade, daquele amor e daquela graça com que recebeu o filho «*que estava morto e voltou à vida, estava perdido e foi encontrado*» (Lc 15, 18-32). Rezemos pelos que andam extraviados nos caminhos do pecado e façamos expiação para que Deus lhes seja propício e lhes conceda luz e força para romper com o pecado.

«*Considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus*» (Rom 6, 11).

VI

O PECADO VENIAL

«Quem nasceu de Deus não peca.»

1 Jo 3, 9

Uma vez que Deus quer tornar-nos participantes, já neste mundo, da sua vida divina, impõe-se-nos o dever de nos purificarmos e preservarmos de todo o pecado, não apenas do mortal, mas também do venial. Porque a vida de Deus é, por essência, absolutamente santa.

O pecado venial, tal como o pecado grave, é um apego desordenado à criatura; contudo, por ele ainda não nos separamos completamente de Deus, continuamos no caminho que conduz até Ele, permanecendo filhos de Deus, filhos da graça. Mas a nossa participação na vida de Deus, o nosso «ser em Jesus Cristo», perde força e vigor. Ficamos, para o tempo e para a eternidade, num grau inferior à glória para a qual Deus, no seu amor infinito, nos chamou e escolheu.

Há almas que sentem horror ao pecado mortal, mas que frequentemente consideram o pecado venial como algo insignificante e desprezível. Por não o avaliarem devidamente, não lhe têm o horror que merece. E, no entanto, é precisamente da atitude que se adota perante o pecado venial que depende o desenvolvimento, o progresso ou o retrocesso de toda a vida interior. Enquanto considerarmos o pecado venial como coisa sem importância, enquanto permanecermos indiferentes diante dele, será inconcebível uma verdadeira participação na vida divina; será impossível uma vida de perfeita caridade.

«Quem despreza as pequenas coisas cairá pouco a pouco» (Ecli 19, 1).
«Quem é fiel no pouco também é fiel no muito» (Lc 16, 10).

1. Formas do pecado venial

Existe um pecado venial deliberado. É uma transgressão consciente de um mandamento divino, cometida com pleno consentimento da vontade em matéria que, como se costuma dizer, não é grave; por exemplo, uma pequena mentira, uma pequena falta de caridade ou de obediência aos pais ou superiores. Não constitui um afastamento completo de Deus, porque continuamos no caminho reto; mas opomos a nossa vontade à vontade reconhecida do nosso Deus e Salvador; estimamos um qualquer prazer, uma satisfação ou uma coisa terrena acima da vontade e do mandamento de Deus.

Recusamos assim uma inspiração, um convite da graça; se lhe tivéssemos correspondido, Deus ter-nos-ia concedido graças ainda maiores e um aumento de caridade e de felicidade eterna. Mas, pelo pecado venial, perdemos esse direito: tal é o fruto do pecado venial deliberado. Não será então de admirar que Deus Se mostre mais reservado nos seus dons e que, por conseguinte, sem essas graças, cometamos infidelidades mais frequentes, a nossa vontade se torne mais inclinada a ceder, o nosso juízo se obscureça, a fé enfraqueça, as tendências naturais despertem de novo e o fervor diminua.

Iremos perdendo progressivamente de vista o ideal do amor de Deus, sentindo fadiga e cansaço, até que, por fim, nos abandonem a coragem e a alegria.

A nossa miséria atinge o auge com o pecado venial habitual. Muitas almas piedosas vivem numa infidelidade e inexatidão quase contínuas em «pequenas» coisas; são impacientes, pouco caridosas nos seus pensamentos, juízos e palavras, pouco sinceras na conversação e no comportamento, negligentes e relaxadas na sua piedade, sem domínio de si mesmas e demasiado frívolas na linguagem, tratando com leviandade a boa fama do próximo.

Conhecem os seus defeitos e infidelidades e talvez os acusem na confissão, mas não se arrependem deles seriamente nem empregam os meios que poderiam preveni-los. Não refletem que cada uma dessas imperfeições é como um peso de chumbo que as arrasta para baixo; não se apercebem de que começam a pensar de maneira puramente humana e a

agir apenas por motivos naturais; nem de que resistem habitualmente às inspirações da graça e abusam dela.

A alma perde assim o esplendor da sua beleza, e Deus vai retirando-Se cada vez mais dela. Pouco a pouco, a alma perde os seus pontos de contacto com Deus: já não vê n'Ele o Pai amoroso e amado a quem antes se entregava com ternura filial; alguma coisa se interpôs entre ambos. E tem de ser assim, porque o pecado venial faz com que nos comportemos continuamente para com Deus e o Salvador de uma maneira mesquinha e até baixa: escolhemos aquilo que Ele despreza e aborrece, expondo-nos conscientemente ao perigo de uma separação completa d'Ele.

Esta atitude priva-nos das ajudas da graça, afunda-nos cada vez mais num estado de fraqueza, de indiferença e de tibieza, ao mesmo tempo que aumenta a nossa autossatisfação, o nosso orgulho e a nossa cegueira. Porque nos havemos de admirar de que, num tal estado, acabemos por precipitar-nos inevitavelmente no abismo da separação de Deus? A ruína das almas encontra-se no pecado venial frequente e habitual; assim o ensinam a experiência e a história de tantas almas.

Muito diferente são os chamados *pecados veniais semidelibrados*. Muitas almas boas têm tal horror ao pecado deliberado que são, por assim dizer, incapazes de cometer conscientemente qualquer pecado, por «pequeno» que seja; contudo, todos os dias têm de censurar-se por certas faltas que as humilham e afligem, ao mesmo tempo que incomodam o próximo, apesar dos esforços mais sinceros, dos melhores propósitos e de terem empregado todos os meios para as evitar.

Não se trata de pecados veniais deliberados, mas de pecados semidelibrados e de faltas de fragilidade e precipitação.

Cometem-se por falta momentânea de reflexão, por ligeireza de carácter, por precipitação, esquecimento ou excesso de zelo: decide-se e age-se sem se ter consciência, no momento da ação, do carácter pecaminoso do ato.

Existem também pecados de surpresa: uma excitação nervosa, uma situação embaraçosa, uma dificuldade inesperada, um susto ou uma

surpresa fazem com que decidamos ou atuemos de modo diferente daquele que desejaríamos. Sucumbimos à pressão das circunstâncias: cometemos uma falta, mas sem plena advertência nem consentimento perfeitamente livre da vontade.

Acontece ainda que somos assaltados por movimentos repentinos de impaciência, tédio, ira, irritação, pensamentos pouco caridosos, sentimentos de antipatia, desprezo pelos outros, inveja, impulsos de sensualidade, imaginações desonestas, desejos impuros, caprichos de humor, melancolia, etc. Depois da falta, temos a impressão clara e dolorosa de não termos sido suficientemente generosos nem nos termos dominado bastante, embora não sejamos capazes de determinar exatamente qual foi a participação da nossa vontade livre na falta.

No entanto, em geral, existe alguma culpabilidade, ainda que remota, por negligência na vigilância, no conhecimento e na guarda de nós mesmos. Por esta razão, as faltas semidelibradas, esses impulsos espontâneos e imediatos, podem ser matéria de arrependimento, de confissão e de absolvição no sacramento da penitência.

Estas faltas semidelibradas também são pecados e, por isso, devemos cultivar perante elas, durante toda a nossa vida, um profundo horror e esforçar-nos por evitá-las. Convém, porém, notar que nunca conseguiremos evitá-las completamente. É precisamente isso que ensina a Igreja: enquanto vivermos na terra, ninguém pode evitar todos os pecados semidelibrados, a não ser que Deus lhe conceda esse privilégio especial, que acreditamos ter sido concedido à Santíssima Virgem Maria (Concílio de Trento, sessão VI, cân. 23). O que devemos procurar, portanto, na nossa luta contra o pecado semidelibrado, não é a sua eliminação total, mas a sua redução ao mínimo possível.

Que este seja o nosso programa: nunca um pecado consciente e deliberado; e, ao mesmo tempo, o menor número possível de pecados semidelibrados, de faltas e de imperfeições. «*Quem nasceu de Deus não peca.*»

2. Como combater eficazmente o pecado venial

Trata-se de uma questão de importância vital, porque tudo depende da maneira como nos comportamos perante o pecado venial. Devemos eliminar a todo o custo da nossa vida o pecado venial deliberado. Enquanto não tivermos este propósito firme, será impossível a caridade perfeita, a união perfeita com Deus, a vida para Deus e com Deus.

Já o pecado semideliberto é outra realidade, porque pressupõe um profundo horror a toda a infidelidade consciente e a toda a transgressão voluntária de um mandamento de Deus e, logo que é cometido e reconhecido, provoca um arrependimento sincero. Humilha-nos o facto de termos falado ou agido irrefletidamente, de termos tomado uma determinada decisão num momento difícil, de nos termos deixado dominar pela irritação ou pelo nervosismo; e recorremos imediatamente a Deus para Lhe pedir perdão, renovamos o propósito de viver doravante com maior vigilância e generosidade e pedimos-Lhe a graça de não tornar a cair.

Numa palavra, estes pecados semidelibertos serviram-nos para nos conhecermos melhor, para nos humilharmos e recorrermos a Deus, nosso único Salvador, e para fazermos um ato de contrição, renovando a decisão de resistir ao mal. Por isso, estas faltas não são para nós um obstáculo ou um prejuízo, mas antes um eficaz meio de santificação, um caminho para Deus, uma graça. Contudo, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que a frequência destas faltas vá diminuindo cada vez mais.

Que meios devemos utilizar nesta luta?

Em primeiro lugar, a oração. Não bastam o desejo e o esforço humanos. «*É Deus quem opera em vós o querer e o agir segundo o seu beneplácito*» (Fl 2, 13). O próprio desejo de não pecar já não é obra nossa, mas é despertado em nós pela graça divina (Concílio de Orange, ano 529, cân. 4). Para compreender verdadeiramente o que é o pecado venial e o que ele significa para nós, é necessário que a graça de Deus nos ilumine. E terá de ser também a graça divina a dar-nos vigor e fortaleza para emprendermos a luta contra o pecado venial nas suas múltiplas formas e para nela perseverarmos, dia após dia, durante toda a vida, com fervor e fidelidade inabaláveis. Deus concede a graça a quem lha pede: «*Pedi e recebereis*» (Lc 11, 9).

Em segundo lugar, é necessário adquirir princípios claros a respeito daquilo a que chamamos «pequenas coisas», regras, prescrições, deveres, etc. Na realidade, para nós não pode haver coisas pequenas. Em cada obrigação, em cada mandamento, desejo ou ordem dos superiores legítimos, em cada acontecimento do dia, seja ele bom ou mau, o olhar da fé descobre Deus: a sua providência, a sua permissão ou disposição, a sua vontade, o seu beneplácito. Se vivermos da fé, até as coisas que, humanamente falando, são insignificantes se tornarão grandes para nós, santas e dignas de atenção. Descobrimos nelas a santa vontade de Deus, o próprio Deus, e assim será fácil preservarmo-nos de qualquer infidelidade ou negligência.

A *justa avaliação do pecado venial*, especialmente do deliberado, é da máxima importância. Temos tendência para o considerar insignificante, mas esta ilusão é o princípio da ruína. Deve permanecer em nós a profunda convicção de que ele é uma ofensa a Deus, algo que Ele detesta com todo o poder da sua santidade, uma desobediência às suas leis, uma ingratidão para com Aquele que nos ama infinitamente e nos concede todo o bem que possuímos.

Depois do pecado grave, o venial é a nossa maior desgraça. Embora não nos separe realmente de Deus, pois não nos priva da sua presença em nós nem nos tira a vida divina e a dignidade de filhos de Deus, priva-nos, contudo, de numerosas graças e impede a expansão da vida divina em nós, o crescimento da graça santificante e das virtudes sobrenaturais. Dificulta a ação da graça, repele-a e afasta-a, de tal modo que ela não pode desenvolver-se onde cresce a planta venenosa do pecado venial habitual.

Outra ajuda, e das mais importantes, nesta luta contra o pecado venial é o uso frequente e proveitoso do *sacramento da penitência*. Este sacramento não apenas perdoa os pecados cometidos, mas prepara e fortalece a alma para o futuro, graças ao arrependimento, à absolvição do sacerdote e à penitência que este impõe. Atenua a tendência para recaídas, aumenta a inclinação para o bem e dá-nos direito a novas e mais eficazes graças atuais, com as quais podemos resistir ao pecado venial e evitá-lo.

Naturalmente, este triunfo depende muito do bom uso que fizermos do sacramento da penitência, que devemos receber com profunda contrição, aproveitando plenamente os seus frutos. A Igreja ordena aos superiores das

ordens religiosas que zelem para que os religiosos se confessem pelo menos semanalmente.

Para evitar a rotina na confissão semanal, e especialmente na confissão dos pecados veniais, será útil concentrarmos a nossa atenção sobretudo na dor dos pecados. E, para formar uma verdadeira dor, lancemos um olhar geral — e não excessivamente particularizado — sobre os pecados da nossa vida passada. Se não cometemos nenhum pecado grave desde a última confissão, recordemos que, segundo ensinam expressamente os teólogos, não é absolutamente necessária, para a validade da confissão, a menção e acusação detalhada dos pecados veniais e das imperfeições.

Segundo a doutrina do Concílio de Trento (sessão XIV, capítulo 5), existem muitos meios pelos quais se pode obter a remissão dos pecados veniais; por isso, não é necessário acusá-los na confissão. Contudo, acrescenta o Concílio, é proveitoso confessá-los.

Rigorosamente falando, portanto, basta, se não temos consciência de pecado mortal, acusarmo-nos de um pecado real, ainda que seja um pecado da vida passada já confessado e perdoado por Deus. Em todo o caso, não é aconselhável prolongar demasiado o exame de consciência; muito mais importante é esforçarmo-nos por realizar o ato de arrependimento amoroso mais perfeito possível, que apaga os pecados veniais. Então pode bastar-nos uma acusação limitada a poucos pontos.

Com o arrependimento renovado pelos pecados da vida passada, terminaremos a confissão dizendo: «Acuso-me de todos os pecados da minha vida passada.» Muitas pessoas detêm-se excessivamente no exame de consciência e na formulação das faltas, tornando assim pesada a confissão semanal. Ao arrependimento seguem-se espontaneamente os correspondentes propósitos de emenda.

Outro meio indispensável é a *vigilância assídua*: sobre os sentidos externos, a imaginação, os pensamentos, os desejos, as tendências, os afetos e os hábitos. «*Vigiai e orai, para não cairdes em tentação; o espírito está pronto, mas a carne é fraca*» (Mt 26, 41). Sem uma vigilância contínua e uma mortificação dos sentidos, do paladar e da língua, da instabilidade das inclinações espontâneas, da suscetibilidade, do ressentimento, do espírito de

contradição, do orgulho, da tendência para a crítica e para o desprezo do próximo, é impossível vencer o pecado venial. À oração devemos unir a mortificação e uma ascese adequada, como nos exorta o Senhor: «*Vigiai e orai*», porque «*esta espécie de demónios não pode ser expulsa por nenhum outro meio senão pela oração*» (Mc 9, 28).

Outro meio igualmente indispensável é o exercício refletido das virtudes cristãs, especialmente da virtude da fé, das virtudes cardeais da temperança (domínio de si mesmo) e da fortaleza para os sacrifícios que nos serão exigidos. Mas o mais importante de tudo é que se acenda em nós o amor de Deus e do próximo, o amor ardente a Cristo, nosso Senhor e Salvador. À medida que cresce o amor, crescem também todas as virtudes e fortalece-se o desejo de evitar o pecado venial. O problema do progresso interior e da pureza da alma é, antes de mais, um problema de crescimento da caridade. Se amamos, os pecados e as faltas desaparecem como por encanto.

Habitualmente adotamos uma atitude errada nas nossas relações com o pecado venial: colocamos ao longo do caminho da nossa vida uma infinidade de placas de aviso que nos dizem: «é pecado», «não se pode», ou «poderei fazer isto?», e assim estreitamos ou, melhor, obstruímos o caminho, tornando-nos verdadeiramente impossível percorrê-lo com simplicidade, segurança e alegria em direção ao cume. Vivemos uma ascese demasiado negativa! Precisamos de mais amor, de uma ascese mais positiva e luminosa. Se temos amor, já temos tudo. O amor fortalece-nos para aceitar os sacrifícios e as mortificações, para renunciar a isto ou àquilo, para opor um não decidido aos movimentos do amor-próprio, para manter a vigilância indispensável se queremos preservar-nos de toda a falta, mesmo nas coisas mais «pequenas».

Das profundezas do amor deve brotar esse sincero horror a todo o pecado venial, por mais pequeno que seja, que nos deve acompanhar sempre e penetrar inteiramente o nosso ser, influenciando e determinando toda a atitude do nosso espírito e da nossa vontade. O amor imuniza-nos contra uma certa forma de temor do pecado, infundado, paralisante e debilitante, e contra toda a incerteza e excesso de escrúpulo perante as inúmeras possibilidades de pecar venialmente, porque une a nossa vontade à de Cristo e à de Deus, dando-lhe uma orientação clara e definida.

O amor impele-nos a fazer o bem, a fazê-lo perfeitamente e apesar de todas as dificuldades. O amor não se contenta em evitar o mal, em não faltar a nenhum mandamento de Deus — isso também o faz o temor. O amor eleva-se acima do simples dever e quer fazer mais, quer dar mais. O amor concede à alma a força de uma vigilância constante, a força para empregar os meios necessários a fim de agir bem, vencer os obstáculos e evitar tudo o que possa desagradar a Deus. O amor leva-nos a procurar agradar-Lhe sempre e em tudo. Esta é a sua meta, muito superior, certamente, ao simples não praticar o mal.

O amor é uma força superior a todas as outras. Transforma aquele que ama, dá-lhe novas ideias, novos impulsos e capacidades até então desconhecidas. Não é coisa pequena fazer-nos evitar continuamente o pecado venial no meio dos homens, no vaivém da vida moderna; não é coisa pequena fortalecer as nossas energias com essa facilidade e prontidão que nos mantêm quase espontaneamente no caminho reto e tornam quase impossíveis o desvio e a queda. Para chegar a este ponto é necessário um estado de alma acima de toda a mediocridade, que só pode existir onde o fogo do amor divino arde com intensidade.

Façamos um exame de consciência sobre nós mesmos: que penso eu do pecado venial? Como o tenho considerado até agora, na teoria e na prática? Que devo fazer, modificar, abandonar ou melhorar? Por que meios alcançarei esse objetivo?

O nosso programa: «*Quem nasceu de Deus não peca, porque a semente de Deus (a graça) permanece nele*» (1 Jo 3, 9). Devemos chegar ao ponto de nos ser moralmente impossível cometer deliberadamente o menor pecado, permitir conscientemente as mais pequenas infidelidades. Tem de se realizar pouco a pouco em nós aquilo que está escrito: «*Quem nasceu de Deus não peca. Não pode pecar.*» «*Quem despreza as pequenas coisas cairá pouco a pouco*» (Ecli 19, 1).

VII

O INIMIGO

«Todos procuram os seus próprios interesses, e não os de Jesus Cristo.»

Fl 3, 21

Não é coisa pequena ter sido elevado à participação na vida divina, ser ramo da videira que é Cristo, ramo em que Ele faz circular a seiva da sua vida, e poder, enfim, dizer: *«Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim.»*

Cristo quer e deve viver e reinar em nós, ser a alma que nos vivifica e determina todos os nossos pensamentos, desejos e ações.

Mas, desde o instante em que Cristo toma posse da nossa alma para nela infundir o seu espírito e a penetrar com a sua vida, levanta-se contra Ele um inimigo que procura impedir a sua expansão. Este inimigo não é propriamente o demónio nem o mundo; vive no nosso interior. Nasceu connosco e já nos escravizava antes mesmo de possuirmos o uso da razão. É um inimigo cujo poder aumenta todos os dias, ajudado pelas nossas paixões, pelas trevas da nossa inteligência, pela fraqueza da nossa vontade, pelos nossos pecados e pelos nossos maus hábitos.

É um inimigo que ganha coragem precisamente com os golpes que lhe desferimos; um inimigo que se gloria das vitórias que alcançamos sobre ele e as atribui a si mesmo. Um inimigo que cresce alimentando-se precisamente das virtudes que praticamos e até dos defeitos a que cedemos. Um inimigo que desperta connosco pela manhã e permanece ao nosso lado durante todo o dia, sempre atento a envenenar e degradar espiritualmente todas as nossas obras.

Já é tempo de dizer que este inimigo se chama amor-próprio.

É preciso vencê-lo! Se o vencermos, o reino de Cristo estará assegurado em nós. Só então poderemos dizer, com São Paulo: *«Já não sou eu que*

vivo, é Cristo que vive em mim» (Gl 2, 20). Um esboço intuitivo deste inimigo astuto é-nos dado pela *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis, livro III, capítulo 54: «As tendências contrárias da natureza e da graça.»

1. O que é o amor-próprio

Existe um amor-próprio reto e ordenado. Devemos amar-nos a nós mesmos, desejar o nosso bem; sim, devemos amar-nos, porque a aspiração e a tendência para a felicidade estão inscritas na nossa natureza. Podemos desejar para nós os bens naturais: talento, ciência, integridade. Podemos também amar o nosso corpo, cuidar dele e velar pela sua saúde e beleza, mas sempre com a condição de que a principal solicitude seja pela alma, pela aquisição das virtudes e pela salvação eterna.

O amor-próprio é ordenado quando nos amamos em Deus e por Deus, quando, como filhos de Deus, como redimidos, como chamados à participação da vida divina, O adoramos, O servimos, trabalhamos por amor d'Ele e cumprimos a sua vontade.

O amor-próprio ordenado tem o seu reverso, que é o ódio de si mesmo: odiar os pecados cometidos e fazer penitência por eles. Aborrecemos a nossa inclinação para o pecado e a nossa corrupção interior, esforçando-nos por corrigi-las mediante a ascese e a abnegação. Odiamos o nosso corpo no sentido de o submetermos à disciplina e à mortificação. «*Se alguém vem a Mim e não odeia até a sua própria vida, não pode ser meu discípulo*» (Lc 14, 26).

Existe também um amor-próprio desordenado, de que vamos agora falar. Este amor-próprio encontra-se em todos os caminhos e em todos os trilhos, dia após dia e hora após hora, sob mil formas diferentes; exteriormente mostra-se sempre afável, moderado, habilidoso, cortês, amável e delicado. Mas, visto sem disfarces, é um lobo voraz, falso, mentiroso, exímio na arte da sedução e da persuasão, um verdadeiro sofista.

O amor-próprio é a força que move o mundo. «*Todos procuram os seus próprios interesses*», diz São Paulo; todos procuram o seu proveito: somos egoístas. O amor-próprio é a raiz secreta e profunda dos pecados e dos

vícios que tornam continuamente os homens infelizes: preguiça, falta de carácter, infidelidade, mentira, concupiscência, avareza; os pecados da carne e os pecados do espírito.

O amor-próprio é a mãe fecunda de todos os grandes crimes da humanidade, das injustiças que clamam vingança ao Céu e das quais a história está cheia de exemplos; das opressões, das faltas de caridade para com o próximo, das inimizades e guerras, da destruição da nossa felicidade e da felicidade dos outros. Em última análise, é o amor-próprio que arranca a fé e a religião de milhões de corações, que priva milhões de homens de Deus e do Céu.

Ao lado deste egoísmo grosseiro e vulgar existe outro mais subtil, próprio das almas piedosas: o *amor-próprio «espiritual»*. Também sob esta forma o egoísmo se introduz todos os dias nos corações, nos pensamentos, nas reações interiores, nas palavras e nas obras das almas boas.

Uma alma, por exemplo, deseja ardentemente a perfeição; mas por detrás deste desejo encontra-se, inconfessado, o desejo de ser estimada, admirada e considerada, e frequentemente uma complacência na própria perfeição, uma admiração de si mesma e um orgulho secreto.

A alma trabalha quanto pode para fugir do pecado; mas, às escondidas, insinua-se nela o amor-próprio: evita o pecado não apenas porque é uma ofensa a Deus, mas também porque mancha a sua própria beleza espiritual ou porque gostaria de se considerar superior a tais fraquezas.

O amor-próprio procura consolações, deseja luzes, dons e graças; fixa-se naquelas que Deus concede aos outros e acaba por se tornar ciumento, invejoso e desagradável.

Enganada pelo amor-próprio acerca do verdadeiro objetivo da vida e do combate espiritual, a alma passa a considerá-los não como o cumprimento da vontade de Deus, mas como um aperfeiçoamento pessoal e uma melhoria da sua própria vida. E, ao propor-se um objetivo errado, desfiguram-se também os motivos das suas ações.

A alma acaba por encerrar-se numa escola de perfeição conforme à sua escolha e aos seus gostos, sem suspeitar sequer que o seu esforço de progresso não passa de um engano e de uma apoteose do seu próprio espírito.

O amor-próprio faz com que a alma se agite e se inquiete por causa dos seus defeitos, pecados e fraquezas; leva-a a deixar-se abater e desencorajar pela sua própria miséria, a não suportar a visão da sua nulidade, a sentir-se descontente com a obra de Deus e da graça nela, porque lhe parece lenta, terrivelmente lenta. Tinha avaliado as suas próprias forças de maneira muito diferente e imaginava que a graça atuaria como por encanto. Como esta lentidão de Deus a torna nervosa!

O amor-próprio lisonjeia a alma para que se proponha uma meta elevada, demasiado elevada. Tendo diante dos olhos o exemplo de Cristo e dos santos, pensa fazer o mesmo. Julga ter feito já tudo o que podia, mas não pode deixar de verificar que aquilo que realizou fica muito aquém do que viu neles, e esta reflexão acaba por a desanimar.

O amor-próprio coloca diante dos olhos da alma o bem que ela faz: a fidelidade com que cumpre as suas obrigações, o zelo com que pratica a oração e os exercícios de piedade; perante tanto bem, levanta-se depressa uma subtil névoa e a alma começa a perder o equilíbrio.

O amor-próprio produz na alma inquietação, impaciência e descontentamento, quando se vê obrigada a combater, nos momentos de oração, as distrações, os pensamentos vãos e outras tentações; quando nota em si pobreza de pensamentos elevados ou frieza de coração; quando tem de reconhecer a sua própria incapacidade; quando sofre aridez espiritual.

Nas relações com o próximo, o amor-próprio torna-nos suscetíveis, inflexíveis, soberbos, impacientes, exagerados na afirmação do próprio eu e dos próprios direitos, frios, indiferentes e injustos nos nossos juízos e palavras. Tem prazer em falar das próprias ações, das luzes e experiências interiores, das dificuldades e dos sofrimentos, mesmo sem necessidade de o fazer.

Nas práticas de piedade compraz-se em observar os outros, em examiná-los e julgá-los; inclina-se a comparar-se com eles e a considerar-se melhor, a ver apenas os seus defeitos e a negar-lhes as boas qualidades, a atribuir-lhes intenções e desejos pouco nobres, chegando mesmo a desejar-lhes o mal. O amor-próprio — para desonra da própria piedade — faz com que nos sintamos ofendidos quando somos humilhados, insultados, postos de lado ou quando não somos considerados, estimados e tratados com as atenções que esperávamos.

Não é possível enumerar todas as formas do amor-próprio espiritual. Basta indicar aquelas que ele gosta de assumir na vida comunitária. Aí manifesta-se frequentemente como espírito de separação, como tentativa de se afastar um pouco da vida comum, de querer fazer mais do que prescrevem as regras e constituições, de se subtrair, sempre que possível, à vida comum para seguir o seu próprio caminho.

Gosta de se apresentar sob o disfarce de uma rigorosa fidelidade à regra, atitude que torna a pessoa pouco compreensiva e a leva a vigiar, controlar e acusar os outros, considerando sempre os superiores demasiado suaves e indulgentes. Manifesta-se como apego às coisas particulares, sem interesse pelas da comunidade; como independência de espírito: não quer submeter-se a uma obediência simples, não gosta de cumprir sem exame crítico aquilo que lhe é ordenado, quer ver e julgar tudo por si mesmo.

O amor-próprio conduz à crítica, ao descontentamento e à indiferença para com os superiores, irmãos ou irmãs.

O amor-próprio é, enfim, a fonte de todas as inquietações, dificuldades interiores, ansiedades, temores, decepções, desejos, esperanças irrealizáveis, projetos, propósitos e intenções; de todas essas coisas que mantêm a alma numa tensão contínua, que não a deixam em paz, que a privam do recolhimento e do espírito de oração, da paz interior, e a impedem de chegar à união perfeita com Deus e ao estado de oração perfeita.

Agora que vimos com clareza a importância decisiva que o amor-próprio tem na vida espiritual, compreenderemos quão necessário é enfrentar este inimigo para o rejeitar e destruir.

O amor-próprio é a *causa profunda de todos os nossos pecados e infidelidades*. Sabemos que o pecado é um apego desordenado a um bem temporal, a uma vaidade, a uma loucura, a um ídolo; apego que tem a sua origem num amor desordenado de si mesmo, isto é, no amor-próprio.

A serpente introduz-se no paraíso: «*Não morrereis... sereis como deuses*» (Gn 3, 4). Lisonjeia o amor-próprio de Eva, e a mulher deixa-se enganar, toma o fruto proibido e entrega-o também a Adão para que o coma. Nesse momento desencadeia-se sobre a humanidade a torrente do pecado, que penetra em todas as coisas, em todos os corações, nos pensamentos, inclinações e desejos, nos corpos e nas almas, nas palavras e nas obras dos homens: este é o fruto do amor-próprio. Faz de Caim um fraticida; de um Apóstolo, o traidor do Senhor. Haverá poder mais funesto do que o do amor-próprio?

O amor-próprio é em nós o *inimigo de Deus*. Fomos criados para o santo amor de Deus. «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças» (Mt 22, 37). «Quem não ama permanece na morte» (1 Jo 3, 14).

Mas quem ama verdadeiramente a Deus? Aquele que se entrega inteiramente e sem reservas à vontade e ao beneplácito divinos; aquele que responde com um sincero *fiat* a todas as graças, trabalhos, deveres, sofrimentos e alegrias que a vida lhe proporciona; aquele que nada procura para si mesmo, mas vive unicamente para a honra, o serviço e a vontade de Deus.

Ora, qual é a atitude do amor-próprio perante tudo isto? Vive para si mesmo e não para Deus; é o inimigo declarado de Deus e do seu amor. O amor de Deus e o amor-próprio são como os dois pratos de uma balança: quando um sobe, o outro desce. Só depois da derrota do amor-próprio pode germinar na alma o amor a Deus e a Cristo.

E, se o amor-próprio é inimigo do amor de Deus, necessariamente é também *inimigo do amor ao próximo*. Este une os espíritos e os corações; aquele separa-os. O amor-próprio é o grande estraga-prazeres, o inimigo que semeia nos corações a má semente da aversão, da inveja, do ódio e da inimizade. O amor-próprio procura sempre e apenas o seu próprio proveito,

sem se preocupar com os direitos dos outros nem com a lei da caridade para com o próximo.

São Paulo escreve aos Coríntios: *«A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não se vangloria, não se ensoberbece; não é inconveniente, não procura os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal; não se alegra com a injustiça, mas compraz-se com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta»* (1 Cor 13, 4 ss.).

Não é verdade que isto não é o amor-próprio?

Que conclusão se tira daqui? Esta verdade incontestável: toda a perfeição, toda a santidade, todo o progresso espiritual se fundamentam na destruição do amor-próprio. Só sobre as suas ruínas pode erguer-se o novo edifício em que Cristo vive e reina. E esta outra verdade: o grande meio para chegar à perfeição é a purificação e o desapego de si mesmo e do amor-próprio, que é o inimigo por excelência.

2. Como se vence o amor-próprio

A nossa tarefa é dupla: *oração e mortificação*. «Esta espécie de demónios não se vence senão pela oração e pelo jejum [a mortificação]» (Mt 17, 21).

À oração estão prometidas e ligadas as graças. «Pedi e recebereis, procurai e encontrareis» (Mt 7, 7). «Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça [santidade], porque serão saciados» (Mt 5, 6). Quanto mais e melhor rezarmos, tanto mais graças nos serão concedidas para podermos vencer o amor-próprio. Na nossa oração devemos pedir, antes de tudo, o verdadeiro amor de Deus e de Cristo. O amor-próprio diminui à medida que cresce em nós o amor de Deus. Senhor, aumentai o nosso amor!

Intimamente ligada à oração está a mortificação. A mortificação da sensualidade e da moleza, do deleite e do prazer nas suas inúmeras formas e matizes; a mortificação dos sentidos, dos olhos, da curiosidade e da língua.

Finalmente, e acima de tudo, a mortificação generosa das faculdades da alma, isto é, a disciplina e o domínio das inclinações e das paixões, do orgulho, da vaidade, da suscetibilidade, da excessiva confiança em si mesmo, do mau humor, da inconstância, do espírito de contradição, da loquacidade, da indecisão da vontade, da impetuosidade do carácter; a mortificação da inteligência, o domínio da imaginação e da memória, a moderação da tristeza e da saudade, do medo, da alegria e da atividade exagerada e insaciável.

Ainda que tivéssemos feito tudo isto, continuaríamos a ser servos inúteis. O nosso esforço não basta. Nunca somos suficientemente perspicazes para combater o amor-próprio em todos os seus aspetos; falta-nos aquela coragem quase cruel que seria necessária para continuar a trabalhar até o aniquilar completamente. Por isso, *é necessária a intervenção de Deus.*

E Deus intervém. Toma o martelo e o cinzel e põe-se ao trabalho. Quer fazer de nós uma obra-prima, uma imagem tão fiel e perfeita quanto possível do seu Filho Unigénito: um filho de Deus como Ele, que traga impressos os traços e a fisionomia próprios de Jesus e resplandeça com a beleza de Cristo. E tudo isto para estender a nós, da forma mais perfeita possível, o amor que o Pai tem ao seu Filho consubstancial.

Deus intervém e atua em nós exteriormente por meio da sua amorosa providência, das suas disposições, daquilo a que chamamos as «casualidades» de cada dia; por meio das circunstâncias em que nos coloca, das doenças, humilhações, êxitos e fracassos, dificuldades e amarguras, cruces e sofrimentos, pequenas e grandes alegrias. Em cada momento da vida Deus tem-nos na sua mão e está a trabalhar em nós para destruir o nosso amor-próprio, que é o nosso maior inimigo.

Atua também em nós *interiormente*, manifestando-Se como um Deus ciumento que não tolera ao seu lado, na nossa alma, outros deuses, seja qual for o nome que tenham. Tem ciúme do amor e da entrega do nosso coração: quer ser o centro e o objeto de todos os nossos desejos e inclinações; quer que O amemos verdadeiramente com todo o coração e com todas as forças, e que amemos também todas as outras pessoas e coisas n'Ele e por Ele.

Tem ciúme da homenagem da nossa inteligência: quer que humilhemos diante d'Ele o nosso entendimento, que reconheçamos que Ele é tudo, que Lhe submetamos, com fé cega, todos os nossos juízos e nos deixemos guiar sempre pela sua luz; quer que estejamos dispostos a morrer para o nosso próprio espírito, a renunciar a querer ver e compreender tudo com a nossa pobre inteligência, aceitando a orientação do seu Espírito e da sua Luz, submetendo-nos a Ele absoluta e incondicionalmente.

O Senhor é um Deus ciumento; os seus ciúmes, na verdade, não têm limites. Deus vai tão longe que não tolera no nosso coração nem o mais insignificante vestígio de amor-próprio, perseguindo-o até ao seu completo aniquilamento.

Deus começa esta obra de total desapego retirando à alma que decidiu viver apenas para Ele as consolações que inicialmente lhe tinha concedido. Essas consolações eram necessárias e muito oportunas nos começos da vida espiritual: tinham por objetivo afastar a criatura da parte inferior da alma, para a unir unicamente a Deus.

Essas consolações — sabemos isso por experiência própria — estavam ligadas a um gosto sensível por Deus e pelas coisas divinas; por isso, a nossa primeira entrega a Deus não era, na realidade, totalmente pura, mas encontrava-se marcada por um amor-próprio subtilmente disfarçado.

Pouco a pouco, quando essas consolações já cumpriram a sua missão, Deus intervém para purificar o nosso amor. Durante certos períodos e por intervalos, retira da alma os consolos interiores, permite que ela experimente aridez, distrações involuntárias, dificuldades na oração, perda de toda a devoção sensível e do gosto espiritual que anteriormente sentia; permite até que caia numa certa frieza e falta de entusiasmo pelas coisas divinas, numa dificuldade sensível em recolher-se e comunicar com Deus.

Por todos estes sinais, a alma percebe que entrou numa crise espiritual. Feliz a alma que então se comporta com coragem e aceita com paz e humildade este tempo de provação. Se permanecer fiel e entregar generosamente a Deus tudo o que Ele lhe pede, começará a amá-Lo por Si mesmo, e não já pela doçura dos seus dons nem pelas suas consolações.

Chegado a este ponto, pode já iniciar-se o segundo período da ação divina destinada a destruir o amor-próprio. Depois de alternâncias mais ou menos acentuadas entre períodos de fervor e de secura, Deus retira à alma que Lhe permaneceu fiel todos os elementos sensíveis; concede-lhe experimentar o seu amor apenas raramente e só por breves momentos. Assim despojada, a alma vai-se tornando mais simples e mais pura: já não se apercebe de que é amada, nem sequer de que ama; e, contudo, o seu amor é mais forte e mais puro do que antes.

Ama sem pensar em si mesma, esquece-se, perde-se de vista. A prova do seu amor já não assenta, como anteriormente, no sensível, mas tornou-se mais robusta, mais fiel, mais paciente, mais caridosa, mais suave, mais desinteressada e mais firme perante as tentações. O fervor da sensibilidade cedeu lugar ao fervor da vontade; o amor-próprio perdeu terreno; a alma aprendeu a esquecer-se de si mesma e a perder-se no amor de Deus.

E aqui começa a terceira fase, a da «grande purificação», o tempo de que escreve Santa Catarina de Génova: *«O amor divino destrói tudo aquilo que é mais querido, servindo-se da morte, da doença, da pobreza, do ódio, da discórdia, da calúnia, do escândalo, da mentira, da perda da honra aos olhos dos teus pais, familiares e amigos e até aos teus próprios olhos, de tal modo que já não sabes como te comportar, porque de todas as coisas mais queridas apenas te vêm sofrimento e humilhação. Nem sequer compreendes porque age assim o amor de Deus, pois tanto em relação a Deus como aos homens a sua conduta te parece desprovida de sentido.*

Depois de deixar a alma assim, mais ou menos contrariada e presa de íntimo sofrimento, o amor divino mostra-lhe, por fim, o seu rosto radiante e luminoso e, logo que ela o percebe, despojada e abandonada, lança-se nos seus braços.»

A primeira destas grandes purificações manifesta-se sob a forma de graves *tentações* que parecem investir contra todas as nossas virtudes: tentações contra a pureza, a fé, a confiança em Deus, a caridade e o amor ao próximo; tentações de ira, ressentimento, desconfiança, blasfémia, resistência a Deus e à sua graça; tempestades de todas as paixões que julgávamos extintas para sempre desde há muito tempo.

Mas, apesar de tudo, a alma permanece interiormente firme e pura: conhece as suas fragilidades e o seu nada e, por fim, deixa de admirar-se e de amar-se a si mesma; reconhece quão pecadora e miserável é no íntimo e começa a alimentar um santo desprezo e aversão por si mesma. Tudo isto não é senão obra do amor divino na nossa alma.

A segunda purificação caracteriza-se por grandes *humilhações exteriores*. Espalham-se calúnias contra a pessoa; todos perdem a estima que tinham por ela; chamam-lhe hipócrita; interpretam mal as suas palavras e as suas ações. Aqueles que outrora eram seus amigos abandonam-na agora e evitam-na. Nem sequer os próprios superiores a estimam já: condenam-na e retiram-lhe a sua confiança.

E a alma sofre e cala-se; deixa que a condenem, que a caluniem, que todos se afastem dela, que suspeitem dela o que quiserem, e reza com Cristo: «*Pai, perdoa-lhes.*» Na realidade, nada daquilo que lhe censuram lhe pode ser imputado; mas ela considera-se culpada e está convencida de que merece o tratamento que recebe.

É aqui que Deus atua. O amor-próprio não deve encontrar qualquer apoio: nem no testemunho da própria consciência, nem na opinião ou no juízo dos homens.

E, contudo, Deus ainda não está satisfeito. A alma poderia apoiar-se em Deus, na sua proximidade, mas até desse apoio se vê privada. No período em que Deus a submete a escrúpulos e a aparências de pecado, e a graves humilhações provenientes das criaturas, até Ele próprio a trata com severidade, quase com dureza, de modo que *parece rejeitá-la*.

A alma julga-se condenada e rejeitada por Deus para toda a eternidade. Tudo lhe foi retirado: as suas únicas posses são as trevas, a escuridão, a privação de toda a ajuda, a angústia, um sentimento de total abandono por parte de tudo e de todos, e vê-se levada a exclamar: «*Meu Deus, meu Deus, porque me abandonastes?*»

Que pode fazer? Nada, a não ser lançar-se cegamente nos braços de Deus, numa espécie de entrega incondicional: «*Nas vossas mãos, Senhor, entrego o meu espírito.*»

Profundamente humilhada, reduzida ao nada aos olhos dos homens e aos seus próprios olhos, já não lhe resta onde se apoiar. Mas é precisamente neste momento que os seus olhos se abrem e, finalmente, o amor-próprio é arrancado do solo da alma, levando consigo todos os seus rebentos e ramificações. E a alma fica livre para explodir em atos de puro amor; o amor de Deus mostra-lhe o seu rosto luminoso e radiante.

Com um sentimento de íntima gratidão, a alma entrega-se definitivamente nos braços amorosos do Pai e canta alegremente: «*Deus é amor!*»

«*Vencer o amor-próprio é vencer tudo*», diz Santo Afonso de Ligório. Quem vence o amor-próprio conquista tudo: Deus, a própria alma, a paz do coração e a santidade.

Tarefa grande, demasiado grande para as nossas forças. Mas não desanimemos, porque em nós vive e atua o Deus onnipotente; em nós vive, atua e combate Cristo, nosso Senhor, contra o nosso inimigo comum. Ele comunica-nos o seu espírito, a sua luz e a sua força, que tudo pode. «*Eu sou a videira e vós os ramos.*» «*Tudo posso n'Aquele que me fortalece*» (Fl 4, 13).

«Filho, convém que dês tudo pelo Tudo e que nada seja teu. Sabe que o amor-próprio te engana mais do que qualquer coisa deste mundo. Conforme for o amor e o apego que tens às coisas, assim estarás mais ou menos preso a elas. Se o teu amor for puro, simples e bem ordenado, não serás escravo de nenhuma. Não desejes aquilo que não te convém possuir. Não queiras ter coisas que te possam impedir ou tirar a liberdade interior.

É admirável que não te entregues a Mim do mais íntimo do coração, com tudo o que podes ter ou desejar. Porque te consomes em vã tristeza? Porque te fatigam cuidados supérfluos? Está pronto para cumprir a minha vontade e não sofrerás dano algum» (*Imitação de Cristo*, livro III, cap. 27).

VIII

A PRÁTICA DA VIRTUDE CRISTÃ

A via purgativa continua-se na via iluminativa ou dos proficientes, isto é, daqueles que um dia se entregaram ao serviço de Deus (primeira conversão) e agora se consagram séria e sinceramente a viver a vida de perfeição cristã, quer no claustro, quer no mundo, no exercício de uma profissão secular (segunda conversão).

Graças às luzes mais radiantes que Deus lhes comunica na via iluminativa, os proficientes adquirem um conhecimento mais íntimo de Deus. Melhor do que através das belezas da criação que os rodeiam, a alma conhece Deus nos grandes mistérios da salvação: a encarnação do Filho de Deus, a redenção e a vida eterna que lhe foi prometida. A alma familiariza-se mais com as verdades da fé; penetra mais profundamente os mistérios da vida, da paixão e morte, da ressurreição e glorificação de Cristo, da sua vida e da sua ação no Corpo Místico, que é a Igreja.

A alma eleva-se a um conhecimento vital do amor e da bondade infinitos de Deus, conhecimento que a torna, por sua vez, mais sensível e dócil às suas inspirações. Sob a influência desta ação divina, a alma apreende cada vez mais os valores da pessoa de Cristo Senhor, da sua santa vida interior e da ação da sua graça nos homens.

E tudo isto a alma alcança não tanto pelo seu próprio esforço e pelas suas reflexões teológicas, quanto pelas luzes derramadas por Deus sobre a sua inteligência. A alma mergulha cada vez mais nos mistérios da fé e vive mais deles, à medida que se vai abrindo mais e se torna mais dócil às inspirações da graça, isto é, à medida que se purifica mais do pecado e se liberta das paixões e dos apegos desordenados. Só assim pode avançar no caminho da virtude e da perfeição.

À luz das iluminações que a acompanham na via dos proficientes, a alma amadurece passo a passo num elevado amor de Deus e do próximo. Este amor manifesta-se nos proficientes não apenas pela luta contra o mal e

contra o inimigo das coisas divinas, como acontece nos principiantes, mas também por um seguimento mais próximo de Cristo através da imitação mais perfeita das suas virtudes, particularmente da humildade e da mansidão (Mt 11, 29), da obediência até à morte (Fl 2, 8), do amor ao Pai e aos homens (Jo 13, 1; Gl 2, 20).

Para consolidar e aperfeiçoar as virtudes na alma dos proficientes, Deus prova-os com determinados sofrimentos e penas, ao mesmo tempo que os ilumina: aridez prolongada e desolação na oração, tentações veementes, sobretudo contra a paciência; não raras vezes permite a perda de bens exteriores: a honra, a fama, relações familiares e amizades, pobreza e doenças.

O próprio Deus sustenta nestas provas as aspirações da alma a crescer e a aperfeiçoar-se na virtude. Quer sobretudo firmá-la solidamente na humildade, que é o fundamento último de toda a virtude autenticamente cristã, e quer também inundá-la do conhecimento, que ultrapassa tudo o que podemos imaginar, do amor de Deus revelado em Cristo e na sua obra redentora, e que incessantemente se manifesta também a nós.

1. Sentido íntimo da virtude cristã

A vida divina da graça, que nos foi infundida na alma pelo santo Baptismo, está sujeita a crescimento. *«O reino dos Céus é semelhante a um grão de mostarda que um homem tomou e semeou no seu campo. É a menor de todas as sementes, mas, quando cresce, torna-se a maior das hortaliças e faz-se árvore, de modo que as aves do céu vêm abrigar-se nos seus ramos. O reino dos Céus é semelhante ao fermento que uma mulher tomou e misturou em três medidas de farinha, até que tudo ficou levedado»* (Mt 13, 31-33).

Assim é o amor infinito de Deus: faz-nos participar da sua vida divina, mas não quer que permaneçamos estagnados; não quer que nos contentemos com aquilo que recebemos no santo Baptismo, mas que cresçamos e avancemos para uma participação cada vez mais sublime e plena.

Até onde podemos chegar? Até «*ser conformes à imagem do seu Filho*» (Rom 8, 29). Verdadeiramente elevada e grandiosa é a meta a que somos chamados: a imagem do seu Filho, tal como resplandece nas excelsas virtudes que o Senhor pratica no Evangelho; os cumes da sua humildade e do seu amor, que tudo dá generosamente.

O grão de mostarda da vida divina foi depositado nas nossas almas para crescer sem cessar, para se tornar uma árvore grande e vigorosa, para produzir fruto para glória de Deus e de nosso Senhor Jesus Cristo, em proveito da nossa própria alma e da alma de tantos por cuja salvação e santificação somos solidariamente responsáveis.

A graça santificante é o fermento que penetra no homem e o transforma pela sua força. É um poder vivo e eficaz que atua em nós. Pode e deve elevar o pensamento e a vontade do homem, os seus sentimentos e energias, as suas alegrias e sofrimentos, à esfera do sobrenatural, transformando tudo em obras de virtudes sobrenaturais: «*até que tudo fique levedado*».

A graça não pode permanecer ociosa em nós; trabalha e atua, porque não é senão participação da própria vida de Deus, poderosa e sempre ativa. Não descansa enquanto o inimigo de Deus não recuar na alma e enquanto o homem inteiro não for santificado e divinizado, inundado pelos vivos reflexos das virtudes sobrenaturais. A graça impele à realização em atos e obras de virtude, impele a produzir fruto.

«*Aprendeis de Mim, que sou manso e humilde de coração, e encontrareis descanso para as vossas almas*» (Mt 11, 29). «*Eu vos dei o exemplo*», diz o Senhor, «*para que façais também como Eu fiz*» (Jo 13, 15).

E o Apóstolo insiste connosco com toda a força: «*Tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus, o qual, sendo de condição divina, não considerou como usurpação ser igual a Deus; mas aniquilou-Se a Si mesmo, tomando a condição de servo e tornando-Se semelhante aos homens. E, aparecendo como homem, humilhou-Se a Si mesmo, fazendo-Se obediente até à morte, e morte de cruz*» (Fl 2, 5-8).

Lembremos ainda este outro texto: «*Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo*» (Rom 13, 14). Devemos identificar-nos com os sentimentos do

Senhor até podermos dizer verdadeiramente: *«Já não sou eu que vivo; é Cristo que vive em mim»* (Gl 2, 20).

O Pai designou-nos expressamente o seu Filho feito homem como Mestre e Modelo: *«Este é o meu Filho muito amado, em quem pus toda a minha complacência: escutai-O»* (Mt 17, 5).

Cristo vive e age sempre de acordo com o beneplácito do Pai. O seu pensar e querer, os seus sentimentos e a sua oração, as suas palavras e as suas ações, o seu comportamento para com os homens, tudo é perfeito, santo e conforme à vontade do Pai.

Daqui se conclui que as palavras e as obras do Senhor são para nós o modelo e o exemplo de toda a virtude e santidade. Daqui vem a recomendação do Pai: *«Escutai-O!»*; e a palavra do próprio Senhor: *«Aprendei de Mim!»* N'Ele habita a plenitude da virtude, da santidade e da perfeição. Foi n'Ele, na sua vida santa e perfeita, que se formaram os santos da Igreja e se tornaram aquilo que são. Eles escutaram a recomendação do Pai e a palavra de Cristo. Oxalá também nós Lhe demos ouvidos e as ponhamos em prática! Assim o queira Deus!

O mistério da nossa união vital com Cristo revela-nos o verdadeiro sentido do esforço pela aquisição das virtudes: a nossa vida virtuosa é a expressão natural e a necessária irradiação do nosso *«ser em Cristo»*. *«Eu sou a videira, vós sois os ramos. Quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto, porque sem Mim nada podeis fazer»* (Jo 15, 5). A prática da virtude é a expressão natural e o necessário esplendor da nossa incorporação em Cristo pelo santo Baptismo.

Não é, portanto, uma questão de gosto pessoal ou de livre escolha, mas um dever sagrado que deriva da receção do santo Baptismo. Foi então que fomos incorporados em Cristo, unidos vitalmente a Ele, para sermos cumulados da sua própria vida.

Este é o privilégio da virtude cristã: se o cristão, isto é, o baptizado ou membro do Corpo Místico, se humilha com espírito contrito, essa humilhação une-se à humilhação praticada por Cristo quando Se fez homem, quando esteve sujeito a Maria e a José, quando lavou os pés aos

Apóstolos. É Cristo quem, com a sua humildade, glorifica o Pai e Lhe presta honra em nós e através de nós, seus membros.

A nossa pobreza une-se espiritualmente à pobreza que o Senhor praticou na manjedoura, no exílio do Egito, em Nazaré e durante a sua vida pública, quando nem sequer tinha onde reclinar a cabeça. E é a sua pobreza, prolongada em nós, que condena a avareza dos filhos deste mundo e presta uma homenagem explícita ao Pai.

Aos olhos de Deus existe em todo o universo apenas Um que O glorifica dignamente; apenas Um que reza perfeitamente, que é perfeitamente humilde e pobre de espírito: Cristo. Nós estamos incorporados n'Ele e, deste modo, pôde Ele prolongar em nós a sua vida de perfeição para glória do Pai. *«A cabeça e os membros formam tão intimamente um só corpo, que é impossível distinguir o que pertence a um e o que pertence aos outros»* (Santo Agostinho, *In Ps. 40, 1*).

Ser cristão, ser membro de Cristo e não viver a sua vida de perfeição, é uma contradição nos próprios termos. A nossa incorporação em Cristo confere à nossa virtude um valor e uma excelência que ultrapassam os de qualquer virtude puramente natural e humana.

2. Leis das virtudes cristãs

Primeira lei: as virtudes podem e devem crescer e fortalecer-se continuamente. A vida sobrenatural penetra em nós como uma força que desperta as faculdades da alma — inteligência, memória e vontade —, as impregna de uma vida nova, dispõe-nas melhor para receber a luz e a verdade divinas e infunde-lhes um novo impulso para viverem sempre consagradas ao Senhor infinitamente bom, para trabalharem com Ele, mortificarem-se, sofrerem e agirem cada vez mais perfeitamente por seu amor.

É uma nova torrente de vida que se derrama na nossa alma e nos arrasta consigo; uma força divina que exige continuamente novas energias da alma, que assume toda a complexidade da nossa vida moral e a conduz para cumes mais elevados.

Como cristãos, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para crescer. Mas existe uma diferença muito importante entre o desenvolvimento das virtudes naturais — por exemplo, a formação do carácter, a aquisição da ciência ou da coragem natural — e o desenvolvimento das virtudes cristãs sobrenaturais.

O homem adquire as primeiras pela sua própria vontade, mediante o esforço pessoal e uma atividade incansável. A vida sobrenatural, pelo contrário, não pode ser produzida nem aumentada apenas pelo esforço humano: só Deus pode concedê-la. É Deus quem nos eleva de um grau inferior de virtude para outro mais elevado; quem nos concede uma luz mais viva do que antes ou nos comunica um grau mais intenso de vitalidade sobrenatural. É Deus quem produz em nós o crescimento das virtudes, crescimento que só d'Ele devemos esperar e só n'Ele devemos procurar.

O Senhor oferece-nos três grandes meios que favorecem o crescimento das virtudes sobrenaturais.

O primeiro é o uso dos sacramentos. Neles corre abundantemente a corrente da graça. Nós recebê-la-emos na medida da pureza e do fervor das nossas almas. Entre todos os sacramentos, é a sagrada Comunhão que mais aumenta em nós a vida da graça. Todos os sacramentos têm por finalidade aumentar em nós a graça santificante; e, com o aumento desta, cresce simultaneamente o das virtudes sobrenaturais.

O segundo meio consiste nas boas obras que realizamos.

Como estas obras são fruto da graça, tornam-nos mais agradáveis a Deus, que nos concede um grau mais elevado de graça e, conseqüentemente, um aumento de virtude. O Concílio de Trento ensina expressamente, contra os protestantes, que os justificados alcançam pelas suas boas obras o aumento da graça e a vida eterna.

A oração contribui de modo particular para o crescimento das virtudes. A oração é uma boa obra e, como tal, merece-nos um aumento de graça e de virtude, como qualquer outra boa obra; mas possui ainda um valor próprio: o chamado valor impetratório, porque nos foi dito: «*Pedi e recebereis*» (Jo 16, 24).

Este valor impetratório será tanto mais eficaz quanto mais conscientemente entrarmos, com a nossa vida e a nossa oração, em comunhão com a Igreja orante. Também esta oração comunitária tem a sua promessa: «*Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou Eu no meio deles*» (Mt 18, 20); aí estou Eu a rezar com eles.

Segunda lei: a virtude também pode diminuir

Segunda lei: a virtude também pode diminuir e até perder-se completamente. Tão fracos somos, tão inconstantes no nosso esforço e na nossa vontade, tão expostos a tantas dificuldades, inimigos e perigos.

O inimigo por excelência que dificulta o crescimento da graça e da virtude, ou mesmo o detém, é o pecado venial, insuficientemente odiado e combatido. Não pode atacar diretamente a virtude e a graça nem destruí-las, porque são demasiado puras; mas uma coisa pode fazer o pecado venial: enfraquecer a intensidade e a fecundidade da graça santificante e, com ela, o crescimento e a perfeição das virtudes, especialmente da caridade.

O pecado venial enrosca-se como a hera na delicada plantinha da vida da graça, sufocando-a lentamente. As plantas venenosas dos pecados veniais habituais deterioram o terreno, roubam-lhe os sucos vitais e corrompem o ar necessário a plantas amantes do sol, como são a graça e as virtudes. Finalmente, o pecado venial afasta da alma muitas graças eficazes e mata muitos germes vitais dos quais deveriam desenvolver-se as virtudes: tal é o fruto do pecado venial deliberado.

Mas também podemos perder as virtudes. Perdemos-las pelo pecado mortal, que mata antes de mais a virtude mais essencial e fundamental: a caridade. Uma vez perdida a caridade que nos une a Deus, a alma perde igualmente todas as demais virtudes, exceto a fé e a esperança. O jardim divino da alma cristã fica destruído e devastado; toda a vida desaparece.

Só a fé e a esperança arrastam uma existência enlutada na alma, até ao dia em que o infeliz acaba por destruir, pela incredulidade e pelo desespero, estes últimos vestígios da bela floração divina de outrora. Então tudo se torna noite na alma, tudo é esterilidade e trevas.

Permanece apenas uma pequena chama vacilante: o carácter baptismal — que não é propriamente uma virtude —, o qual sobrevive indelevelmente na alma do baptizado e suspira incessantemente pelo regresso da graça e das virtudes.

Quem de nós se pode considerar, ainda que por um instante, livre da fragilidade, do pecado e da maldade do coração? «*Quem julga estar de pé, veja que não caia*» (1 Cor 10, 12); «*não depende de quem quer nem de quem corre, mas de Deus, que usa de misericórdia*» (Rm 9, 16); «*trabalhai na vossa salvação com temor e tremor*» (Fl 2, 12).

Podemos perder a graça e as virtudes; estamos inclinados para o pecado e, se dele somos preservados, devemos isso unicamente ao amor misericordioso do Senhor.

Terceira lei: todas as virtudes sobrenaturais se apoiam mutuamente

Terceira lei: todas as virtudes sobrenaturais se apoiam mutuamente; nascem, crescem e diminuem ao mesmo tempo. Não estão colocadas umas ao lado das outras, como árvores distintas cujo desenvolvimento se faz segundo a natureza própria de cada uma; formam antes uma única árvore, um todo orgânico com a graça santificante, da qual procedem como da sua raiz.

No organismo humano não cresce primeiro apenas um braço, ou apenas o coração, ou apenas a cabeça; todas as partes do corpo crescem simultaneamente, em dependência absoluta umas das outras, como um todo orgânico. O mesmo acontece no organismo da vida sobrenatural: todas as virtudes crescem ou diminuem ao mesmo tempo.

Não poderia ser de outra maneira, porque todas elas estão diretamente relacionadas com a virtude do amor de Deus, na qual todas se encontram contidas. «*A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não é arrogante, não se ensoberbece, não é inconveniente, não procura os seus interesses, não se irrita, não guarda ressentimento; não se alegra com a injustiça, mas compraz-se com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta*» (1 Cor 13, 4-7).

Quem possui a caridade sobrenatural para com Deus e para com o próximo está disposto a praticar qualquer virtude, onde quer que o dever e a ocasião lha apresentem. O amor orienta para Deus todos os nossos pensamentos e todas as nossas obras e, por isso, modela toda a nossa vida, tanto privada como social, segundo as exigências da virtude cristã sobrenatural.

«Ama e faz o que quiseses!» (Santo Agostinho). Aquilo que nasce do perfeito amor de Deus é sempre bom e agradável. Quem possui o amor perfeito possui todas as virtudes: a fé, a esperança, a prudência, a fortaleza, a temperança e a justiça.

Quanto mais perfeito for o nosso amor de Deus, tanto mais perfeita, simples e fecunda será a nossa virtude, porque o amor é a alma de todas as virtudes. Importa, portanto, esforçarmo-nos por adquirir e possuir o amor. Ao calor da caridade, todas as virtudes crescem espontaneamente.

Acontece com alguma frequência possuírmos uma virtude e faltarem-nos as outras. Alguém, por exemplo, poderá ser castíssimo, mas ao mesmo tempo soberbo e presunçoso; outro será obediente, mas também altivo; outro ainda será piedoso, mas pouco caritativo, impaciente e egoísta.

Esta fragmentação e separação das diversas virtudes deve-se ao facto de a virtude dessas pessoas ser débil e imperfeita. Daí surgem essas lamentáveis caricaturas da virtude cristã que, infelizmente, encontramos com tanta frequência por toda a parte.

A vida da graça e a virtude sobrenatural são algo de sublime, sobretudo a virtude perfeita que tem as suas raízes numa vida sobrenatural perfeita.

Quem possui a vida e as virtudes sobrenaturais possui igualmente, de modo perfeito, todas as nobres virtudes naturais humanas: as virtudes cardeais da justiça, da prudência, da fortaleza e da temperança, juntamente com todas as demais que chamamos virtudes morais e que delas dependem, como a modéstia, a castidade, o domínio de si mesmo, etc.

Toda a virtude natural é, ao mesmo tempo, sobrenatural para nós, baptizados, desde que seja vivificada pela graça santificante e movida por

um impulso sobrenatural, sobretudo pelo amor de Deus. Se, portanto, adquirirmos e praticarmos com zelo a virtude cristã, seremos igualmente homens naturalmente nobres e virtuosos.

A prática da perfeição cristã torna-nos também perfeitos sob o ponto de vista humano. E, pelo contrário, enquanto a nossa vida moral natural estiver manchada de faltas, isso será sinal de que a nossa vida sobrenatural ainda não é perfeita.

As relações existentes entre as virtudes naturais e as sobrenaturais constituem para nós mais um motivo para vivermos em toda a sua pureza a vida da graça e da perfeição cristã. Assim, a própria natureza encontrará o seu pleno desenvolvimento e nós alcançaremos o ideal da personalidade cristã.

O nosso zelo e fervor por crescer na graça e conquistar as virtudes sobrenaturais serão amplamente recompensados.

Examinemo-nos e peçamos a graça de viver uma vida de perfeita virtude cristã.

IX

AS TENTAÇÕES

«Não nos deixeis cair em tentação.»

Mt 6, 13

Conviver a vida de Deus em Cristo Jesus como membros do seu corpo místico! Cristo «sofreu e foi tentado» (Heb 2, 18). O Apóstolo diz-no e repete-o explicitamente: «Foi provado em tudo à nossa semelhança, excepto no pecado» (Heb 4, 15), e o Evangelho narra detalhadamente como, depois do baptismo no Jordão, o Senhor «foi conduzido pelo Espírito ao deserto para ser tentado pelo diabo» (Mt 4, 1). Não é este um facto misterioso?

O Espírito Santo impele precisamente Aquele sobre quem pouco antes, no Jordão, se tinham aberto os céus e sobre quem ressoara a voz do Pai: «Este é o meu Filho muito amado, em quem pus as minhas complacências», e conduz-l'O ao deserto da Judeia para que seja tentado por Satanás. A liturgia do primeiro domingo da Quaresma vê no Senhor assim conduzido o «Cristo total», isto é, Cristo unido à sua Igreja, ao seu corpo místico, a todos nós. Todos os que, pelo baptismo, fomos admitidos em Cristo e na Igreja, somos conduzidos ao deserto para participar na sua vida, para continuar a sua vida em nós e ser tentados com Ele por Satanás. É vocação nossa, como membros de Cristo, vencer com a sua força o inimigo, o mundo, o demónio e a carne, para glória do Pai e com o fim de conquistar deste modo a coroa da vida. «O atleta não é coroado se não competir segundo as regras» (2 Tim 2, 5).

«Bem-aventurado o homem que suporta a tentação, porque, depois de aprovado, receberá a coroa da vida que Deus prometeu aos que O amam» (Tg 1, 12).

«Considerai motivo de grande alegria o passardes por diversas tentações, sabendo que a prova da vossa fé produz a perseverança. Mas a perseverança deve realizar uma obra perfeita, para que sejais perfeitos e

completos, sem faltar em coisa alguma» (Tg 1, 2-4). A virtude, posta à prova na tentação, fortalece-se e cresce.

1. O que é a tentação

Sabemo-lo todos demasiado bem pela experiência diária. Já temos bastante que sofrer com as tentações que nos vêm da nossa natureza, a qual, em consequência do pecado original, traz em si a marca da concupiscência. Como se não bastasse este inimigo interior, estamos cercados de inimigos externos que, com as suas lisonjas, procuram arruinar-nos: o mundo e o demónio. «Sede sóbrios e vigiai, porque o vosso adversário, o diabo, anda à vossa volta como leão que ruge, procurando a quem devorar» (1 Ped 5, 8). Foi-lhe concedida licença para nos molestar e estimular as nossas piores paixões. Furioso de ódio e de inveja contra nós, quer esmagar em nós Cristo, causar-lhe dano e derrotas, a Ele, nossa cabeça, que vive em nós e o combate.

Quem ousará pôr em dúvida que no demónio encontramos um adversário muito mais forte do que nós?

Ao diabo está aliado o mundo. Quando falamos de «mundo», entendemos todas as pessoas que vivem para satisfazer o seu amor-próprio, o seu orgulho e a sua sensualidade. «Tudo o que há no mundo é concupiscência da carne, concupiscência dos olhos e orgulho da vida» (1 Jo 2, 16). Vivem para o dinheiro e para a satisfação dos seus sentimentos. A pobreza, sobretudo quando livremente escolhida, e a castidade são, para eles, uma loucura. As humilhações e as ofensas voluntariamente aceites são uma insensatez; rezar é uma ocupação boa para aqueles que não servem para outra coisa. E gostariam de nos inculcar estes princípios; com palavras e exemplos esforçam-se por nos arrastar para o caminho largo que conduz à perdição. Procuram desanimar-nos, troçando do nosso modo de pensar e de viver, da nossa religião e da nossa Igreja.

E frequentemente não se trata de pessoas que seguem as práticas do mundo, mas de pessoas cujo cristianismo é inoperante na prática, e que, com o seu exemplo e os seus conselhos, nos dão ocasião de pecado. A sua

sedução inclina-nos a partilhar a sua vaidade, a sua sensualidade e a sua frieza para com o próximo.

Concupiscência e paixões dentro de nós; e à nossa volta o mundo e o demónio: realmente, não nos faltam estímulos nem seduções para nos levar a abandonar o bem e a praticar o mal!

«Ninguém, quando é tentado, diga: sou tentado por Deus. Porque Deus não pode ser tentado pelo mal nem tenta ninguém» (Tg 1, 13). Como poderia Deus ser santo se nos induzisse ao mal? Deus nunca nos tenta: apenas permite que sejamos tentados, interior e exteriormente. Deus reina também sobre o tentador, que só pode aproximar-se de nós até onde o Senhor o permite; mas «não permitirá que sejais tentados acima das vossas forças; antes, com a tentação, dará também o meio de sair dela, para que a possais suportar» (1 Cor 10, 13).

Se Deus permite que sejamos tentados, é porque persegue um fim divinamente sábio e sublime. Não o permitiria se não soubesse tirar um bem das tentações a que nos submete, razão pela qual as tentações não são para nós um mal, mas um grande bem. Porquê? Porque são um meio insubstituível na obra da purificação do coração. Como um archote, iluminam os abismos da sensualidade, da concupiscência, do amor-próprio, do egoísmo, da avareza e do ódio; e assim tornam-se guia para o conhecimento de nós mesmos e para a verdadeira humildade. Nos momentos de tentação vemos com clareza infalível quão fracos somos, quão pouco basta para nos afastarmos do bem e precipitar-nos no mal. As tentações incitam-nos a combater e a resistir virilmente, expiando deste modo a nossa indolência e negligência de outras épocas da nossa vida; obrigam-nos a manter-nos vigilantes, a proibir-nos tudo aquilo que poderia tornar-se isco da tentação; levam-nos a dedicar-nos com empenho à oração, porque, se queremos vencer, precisamos de muita oração, e a graça está ligada à oração.

A tentação é um *precioso meio* para o progresso da alma e, por isso, um bem muito grande. Ninguém que se empenhe seriamente na procura de Deus pode ficar isento dela. A tentação desperta-nos do torpor da tibieza e estimula-nos a realizar sacrifícios e actos de mortificação. Além disso, tem por finalidade, e também por força própria, fazer-nos avançar na virtude:

toda a tentação combatida e vencida é um acto de virtude e contribui para o seu crescimento. Ao combater uma dúvida nascente contra a fé, despertamos um acto de fé; ao defendermo-nos de um sentimento de suspeita, de ódio, de inveja, ou de um pensamento pouco caritativo que nos assalta, suscitamos uma reacção de humildade. Em que se tornaria a nossa virtude se não tivéssemos de combater tentações! Na luta contra elas, a virtude purifica-se, fortalece-se e consolida-se. Reagindo contra o desânimo na oração e nas coisas religiosas, robustece-se a nossa fidelidade a Deus. O facto de sermos perseguidos ou caluniados pode transformar-se numa vantagem, se o suportarmos com paciência e humildade por amor de Deus.

A tentação é também uma *fonte inesgotável de méritos* para a vida eterna. Cada vitória obtida sobre a tentação aumenta a graça santificante e a vida divina em nós; une-nos mais estreitamente a Cristo. Tem razão o apóstolo São Tiago ao exclamar: «Considerai motivo de grande alegria o passardes por diversas tentações, sabendo que a prova da vossa fé produz a perseverança. Mas a perseverança deve realizar uma obra perfeita, para que sejais perfeitos e completos, sem faltar em coisa alguma» (Tg 1, 2-4).

Haveremos, pois, de estranhar as nossas tentações ou atrever-nos-emos a lamentar-nos delas? «Porque eras agradável a Deus, foi necessário que a tentação te provasse» (Tb 12, 13). Com estas palavras consola o anjo Tobias na hora da sua provação. As tentações são *o prémio* do sincero suspirar por Deus e da fidelidade para com Ele; se as permite, é para que nos purifiquemos e, purificando-nos, nos tornemos mais agradáveis aos seus olhos. As tentações são-nos necessárias. Se delas soubermos tirar proveito, serão para nós fonte de graças.

2. A nossa conduta na tentação

Seria presunção desejar a tentação ou querer provocá-la sem motivo, mas seria um erro temê-la como se o Senhor não nos fosse proporcionar a necessária assistência da sua graça. Seria injusto entristecermos-nos quando pressentimos a sua chegada e acreditar que tudo está perdido. Nunca estamos sós e temos sempre a certeza de que Deus não nos abandona: jamais permite que sejamos tentados para além das nossas forças. Deus não demonstra o seu cuidado por nós poupando-nos à tentação, o que mais nos

prejudicaria do que beneficiaria, mas sim não permitindo que sejamos tentados até ultrapassarmos a nossa capacidade. Conhece melhor do que nós o nosso limite. Não é Ele quem nos dá as forças pela sua graça? Mantém a tentação dentro da medida conveniente e não consente que ela se torne excessiva. Para as tentações mais graves concede-nos uma graça maior, a fim de que possamos resistir e vencer. Deus ama-nos e conhece as profundezas da nossa alma: deseja ardentemente, com amor divino, que sejamos fortes e triunfemos; vive em nós, Pai, Filho e Espírito Santo, infinitamente próximo, para nos sustentar no combate e conduzir à vitória.

Cristo, a cabeça, a videira, habita em nós: a sua força circula na alma como seiva. Cristo coloca-Se sempre do nosso lado para vencer, em nós e connosco, o mundo, o demónio e a carne. «Tende confiança: Eu venci o mundo» (Jo 16, 33). E nós apoiamo-nos nessa sua força que actua em nós: «Tudo posso n'Aquele que me fortalece» (Flp 4, 13). Que devemos temer nós, que no baptismo fomos marcados com o sinal da cruz e iluminados pela luz de Cristo, nós que fomos enxertados n'Ele para participar da sua vida? «O Senhor é a minha luz e a minha salvação: de quem terei medo?» (Sl 26, 1). Podemos aplicar confiadamente a nós mesmos as palavras do salmo que rezamos todas as tardes em Completas: «Mandarà os seus anjos para que te guardem em todos os teus caminhos, e eles levar-te-ão nas suas mãos para que não tropeces nas pedras. Caminharás sobre áspides e víboras e calcarás aos pés o leão e o dragão. Porque me amou, Eu o salvarei; Eu o defenderei porque confessou o meu nome. Invocar-me-á e Eu o ouvirei; estarei com ele na tribulação, libertá-lo-ei e glorificá-lo-ei. Saciá-lo-ei com longos dias e mostrar-lhe-ei a minha salvação» (Sl 90, 11 ss.).

Unidos assim a Deus e a Cristo, nossa cabeça, o grande vencedor, vamos corajosamente ao encontro da tentação, com o olhar sereno que sabe distinguir, na tentação, entre o primeiro movimento, a complacência subsequente do homem inferior e o verdadeiro consentimento propriamente dito do homem superior. O demónio ou a nossa imaginação colocam diante dos nossos olhos o fruto proibido, por vezes com grande vivacidade, insistência e obstinação. Mas tudo isto não passa do primeiro movimento, de uma sugestão que não constitui absolutamente pecado algum enquanto a nossa vontade não lhe der consentimento. Porém, a tentação continua: sem o querer, o homem inferior que habita em nós sente-se atraído pelo fruto

proibido que lhe é apresentado e experimenta certo agrado. Esta complacência da parte inferior da nossa natureza influencia, como é natural, a decisão da nossa vontade livre e convida-a a consentir. Então é preciso decidir.

Se a vontade recusa o seu consentimento, a tentação é energicamente rejeitada: a vontade venceu. Por vezes vacila durante um momento: não quer ofender a Deus, mas ao mesmo tempo gostaria de saborear o fruto proibido. Pode também acontecer que a vontade resista apenas pela metade e lhe falte uma decisão absoluta, ou que rejeite realmente a tentação, mas só quando percebe que a situação se está a tornar perigosa: é um estado de espírito em que o entendimento não vê com inteira clareza; a vontade encontra-se, de certo modo, acorrentada pela acção inicial da concupiscência: é o estado de semiconsentimento. Nele nunca se pode falar de um pecado propriamente dito.

Muito diferente seria o caso se consentíssemos plenamente na tentação, isto é, se, apesar da voz da consciência e com perfeito conhecimento do mal, nos deixássemos arrastar a pensar com prazer no fruto proibido, a desejá-lo ou, mais ainda, a saboreá-lo de facto. Este pleno consentimento constitui pecado mortal, se se trata de matéria grave; pecado venial, se se trata de matéria menos grave; mas, em ambos os casos, é um pecado cometido deliberadamente, conscientemente.

Previnamos a tentação: praticando uma séria *mortificação* interior e unindo-lhe a *oração*. «Vigiai e orai, para não cairdes em tentação» (Mt 26, 41). A táctica do mundo e do demónio tende a impedir-nos de rezar, chegando mesmo a inspirar-nos aversão à oração.

Previnamos também as tentações *fugindo das ocasiões de pecado*, por pequenas que sejam. «Quem ama o perigo nele perecerá» (Eccl 3, 27). Uma coisa é expor-se ao perigo de pecar no cumprimento do dever, e outra muito diferente fazê-lo sem razão suficiente. Quantos atraíram gravíssimos males para a sua alma por se terem exposto sem necessidade ao perigo de ver, dizer, fazer ou investigar alguma coisa! Previnamos também a tentação afastando-a através do trabalho contínuo e do cumprimento consciencioso das nossas obrigações. «A ociosidade é a mãe de todos os vícios», diz a sabedoria popular.

Previnamo-la ainda cultivando em nós o horror a todo o pecado, por pequeno que pareça, e, sobretudo, esforçando-nos por aumentar em nós o amor de Deus e de Cristo. O amor é a melhor ajuda e a maior defesa contra a tentação: dá-nos tal força, alegria, ímpeto e coragem, que a tentação é rapidamente vencida.

Combatamos a tentação. Devemos repetir muitas vezes e com confiança a petição do Pai-Nosso: «não nos deixeis cair em tentação», concedei-nos a força para permanecermos firmes nela. Já que o próprio Senhor coloca nos nossos lábios esta oração, é justo que a repitamos continuamente.

Combatemos a tentação *manifestando-a abertamente ao director espiritual*, pois manifestá-la é já quase vencê-la. Quem revela as suas tentações ao director espiritual pode ter a certeza de que Deus concede a este a graça necessária para o dirigir bem. A manifestação das tentações era, para os nossos Padres, algo de santo, a que se mantinham rigorosamente fiéis. Não estavam, de modo algum, enganados: este acto de humildade era para eles um remédio de primeira ordem para vencer a tentação e afugentá-la.

Não pensemos jamais que a tentação se combate pondo-nos a discutir com ela, nem sequer enfrentando-a directamente: combate-se melhor de modo *indirecto*. Logo que ela se apresente, desviemos dela o olhar para o fixar no Senhor, que vive dentro de nós e combate ao nosso lado, que venceu o pecado; abracemo-nos a Ele num acto de humilde submissão à sua vontade, de aceitação desta cruz da tentação que Ele coloca sobre os nossos ombros, de confiança n'Ele e de fé na sua proximidade, de súplica para que nos comunique a sua força. Deste modo, a tentação conduzir-nos-á à oração, à união com Deus e com Cristo: não será uma perda, mas um ganho. «Deus concorre em tudo para o bem daqueles que O amam» (Rom 8, 28).

A tentação é, pois, verdadeiramente uma graça, um excelente meio para alcançar a vida de perfeição cristã: assim a vê Deus, e assim devemos nós apreciá-la.

Sabemos que somos membros de Cristo. Com esta consciência e apoiados na força de Cristo, enfrentemos a tentação. Venceremos! «Tudo posso n'Aquele que me fortalece» (Flp 4, 13). «Bem-aventurado o homem que suporta a tentação, porque, depois de aprovado, receberá a coroa da vida que Deus prometeu aos que O amam» (Tg 1, 12).

X

AS IMPERFEIÇÕES

«Esforçai-vos por alcançar o amor.»

1 Cor 14, 1

Estamos destinados a viver a vida divina em Jesus Cristo mediante uma participação activa na vida d'Aquele que é a nossa cabeça.

Mas em Cristo não há pecado nem sombra de imperfeição: todas as suas obras são perfeitas, tanto na sua execução exterior como no seu espírito interior. É-Lhe impossível agir com uma caridade imperfeita, por temor do castigo ou por esperança de recompensa. Tudo faz por amor puríssimo ao Pai, atendendo unicamente ao seu desejo e à sua glória. Cristo vive a sua vida de oração com absoluta perfeição e fidelidade: a sua oração é adoração, acção de graças, intercessão e reparação perfeitas. A sua mortificação é também perfeita sob todos os aspectos; a sua sede de imolação não conhece outros limites senão o beneplácito do Pai. O seu amor à pobreza, à renúncia, à humilhação diante dos homens, é heróico, e igualmente o é o seu amor aos homens: nem sequer aos inimigos o seu coração guarda ressentimento; entrega-Se a eles voluntariamente e deixa que O atormentem com selvagem crueldade. Cristo dá o seu sangue e a sua vida tanto pelos seus amigos como pelos seus inimigos. Não há acção ou pensamento seus susceptíveis de aperfeiçoamento: tudo o que faz, diz ou sofre é insuperavelmente perfeito. São actos que agradam todos imensamente ao Pai e Lhe dão uma imensa glória.

Partilhar esta vida divina, revivê-la: esta é a nossa vocação como cristãos. Portanto, não devemos apenas libertar-nos de todo o pecado, mesmo venial, mas também lutar incessantemente por nos libertarmos das imperfeições que costumam desfigurar os nossos actos e pensamentos que, em si mesmos, são bons.

1. Agimos frequentemente com imperfeição

O Senhor não nos impõe a renúncia absoluta às criaturas, *mas aconselha-a*, para que Deus, a sua vontade, o seu beneplácito e a sua glória sejam o nosso único amor. Não nos manda vender tudo o que possuímos, dá-lo aos pobres e segui-Lo, mas aconselha-o: «Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro nos céus; depois vem e segue-Me» (Mt 19, 21). Não nos manda renunciar ao matrimónio, mas aconselha-o como algo mais perfeito para aqueles «a quem foi dado compreender isto» (Mt 19, 11). Aconselha servir com humildade: «o maior entre vós seja o vosso servo» (Mt 23, 11), «quando fores convidado, vai sentar-te no último lugar» (Lc 14, 10). «Não vos preocupeis, dizendo: que havemos de beber, que havemos de comer ou com que nos havemos de vestir? Os pagãos é que se preocupam com tudo isso; mas bem sabe o vosso Pai celeste que tendes necessidade de tudo isso. Procurai primeiro o Reino e a sua justiça, e tudo o mais vos será dado por acréscimo» (Mt 6, 31-33). «Fazei ao próximo tudo o que desejais que ele vos faça» (Mt 7, 12). «Não resistais ao mal; e se alguém te bater na face direita, apresenta-lhe também a outra; e àquele que quiser levar-te a tribunal para te tirar a túnica, deixa-lhe também o manto; e se alguém te obrigar a caminhar uma milha, vai com ele duas. Dá a quem te pedir e não voltes as costas a quem te pedir emprestado» (Mt 5, 39-42).

Para cumprir a lei basta fazer o que é mandado; se observamos os mandamentos, não cometemos pecado algum. Mas para além daquilo que não pode ser feito ou omitido sem pecar, sem ofender a Deus, abre-se diante das nossas aspirações o vasto horizonte das coisas que não são mandadas, mas apenas recomendadas ou aconselhadas; que não são apenas boas, mas melhores; que já não entram nos estreitos limites do mandamento, mas pertencem à vida de perfeição. Nestes cumes já não há lugar para atitudes tibias perante o pecado venial e os defeitos; há apenas vida intensa, desejo ardente de fazer todo o bem possível sempre que se apresente a ocasião, o bem para o qual nos sintamos movidos interior ou exteriormente, e de o fazer com a maior entrega e perfeição possíveis. Desejo ardente de não perder nada de todo o bem que possamos fazer, de não poupar esforço para realizar cada uma das nossas acções com maior perfeição. Nestes cumes reina o «ardor da caridade», daquela caridade que ama verdadeiramente a Deus acima de todas as coisas, e tão sinceramente, tão intimamente, que exclui tudo o que poderia desagradar ao Senhor ou agradar-Lhe menos, e

impele eficazmente a alma a praticar aquilo que mais Lhe agrada e o que Lhe proporciona maior glória.

Por isso, aqui, onde termina o campo daquilo que é objecto de simples dever e de estrito preceito, abre-se também o vasto campo das imperfeições. Agimos com imperfeição quando cumprimos, sim, aquilo que é mandado, mas ao mesmo tempo deixamos, mais ou menos sistematicamente, para os que querem ser perfeitos aquilo que vai além da estrita obrigação. Agimos também com imperfeição sempre que praticamos o que é justo e bom, mas sem a delicadeza e o esmero que devem caracterizar uma alma que tende seriamente a elevar-se cada vez mais. Poderíamos, deveríamos fazer melhor aquilo que já fazemos bem: rezar, estudar, obedecer, etc. Fazemos o bem menos perfeitamente do que somos capazes ou, o que é o mesmo, não fazemos todo o bem que podemos.

Todos os dias desfiguramos a nossa alma com novas imperfeições. As boas acções que encontramos ao longo do nosso dia são, mais ou menos, a oração, o trabalho, as obras de caridade, as mortificações, os sofrimentos. A toda esta cadeia quase ininterrupta de boas obras adere o bolor das imperfeições.

Na maior parte das vezes, os nossos actos sobrenaturais bons, como a oração, a obediência, a mortificação, a obrigação de amar o próximo e até os inimigos, as práticas religiosas de toda a espécie, realizamo-los não tanto impelidos por um perfeito amor de Deus, mas por um *amor imperfeito*, isto é, pelo temor do castigo, pela esperança de recompensa, de glória e de atrairmos sobre nós a bênção do Senhor. Procuramos Deus, sim, mas para nossa própria satisfação, porque n'Ele encontramos a nossa felicidade. E assim, privados desta caridade pura, muitos, demasiados dos nossos actos ficam muito imperfeitos.

Frequentemente agimos com *um amor muito débil*, um amor de Deus que nem sequer de longe se assemelha ao que deve possuir uma alma fervorosa. Esta é outra fonte de imperfeições.

Os nossos actos naturalmente bons, por exemplo, o trabalho, o cumprimento das obrigações familiares ou profissionais, o comer ou descansar, o estudo, nem sempre são animados pelo espírito de fé e pela

pureza de intenção necessários para os sobrenaturalizar. Procedem antes *do nosso modo simplesmente humano de ver, julgar e pensar*. Agir desta forma constitui uma teia de imperfeições.

Por vezes sentimo-nos *movidos a fazer algo de bom*, por exemplo, a rezar; mas preferimos qualquer outra coisa, também boa em si mesma, qualquer outra ocupação desnecessária, embora não possamos esconder de nós próprios que seria muito melhor corresponder a esse impulso para a oração. É assim que muitos dos nossos actos bons se transformam em actos imperfeitos.

Uma fonte inesgotável de imperfeições é, finalmente, o nosso *inato mau hábito* de não dirigir, antes de tudo, o olhar das nossas acções para Deus, para o seu beneplácito, a sua glória e a sua vontade, mas, pelo contrário, de o fixarmos em nós mesmos. Habituíamo-nos a julgar os acontecimentos, as experiências, as circunstâncias e até as pessoas, antes de mais nada, do nosso ponto de vista pessoal: consideramos boa uma coisa porque nos parece desejável; chamamo-la má se não está de acordo com os nossos desejos.

Não nos preocupamos em saber se ela é ou não agradável ao Senhor em si mesma. Comportamo-nos como se nos tivéssemos esquecido completamente d'Ele, por estarmos concentrados em nós mesmos. E isto acontece-nos até na oração e na recepção dos sacramentos: chamamo-los bons quando sentimos gosto neles e quando nos proporcionam consolação. Sempre o «eu» em primeiro lugar; e o Senhor? Desta disposição procedem todos os dias inúmeros actos imperfeitos, que poderiam e deveriam ser mais perfeitos, mais conformes com a vontade divina.

Quantas imperfeições com que estragamos o bem que fazemos! E, no entanto, damos-lhes muito pouca importância. Esta indiferença é um enorme obstáculo ao nosso progresso espiritual. «É claro que é impossível o progresso da nossa vocação enquanto não nos purificarmos destas imperfeições» (cf. *Subida do Monte Carmelo*, liv. I, cap. 11).

De onde provém esta indiferença perante as imperfeições, mesmo naqueles que se esforçam por romper com o pecado venial ou que já efectuaram realmente essa ruptura? Provém do facto de dizermos para

connosco: já basta não pecar, e de não termos consciência suficiente da nossa vocação à perfeição e do muito que as imperfeições prejudicam a vida espiritual.

2. Importância das imperfeições

O acto imperfeito é, em si mesmo, *um acto bom*, pois nele não há pecado nem transgressão de um mandamento ou proibição divina. Mas é um acto que pode e deve ser aperfeiçoado. Consolamo-nos facilmente dizendo: não sou obrigado a mais, fiz o que devia e continuo a fazê-lo; e esquecemos que o acto imperfeito pode transformar-se facilmente em pecado venial, o que pode acontecer, e acontece, por causa daquilo que nos leva a agir imperfeitamente.

Esta causa é o apego desordenado a uma pessoa, ao trabalho ou a um prazer que em si mesmo é permitido; ou então o amor ao próprio conforto, o horror ao sacrifício, a falta da devida mortificação, do necessário espírito de fé e de uma visão sobrenatural da vida prática, a falta de disciplina; ou ainda a leviandade e superficialidade em tudo o que diz respeito a Deus. É sempre, no fundo, um insuficiente domínio do nosso orgulho, do nosso amor-próprio e do nosso egoísmo. Por estas causas, que podem encontrar-se na raiz de muitas acções imperfeitas, as imperfeições tornam-se frequentemente pecados veniais e, por conseguinte, podem ser matéria de confissão, apesar de que, isoladas destas causas e consideradas em si mesmas, não sejam pecado algum nem possam ser matéria de confissão.

Embora a imperfeição, em si mesma, não seja pecado, é sempre, contudo, uma desordem, porque está necessariamente em contraste com aquilo que Deus, aquilo que o Salvador espera e exige de nós. Com estes actos imperfeitos demonstramos possuir uma vontade pouco nobre e até positivamente pouco generosa: mostramos que estamos dispostos a servi-Lo apenas até ao ponto em que não pecar equivale a não incorrer em culpa ou castigo.

As imperfeições, consideradas rectamente, não significam senão que *antepomos o nosso gosto* à vontade e ao beneplácito de Deus. Procuramos antes de mais aquilo que nos agrada, ainda que em coisas boas e que não

representem uma ofensa formal ao Senhor. Um trabalho, uma obrigação, coisas todas boas em si mesmas, não as consideramos primeiramente em relação a Deus, mas subordinamo-las aos nossos próprios interesses, perguntando se são ou não agradáveis, úteis e proveitosas. Esta é a desordem encerrada na imperfeição: primeiro nós e depois Deus e a vontade divina. Será este um perfeito amor de Deus?

As imperfeições representam, além disso, uma diminuição do bem que podemos e devemos fazer, comprometem o valor moral da boa acção que realizamos e representam uma perda nada desprezível de graça, de méritos e de glória. É evidente que, deste modo, nos privamos de muitos favores e de graças especiais de Deus; como também é evidente que, agindo assim, não podemos alcançar a perfeição real nem uma perfeita participação na vida divina.

As imperfeições roubam à nossa alma a nobreza e o vigor. Se não as combatemos eficazmente, aderem a todas as nossas acções, deprimem o tom geral da nossa conduta e podem chegar a impedir o seu pleno desenvolvimento. O hábito de agir imperfeitamente conduz facilmente a um retrocesso em toda a vida espiritual. Como consequência dos muitos actos imperfeitos, é inevitável que voltem a proliferar determinadas tendências desordenadas que preparam o caminho para o pecado venial: a caridade começa a enfraquecer por causa dos obstáculos que se vão acumulando e, assim, começam as desgraças. Deveríamos crescer continuamente na caridade, mas as muitas imperfeições atrofiam o seu desenvolvimento; já não podemos cumprir sinceramente o mandamento: «Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente».

Deixamos de avançar, tornamo-nos almas atrasadas. A criança deve crescer, porque, se não cresce, não só nunca se tornará um homem, como se tornará um ser disforme, um anão; o mesmo acontece na vida interior: se não crescemos ininterruptamente no amor, ficaremos como essas pobres criaturas entristecidas, anões da vida espiritual. E quantos existem destes! Muitas destas almas vão-se tornando lentamente túbias, esvaziam-se e tornam-se cada vez mais leves. Que tristeza!

Não é, pois, a imperfeição um pormenor sem importância; nunca é suficiente contentarmo-nos com não cometer nenhum pecado venial, pois ainda resta um longo caminho a percorrer. Quem não avança, quem não está decidido a realizar cada um dos seus actos cada dia melhor, com mais fé, humildade e paciência, recua. Ou melhorar ou recuar: não há meio-termo, não há nem pode haver tréguas. Devemos convencer-nos disto de uma vez para sempre. Tal como da nossa atitude perante o pecado venial, também da nossa postura perante as imperfeições dependem o nosso progresso interior, o crescimento na graça e na virtude e, em última consequência, um maior ou menor grau de glória na eternidade.

Chegado o profeta Elias a Bersabé e, tendo-se retirado dali para o deserto vizinho de Judá, deitou-se debaixo de um zimbro e desejava morrer. «Basta, Senhor, toma agora a minha vida!», tal era o seu desalento. Adormeceu; mas um anjo despertou-o, e Elias viu junto de si um cântaro de água e um pão; comeu e bebeu, e voltou a adormecer. Pela segunda vez o anjo tocou-lhe e ordenou-lhe: «Levanta-te e come, porque ainda tens um longo caminho a percorrer.»

Elias levantou-se e, com a força daquele alimento, caminhou durante quarenta dias e quarenta noites até ao monte de Deus, o Horeb (3 Rs 19, 3-8).

Podemos ver-nos figurados em Elias, porque também nós muitas vezes gostaríamos de dizer: «Basta, Senhor!» Será possível que não baste conservar a alma pura de todo o pecado grave e de todo o pecado venial deliberado? Será possível que não baste mortificar-se continuamente para não cometer nenhum pecado venial semidelibrado, por surpresa ou por fraqueza? A nós parece-nos sempre que sim; mas o anjo do Senhor, a graça, desperta-nos dos nossos pensamentos e impele-nos: «Levanta-te, porque ainda tens um longo caminho a percorrer», enquanto não tiveres eliminado — tanto quanto te for possível nesta vida — todas as tuas imperfeições.

Como consegui-lo? O único meio garantido é o amor puro, o perfeito amor de Deus e de Cristo. É isto o essencial para nós: «esforçarmo-nos por alcançar o amor» (1 Cor 14, 1).

Perguntemo-nos: qual tem sido até agora a minha atitude perante as imperfeições? Que tenho pensado delas? Não as terei tomado demasiado à ligeira?

Peçamos ao Senhor a graça de chegar, por meio de uma caridade ardente, a fazer todo o bem em cada ocasião que tivermos, e a fazê-lo sempre *com perfeição*.

XI

A HUMILDADE

«Aprende de Mim, que sou manso e humilde de coração.»

Mt 11, 29

O santo batismo transformou-nos em membros vivos de Cristo, nossa cabeça. Portanto, o espírito, a vida interior do Senhor, deve fluir sobre nós, penetrando-nos por dentro e por fora.

O espírito de Cristo é, na sua essência, espírito de humildade. Precisamente ao falar da humildade, disse-nos o Senhor: «Aprende de Mim, que sou manso e humilde de coração» (Mt 11, 29).

1. O que é a humildade cristã

O próprio Senhor traça-nos um sublime quadro da humildade na famosa parábola do fariseu e do publicano. «Dois homens subiram ao templo para orar, um fariseu e o outro publicano. O fariseu, de pé, orava assim consigo mesmo: Ó Deus, dou-Te graças porque não sou como os demais homens: ladrões, injustos, adúlteros, nem sequer como este publicano. Jejuo duas vezes por semana e pago o dízimo de tudo quanto possuo. O publicano, porém, ficando à distância, nem sequer ousava levantar os olhos ao céu, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, tem piedade de mim, pecador! Digo-vos que este desceu justificado para sua casa, e não aquele. Porque todo aquele que se exalta será humilhado, e aquele que se humilha será exaltado» (Lc 18, 9-14).

O *orgulho* é a estima desordenada das próprias qualidades. É orgulhoso quem atribui a si mesmo o bem que existe nele como se fosse mérito seu. O soberbo compraz-se nos seus dotes, saboreia interiormente os seus talentos, o seu saber, os seus méritos; deseja que todos os outros se convençam do mesmo, que o comentem e admirem (vanglória). Esta autocomplacência gera uma confiança orgulhosa em si mesmo: o soberbo conta com a sua própria capacidade, a sua inteligência, o seu critério; não necessita do

conselho nem da ajuda dos outros; considera-se mais inteligente e perspicaz do que os demais; nem sequer sente necessidade de recorrer a Deus para obter a sua luz, a sua força e a sua graça. O soberbo julga bastar-se a si próprio.

A complacência em si mesmo leva a *considerar-se superior a todos*. O soberbo despreza os outros, olha-os de cima para baixo, julga-se muito melhor do que eles; exactamente como o fariseu de que nos fala o Evangelho.

Da complacência em si mesmo deriva também *a ambição*, isto é, o desejo desordenado de louvor, de admiração, de estima e de fama, acompanhado pelo receio de não ser suficientemente considerado e apreciado, de talvez ser esquecido, de passar despercebido; pelo receio de que qualquer outra pessoa o possa igualar ou superar, alcançar um triunfo e uma reputação maiores, exercer uma influência mais ampla.

É assim que da raiz corrompida da soberba vão brotando os movimentos de inveja, ciúme, ódio e a mais feroz inimizade. O ambicioso procura ser o primeiro em tudo, quer dominar tudo, ter sempre razão, impor a todos as suas opiniões e caprichos, desempenhar o papel principal, pelo que não raras vezes acaba por se tornar ridículo. Oculta quanto pode os seus defeitos e transforma-se em escravo da vaidade e do respeito humano, numa pessoa sem carácter, falsa e insincera no seu modo de ser, nas suas palavras, sentimentos; em todo o seu ser.

O humilde olha antes de mais para o Senhor: *Tu solus sanctus, tu solus altissimus*. Sabe que, por si só, nada tem e nada é; reconhece, sem dúvida, o bem que existe nele e as qualidades que possui, mas mantém sempre presente aquela palavra: «Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, porque te glorias como se o não tivesses recebido?» (1 Cor 4, 7); humilha-se no reconhecimento da sua própria nulidade e da sua absoluta dependência de Deus, e permanece no lugar que lhe corresponde.

O humilde vê claramente que nada possui que não tenha recebido, nem na ordem da natureza: vida, corpo, inteligência, talento, saúde e força, olhos, membros; nada; nem na ordem da graça: «É Deus quem opera em vós o querer e o agir» (Flp 2, 13), «não que sejamos capazes, por nós

mesmos, de pensar alguma coisa, como vinda de nós; a nossa capacidade vem de Deus» (2 Cor 3, 5); nenhum pensamento, nenhuma decisão salutar e agradável a Deus, nenhuma boa obra, nem sequer a mais íntima, nenhuma oração, nenhum acto de fé ou de caridade procede de nós mesmos, nem o podemos chamar completamente nosso.

A própria cooperação com a graça, o não abusar das graças que Deus nos concede e o corresponder-lhes, é fruto da acção de Deus em nós. Tão exacta é a palavra do Apóstolo: «Que tens tu que não tenhas recebido?» Nada, absolutamente nada.

Há, contudo, algo que é exclusivamente nosso: o pecado. O humilde sabe muito bem que, por sua própria conta, só é capaz disto: de pecar; sabe que, abandonado a si mesmo, é capaz de qualquer pecado. Se não caiu nesta ou naquela culpa, não o deve a si próprio, mas unicamente a Deus, que, na sua infinita misericórdia, o preservou; abandonado a si mesmo, não teria podido defender-se. Como o publicano do Evangelho, reconhece-se pecador, indigno sequer de levantar o olhar para o Senhor, indigno da estima, da consideração e do afecto dos homens; merecedor de ser tratado como aquilo que é: um pecador.

A humildade de espírito encontra a sua expressão prática na humildade da vontade e da acção. Ao humilde não preocupam a sua honra nem a afirmação da sua personalidade, os seus caprichos, desejos ou gostos; ama e até procura o desprezo, a ignomínia e a injustiça, para os sofrer juntamente com o Redentor humilhado e rejeitado pelos homens. Considera uma honra poder estar tão próximo de Jesus — como membro do seu corpo místico — para, com Ele, ser obediente, submisso, postergado, e, com Ele, sofrer contrariedades e injustiças. Partilha a vida humilde do Senhor e considera um privilégio poder vivê-la com Ele.

Cheio do espírito de Cristo, nem sequer deseja sair da condição em que se encontra: não aspira a grandes e brilhantes afirmações pessoais, a cargos, encargos ou honras; sente-se satisfeito com as modestas possibilidades de acção que lhe foram concedidas, com o trabalho e o campo de actividade que lhe foram confiados; satisfeito até ao ver os outros realizar obras mais dignas de consideração.

O humilde tem suficiente lucidez para descobrir os seus próprios defeitos e fraquezas; conhece ao pormenor as suas infidelidades e faltas diárias; está disposto a admitir que tem mais deficiências e fraquezas do que os outros.

Quanto mais toma consciência da sua própria nulidade e indignidade, tanto mais se apoia na misericórdia, na graça, no perdão, no favor e na proximidade de Deus e do Redentor. Ninguém será melhor homem de acção do que o humilde; ninguém invocará como ele a luz e a força do céu; ninguém terá uma confiança em Deus tão serena e inabalável como a sua. Quanto menos puder e menos tentar agir sozinho, tanto mais actuará nele a graça divina. Deus gosta de criar a partir do nada. Em Deus e em Cristo, o humilde sente-se forte, corajoso, intrépido, à altura de qualquer empresa e de qualquer revés, disposto a toda a renúncia. «Tudo posso n'Aquele que me fortalece» (Flp 4, 13).

O humilde tende unicamente para Deus, para a sua vontade, para o seu beneplácito, para aquilo que Ele ordena ou permite. O humilde saboreia a maravilhosa beleza da vontade divina e da sua santa e sábia providência: vive sem preocupações, abandonado nos seus braços. A sua vida é alegria na vontade de Deus e de Cristo; reconhecer-se pobre ou fraco não o inquieta nem perturba; não olha para si mesmo, mas para Deus: para as suas disposições, permissões, misericórdia, amor e beneplácito.

Apesar de se reconhecer tão imperfeito, é feliz. Não quer as suas imperfeições, detesta e combate os seus defeitos, mas eles não o inquietam; apenas o humilham e, por isso mesmo, o impelem mais para Deus, incitam-no à oração e à confiança. Bem gostaria ele de correr para os cumes da perfeição, mas está contente por as coisas avançarem tão devagar e com tanta dificuldade, apesar de se encontrar tão longe da meta. Tudo aceita como o Senhor lho envia; em tudo se conforma plenamente com a guia, a direcção e a providência divinas. A única coisa que deseja é ser pequeno, não fazer nada por si mesmo, mas depender sempre do Senhor, abandonando-se confiadamente nos seus braços. Quem pode gozar de maior liberdade interior do que o humilde? Quem existe mais livre interiormente, mais puro, mais sereno, mais tranquilo, mais próximo de Deus?

Este é o mistério da humildade, o mistério de não querer ser nada diante de si mesmo e diante dos homens, o mistério de desejar ser desprezado por amor de Jesus. Mas como nós, cristãos, o compreendemos tão pouco, bem como a alegria íntima e profunda que ele encerra! Sem dúvida, amarga e muito amarga é a casca, e dura a crosta; mas o fruto é inefavelmente doce!

2. Porque devemos ser humildes

1. A humildade é a *virtude de Cristo*. «O Verbo fez-Se carne e habitou entre nós» (Jo 1, 14). O mistério *da encarnação* do Verbo é o mistério e o acto de humilhação e aniquilamento voluntários e sem limites que o Filho de Deus realiza em Si mesmo. Embora «existindo na condição de Deus, não considerou como usurpação o ser igual a Deus, mas aniquilou-Se a Si mesmo, tomando a condição de servo e tornando-Se semelhante aos homens; e, aparecendo como homem, humilhou-Se a Si mesmo, fazendo-Se obediente até à morte, e morte de cruz» (Flp 2, 5-8). O Filho de Deus, a eterna e divina Sabedoria, escolhe deliberadamente o aniquilamento, a ignomínia da morte na cruz. «Aprendei de Mim.»

Sigamos o Senhor até ao estábulo de Belém, ao escondimento de Nazaré, onde leva uma vida de trabalho, pobreza e obediência. O Filho de Deus escolhe conscientemente, deliberadamente, a humilhação e a obediência até à morte. «Aprendei de Mim.»

E sigamo-Lo até ao Getsémani, na vigília da sua dolorosa paixão, onde Se vê coberto pela veste imunda dos nossos pecados. «Àquele que não conheceu o pecado, Deus fê-lo pecado por nós, para que n'Ele nos tornássemos justiça de Deus» (2 Cor 5, 21).

Como Se sente humilhado, confundido, aniquilado diante do Pai! Poderia ter assumido maior ignomínia do que a dos pecados de todos os homens, pecados de orgulho, de sensualidade, de injustiça, de impureza, desde o pecado de Adão e de Caim até ao último que será cometido no mundo no dia do juízo universal? Agora compreende-se por que motivo o seu corpo se cobre de um suor de sangue: Cristo vê-Se revestido da vergonha sangrenta dos nossos pecados. E tudo isto tomou sobre Si, não por obrigação, mas porque livremente o quis. «Aprendei de Mim.»

E quão profunda é também a humilhação de Se ver *preterido em favor de Barrabás!* O povo, que pouco antes O tinha aclamado gritando: «Hosana ao Filho de David», exige agora a Pilatos: «Solta Barrabás!» Que faz Ele, o justo, o inocente? Cala-Se, sofre em absoluto silêncio esta imensa afronta pública; tanto mais pública quanto acontece diante do mundo romano-pagão representado por Pilatos e diante do mundo hebraico ali presente. Sem uma palavra de ressentimento, suporta ser julgado e tratado como um rejeitado da humanidade pelo poder público e pelo povo a quem apenas tinha feito bem; ser tratado como um proscrito, de quem uma soldadesca cruel e desenfreada escarnece à vontade.

Não podia Ele impedi-lo? Sem dúvida alguma! Mas quer aniquilar-Se até ao fundo. Este é o espírito de Cristo: desejo de anulação, de desprezo, de humilhação diante dos homens. «Aprendeis de Mim.»

E a humilhação da *morte na cruz, entre dois ladrões!* O mundo de então não conhecia morte mais infamante; era a morte dos escravos e dos expulsos da sociedade humana. E é precisamente esta morte que Cristo escolhe deliberadamente, com plena consciência; esta e não outra qualquer. «Humilhou-Se a Si mesmo, fazendo-Se obediente até à morte, e morte de cruz», por voluntária obediência ao Pai. «Aprendeis de Mim.»

Sim, não há qualquer dúvida: a humildade é a virtude de Cristo. Ele, que é a nossa cabeça, deve continuar a sua vida em nós, que somos os seus membros. Esta é a razão pela qual também a nossa vida não pode ser outra senão uma vida de renúncia, uma vida de autêntica humildade e obediência.

2. A humildade é o *fundamento de toda a virtude e de toda a perfeição*. Nunca a alma está mais disposta a receber a graça do que quando é humilde. «Deixai vir a Mim as criancinhas»: esta é uma lei sagrada na ordem sobrenatural: «quem se humilha será exaltado»; e também: «Deus dá a sua graça aos humildes» (1 Ped 5, 5).

A humildade é, por outro lado, a confissão da potência, da sabedoria, da magnificência, da bondade e da misericórdia de Deus. É um contínuo *tu solus sanctus...*, uma ininterrupta adoração do Altíssimo. Tal homenagem glorifica excelentemente a Deus, que não pode deixar de Se inclinar sobre a

alma com infinita misericórdia e cumulá-la dos seus melhores dons. «Quem se humilha será exaltado.»

A excelência da humildade vê-se claramente no facto de todas as outras virtudes assentarem nela e nela se desenvolverem. É verdade que a fé é o princípio da vida cristã, a primeira das virtudes sobrenaturais; mas a fé assenta também na humildade, que é a sua condição. A fé supõe a submissão e a docilidade da vontade, que influenciam a inteligência e a levam a aceitar e acolher a verdade divina revelada, que ela não compreende. É a fé que eleva a alma até Deus, submetendo-a a Ele pela virtude da humildade. Por isso, não é possível uma vida de fé sem uma profunda humildade, nem pode existir uma verdadeira e autêntica vida cristã que não assente numa fé viva.

O mesmo acontece com a obediência. Como se pode esperar uma vida de obediência sem uma profunda humildade, isto é, sem o propósito de submeter e sacrificar o próprio eu, os próprios critérios, a própria vontade e os próprios desejos? E como poderá haver um sincero e desinteressado amor ao próximo, se a humildade não guiar o leme da alma? Só o humilde é verdadeiramente desinteressado e altruísta: não pensa em si mesmo, não procura antes de mais o seu próprio interesse; só ele, portanto, pode ser realmente generoso para renunciar, para se sacrificar, para se dar, para trabalhar por Cristo e pelas almas, para suportar a injustiça e a ingratidão, para sofrer e negar-se a si mesmo. Onde há pouca humildade, fatalmente haverá pouca caridade.

Só a alma humilde pode ser uma alma de oração. Orar significa reconhecer a própria nulidade, a incapacidade de agir bem, a própria dependência de Deus; e, ao mesmo tempo, confessar a magnificência, a bondade e o amor de Deus para com os seus filhos, as suas criaturas. Assim, quem se encontra em condições mais favoráveis para a oração do que o humilde?

Só ele saberá agradecer e acolher como dom de Deus tudo aquilo que o vaivém do dia lhe traz e saberá responder com uma palavra de amor. A alma humilde, bem consciente da sua insignificância, dependência e nulidade, alimentará uma confiança ilimitada e inabalável em Deus, na sua amorosa e sábia providência. Saberá submeter-se sem reservas e aceitar

com calma e paciência tudo aquilo que Deus lhe envia, através dos homens e das circunstâncias difíceis em que se encontre, através da doença e da penúria.

A humildade é, em suma, a condição indispensável de toda a virtude e perfeição, assim como, pelo contrário, o orgulho constitui um obstáculo insuperável. «Deus resiste aos soberbos.» Por isso, a autêntica perfeição cristã só pode florescer num terreno fertilizado pela humildade. A humildade e o esforço sério por adquirir a perfeição são uma só e mesma coisa.

3. A humildade é o ponto crítico e decisivo da nossa vida e das nossas aspirações religiosas. Há muitos caminhos, muitas virtudes e muitos meios que conduzem à perfeição do amor; mas todos os meios e caminhos pelos quais o homem avança resumem-se, em última análise, na submissão da própria vontade à vontade divina, isto é, tudo se reduz a ser humilde. A oração é absolutamente indispensável e muitos são os que rezam; mas, ao mesmo tempo, não acatam a vontade de Deus e continuam, em mil coisas, a seguir as suas próprias ideias e caprichos: falta-lhes a humildade. Muitos sacrificam-se, mas segundo o seu gosto, e não segundo a vontade de Deus, e acabam por correr fora do caminho recto: falta-lhes a humildade.

Todos os meios e caminhos que a Sagrada Escritura e as vidas dos santos nos indicam são bons; mas, na vida prática, só nos serão úteis e proveitosos na medida em que nos entregarmos à vontade de Deus, isto é, na medida em que estivermos alicerçados na humildade.

A humildade, a submissão filial a Deus, é o selo da autenticidade e da fecundidade da vida cristã e das graças particulares e mais elevadas que a alma recebe de Deus. A nossa oração e a nossa piedade são autênticas precisamente na medida em que são animadas pela humildade; e, por outro lado, é necessária muita oração para alcançar a perfeita humildade. A humildade e a piedade estão, como se vê, intimamente unidas.

4. O Senhor vinculou à humildade uma promessa maravilhosa: «Aprendeis de Mim, que sou manso e humilde de coração, e encontrareis descanso para as vossas almas» (Mt 11, 29). Todos procuramos a paz do coração, mas quem a encontra? Só o humilde. «Há quatro coisas — diz o

autor da Imitação de Cristo — que proporcionam grande paz: Procura, filho, fazer antes a vontade de outro do que a tua. Escolhe sempre ter menos do que mais. Procura sempre o último lugar e sujeita-te a todos. Deseja sempre e pede que em ti se cumpra eternamente a vontade divina. Assim entrarás nos limites da paz e do descanso» (Livro III, capítulo 23). Não são precisamente estas as disposições e a aspiração da alma humilde?

Poderá existir homem mais contente na privação, na adversidade, na injustiça, na mortificação ou na ofensa do que aquele que nada procura para si, que nada quer segundo o seu próprio gosto e desejo, mas que apenas aspira ao que está conforme com a vontade e os desígnios de Deus? Aquele que se considera o que realmente é, um pecador, um nada, e assim o repete mil vezes dentro de si: eu mereço coisas ainda piores?

Numa alma assim disposta, emudece todo o movimento e todo o início de descontentamento, de crítica, de impaciência ou de murmuração contra Deus, contra as circunstâncias ou contra os homens. Estas são as bênçãos da humildade.

3. Como chegar à humildade

Teremos de percorrer um longo caminho antes que — sendo nós, por natureza, parentes espirituais do fariseu — nos vejamos transformados no publicano, num homem consciente da sua própria nulidade, da sua incapacidade pessoal e da sua total dependência de Deus e da graça; num homem que sinta vivamente, conheça e reconheça a sua íntima perversidade e a sua inclinação para o pecado, e deseje ser tido e tratado por todos como aquilo que realmente é. Na nossa natureza está profundamente enraizada uma viva aversão a tudo o que é humildade e humilhação. Reconhecemos a nossa nulidade, mas, na prática, não queremos viver de acordo com essa verdade.

O espírito do mundo, do amor-próprio, do orgulho, penetrou também em nós, cristãos, mesmo entre aqueles que tendem à perfeição, e domina-nos, muitas vezes sem o percebermos, apesar de a humildade ser o fundamento sem o qual a verdadeira vida cristã não se pode sustentar. Eis, pois, o grande problema: como chegar à humildade?

1. A nossa primeira tarefa consiste em assimilarmos a doutrina do Apóstolo: «Quem é que te distingue? Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, porque te glorias como se o não tivesses recebido?» (1 Cor 4, 7); «é Deus quem opera em vós o querer e o agir» (Flp 2, 13). Eu não posso atribuir-me nada. Se Deus não me concedesse nada, como poderia eu conceber um bom pensamento, ou desejar, tentar ou realizar alguma coisa boa? Dependemos da sua acção em nós muito mais do que podemos compreender ou sequer imaginar: não podemos ter, pelas nossas próprias forças e por nós mesmos, um único pensamento, uma única decisão ou acto de vontade. Como diz o Apóstolo: «A nossa capacidade vem de Deus» (2 Cor 3, 5), é obra da sua graça.

É um ensinamento explícito da fé: «Quem afirma que a graça de Deus nos é dada em virtude da nossa própria oração e não antes que é a graça de Deus que nos faz capazes de orar a Deus, contradiz o Apóstolo: “Fui encontrado pelos que não me procuravam, manifestei-me aos que não perguntavam por Mim”» (Rom 10, 20; Is 65, 1). E ainda: «Quem afirma que, apenas com as forças naturais e sem a iluminação e inspiração do Espírito Santo, pode pensar ou querer algo útil para a sua salvação eterna, é herege e não compreende a palavra do Evangelho»: «Sem Mim nada podeis fazer» (Jo 15, 5).

Pelo espírito de fé conhecemos e confessamos a nossa indignidade aos olhos de Deus, aos olhos do próximo e aos nossos próprios olhos; as nossas imperfeições, defeitos, erros e infidelidades de todos os dias. Que somos nós? Pecadores, inclinados ao pecado, cheios de cegueira, fragilidade, egoísmo, vaidade e corrupção. E tudo isto apesar de tantas conferências, leituras, meditações e apesar das comunhões, talvez quotidianas. Quantos motivos nos sobram para nos escondermos num canto do templo, como o publicano do Evangelho, e suplicar, batendo no peito: «Senhor, tende piedade dos meus pecados!» Quantos motivos para sermos simples na nossa atitude, na maneira de andar, nos gestos, no olhar, nas palavras! Quantos para nos colocarmos sinceramente abaixo dos outros, para valorizarmos o próximo muito mais do que a nós mesmos e nos submetermos voluntariamente às injustiças! Porque nada melhor merecemos, por causa dos nossos pecados.

O espírito de fé faz-nos penetrar mais profundamente nos mistérios de Cristo. Quanto mais profunda for a fé com que nos aproximamos da pessoa e da vida do Senhor, tanto mais se nos revela a sua essência mais íntima: na sua vida escondida no seio da Virgem, no seu nascimento em Belém, na sua infância, na sua retirada vida de Nazaré, na sua actividade pública, na sua paixão, na sua vida oculta e misteriosa no Sacrário. Quanto mais O contemplarmos, tanto mais vigorosamente nos sentiremos impelidos a imitar a sua vida de humildade.

Pelo espírito de fé submetemo-nos interior e exteriormente aos mandamentos, à vontade, às disposições e permissões de Deus; bem como àqueles que O representam, seja de que forma for: pais, superiores, autoridades civis e eclesiásticas. Tornar-nos-emos com o Senhor obedientes «até à morte», sem murmurar, sem replicar, sem crítica nem descontentamento, com o sincero desejo de sermos guiados pelos superiores e de dependermos deles em cada momento. Pelo espírito de fé, cada obrigação, cada artigo do regulamento, cada prescrição ou disposição das autoridades representa para nós a vontade e o mandamento do próprio Deus e, por isso, é algo excelso e sagrado, que acataremos com humildade.

O espírito de fé é também uma graça do Senhor que devemos pedir com fervor. «Pedi e recebereis» (Mt 7, 7). Ao rezar, prostramo-nos e humilhamo-nos diante do Senhor. Na oração pedimos-Lhe que nos conceda a virtude da humildade. Nós não podemos concedê-la a nós mesmos e esperamos-na suplicantes da sua bondade. «Porque todo aquele que pede recebe, quem procura encontra e a quem bate abrir-se-á» (Mt 7, 8). A oração confiante atrai para a alma a graça da humildade e fá-la crescer e desenvolver-se.

2. Chegamos à humildade pela obra de Deus, principal autor da mesma. «Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a constroem» (Sl 136, 1). Deus nunca nos abandona; intervém e trabalha energicamente para nos curar do nosso orgulho, da nossa presunção e da nossa vaidade. Com este fim empreende a grande obra da nossa purificação e dá suma importância a que sintamos e experimentemos a nossa nulidade e nos vejamos livres das vãs complacências e da falsa confiança em nós mesmos. Para isso permite as aridezes e desolações, as tentações, por vezes horríveis, e as humilhações de toda a espécie que nos sobrevêm.

O nosso único dever é duplo: dobrarmo-nos aos seus desígnios e deixar que Ele faça em nós e connosco o que quiser, como quiser; quer directamente, quer através dos acontecimentos, do ambiente, das experiências, das circunstâncias temporais, das pessoas, etc. Isto significa que não devemos desejar constantemente que as pessoas e as coisas sejam diferentes do que são; nunca devemos rejeitar nada, nunca nos rebelar contra nada, mas aceitar tudo com alegria ou, pelo menos, com resignação, tal como vem, porque, de facto, tudo acontece segundo a sua vontade infinitamente boa e sábia e conforme os desígnios da sua amorosa providência.

Aceitar tudo! Isto é o essencial: saber aceitar, saber agradecer, saber dizer sempre sim a tudo, até às coisas amargas e desagradáveis, até àquelas que ferem os nossos sentimentos mais íntimos, a nossa personalidade, a nossa maneira de ver ou o nosso ser mais profundo. Só como Tu queres, dispões e permites! Da minha parte, nada quero: nada segundo os meus desejos, esperanças, ilusões, critérios ou caprichos. Apenas aquilo que Te aprouver! Isto sim é humildade; silêncio humilde, sincero e total da própria pessoa diante de Deus; entrega e alegria na vontade, nas disposições e na providência de Deus.

Este é o acto mais sublime da personalidade: a continuação do acto de humildade e obediência do nosso Salvador no Monte das Oliveiras: «Pai, se é possível, afasta de Mim este cálice; contudo, não se faça a minha vontade, mas a Tua» (Lc 22, 42).

Em primeiro lugar, aceitar e acolher os mil pormenores desagradáveis e por vezes penosos da vida, as circunstâncias, dificuldades, contrariedades e obstáculos; tudo aquilo que se apresenta ao contrário dos nossos sonhos, diferente daquilo que julgávamos justo e bom; tudo o que é contrário à nossa maneira de ser, tudo o que gostaríamos de eliminar. Aceitá-lo *porque Ele assim o quer*, porque Ele assim o manda e permite, porque determinou que a nossa vida, neste momento, seja assim e não de outra maneira. Por meio destas disposições, que nos parecem tão enigmáticas, Deus intervém na nossa vida dia após dia e hora após hora. «Eu sou o Senhor.» É Ele quem deve dispor e quem nos indica o caminho; eu devo dizer que sim e inclinar-me humildemente. É assim que Ele quer ensinar-me a ser humilde e

pequeno. «Quando eras mais novo, tu mesmo te cingias e ias para onde querias; mas quando envelheceres, estenderás as mãos e outro te cingirá e te levará para onde não queres» (Jo 21, 18). É assim que o Senhor nos educa na humildade.

Em segundo lugar, aceitar o facto humilhante de quanto pecámos ao longo da nossa vida. Ele permitiu-o para trabalhar a nossa salvação a partir dos nossos próprios pecados. Arrependemo-nos, certamente. Mas submetamo-nos também, humildemente, à confissão dos nossos pecados e recitamos continuamente, com profunda convicção e contrição, o nosso *mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa*. O orgulhoso irrita-se por ter pecado; esta constatação atormenta-o toda a vida, e sente-se infeliz por ter de admitir que semelhante coisa lhe aconteceu. Mas a alma humilde aceita esta sua miséria e transforma-a num instrumento para se convencer da sua própria nulidade, humilhar-se diante de Deus e apresentar-Lhe o seu arrependimento: um novo meio para se unir com tanto mais firmeza e confiança Àquele que é o único capaz de a tirar do pecado, o único que a pode preservar no futuro.

Aceitar, além disso, as contínuas humilhações quotidianas que experimentamos na vida interior: as nossas faltas diárias, misérias, tentações, os primeiros movimentos desordenados, as imperfeições e fraquezas, a nossa incapacidade, a aridez da nossa oração, a nossa cegueira, a nossa falta de compreensão, as nossas trevas, a incapacidade de pôr em prática os nossos bons propósitos. Se estas coisas nos agitam ou inquietam, se nos surpreendem ou facilmente nos confundem ou abatem, é sinal de que ainda não saímos do campo do orgulho. Devemos humilhar-nos e clamar ao Senhor: «Sim, Pai, porque assim Te aprouve!» (Mt 11, 26), «porque queres fazer-me tocar com a mão que não sou senão um saco de misérias». É assim que o Senhor nos educa na humildade.

Aceitar, finalmente, as mortificações que vêm do exterior: a crítica mais ou menos benevolente, os juízos falsos do próximo a nosso respeito, o tratamento imerecido, as repreensões infundadas, as calúnias, difamações, acusações de toda a espécie, a incapacidade ou os erros pessoais que comprometem o nosso bom nome, ainda que nada tenhamos a censurar-nos em consciência. Por detrás de tudo isto, que tanto nos faz sofrer, encontra-se

o Pai amoroso, o nosso Redentor, disposto a mostrar-nos os caminhos da humildade, da perfeita submissão, do abandono completo à sua orientação e à sua vontade. Assim, dia após dia, o Senhor nos educa na humildade.

«O verdadeiro proveito consiste em ofereceres-te de coração sincero à vontade divina, sem procurares o que é teu, tanto nas coisas pequenas como nas grandes, tanto no tempo como na eternidade; de tal modo que, sempre com o mesmo semblante, continues a dar graças nas prosperidades e nas adversidades, pesando tudo numa justa balança. Se fores tão forte e perseverante na esperança que disponhas o teu coração a sofrer ainda mais quando te for retirada a consolação interior; se não quiseses justificar-te, mas antes Me glorificares como santo; então caminharás verdadeiramente pela senda da paz e poderás esperar com confiança voltar a ver o meu rosto com alegria. E, se chegares ao perfeito desprezo de ti mesmo, fica sabendo que então gozarás de uma paz abundante, quanto é possível neste desterro» (*Imitação de Cristo*, livro III, cap. 25).

Concluiremos estas considerações sobre a humildade cristã com as palavras da *Imitação de Cristo*, II, 2: «Quando um homem se humilha por causa dos seus defeitos, então facilmente apazigua os outros e sem dificuldade satisfaz aqueles que o odeiam. Deus defende e livra o humilde; ama e consola o humilde; concede graça ao homem humilde e, depois do seu abatimento, eleva-o a grande honra. Ao humilde revela os seus segredos e atrai-o suavemente para Si e convida-o. O humilde, depois de receber a afronta, permanece em paz, porque está em Deus e não no mundo.

»Não julgues ter feito qualquer progresso se não te considerares inferior a todos os outros.»

«Quem se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado» (Lc 14, 11).

XII

A ORAÇÃO

«Senhor, ensina-nos a rezar.»

Lc 11, 1

Há algo de comovente na oração do Senhor. Cristo reza na sua vida terrena e reza por meio de nós no Santíssimo Sacramento do altar: adora, ama, dá graças, louva, suplica e expia sempre, sem jamais se cansar. Dia e noite. A sua oração é tão pura, tão perfeita, tão infinitamente valiosa, que os olhos do Pai repousam sobre Ele com infinita complacência e a acolhem benignamente. Um dia, depois de ter permanecido algum tempo em oração, quando terminou, um dos seus discípulos pediu-Lhe: «Senhor, ensina-nos a rezar» (Lc 11, 1). O discípulo ficara profundamente cativado pelo Senhor que rezava. Também nós podemos aproximar-nos d'Ele e pedir-Lhe: «Senhor, ensina-nos a rezar», dá-nos a luz e a graça necessárias para penetrarmos no segredo da oração cristã, para aprendermos a levar uma vida de oração segundo o modelo que Tu nos ofereces.

1. Porque devemos rezar

«Todas as coisas têm por fim a oração» (São Francisco de Sales), isto é, Deus criou-as para que O glorifiquem e O reconheçam como princípio e fim de cada uma delas, prestando-Lhe homenagem com humildade e total submissão. Os seres desprovidos de razão cumprem esta missão simplesmente pelo facto de existirem, isto é, porque, ao serem chamados do não-ser à existência pelo Criador, confessam o poder, a sabedoria e a bondade de Deus que lhes deu o ser e lho conserva, que continuamente lhes dá o existir e o agir para que possam desempenhar o seu papel na totalidade do universo.

Se «todas as coisas têm por fim a oração», o homem, antes de mais, foi colocado na terra para reconhecer Deus como seu Criador, como o primeiro fundamento e o fim da sua existência, e admirar e louvar a grandeza, o

poder, a sabedoria e a bondade de Deus, entregar-Lhe o seu amor, prestar-Lhe obediência e orientar toda a sua personalidade para Ele como seu fim último; isto é, adorá-Lo, glorificá-Lo, bendizê-Lo e dar-Lhe graças. A oração é, portanto, uma exigência que para todo o homem decorre do facto de ter sido colocado na existência por Deus e de ter recebido d'Ele tudo aquilo que é e possui.

Para nós, cristãos, a necessidade da oração assenta em fundamentos completamente sobrenaturais. Nós, cristãos, rezamos:

1) Porque, em virtude da redenção de Cristo, nos transformámos em filhos de Deus. «Quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a Lei, para resgatar os que estavam sob a Lei, a fim de recebermos a adopção filial. E porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: Abba, Pai!» (Gal 4, 4-6). No mesmo sentido nos explica o Apóstolo: «Não recebestes um espírito de escravidão para cairdes novamente no temor, mas recebestes um espírito de adopção filial, pelo qual clamamos: Abba, Pai!» (Rom 8, 15).

Em nós, baptizados, vive um novo espírito, o espírito da filiação divina, o amor filial ao Pai produzido em nós pelo Espírito Santo que habita em nós e que, desde o íntimo da alma, nos impele a chamar a Deus, com amor, «Pai».

Nesta palavra, «Pai», encerramos toda a nossa fé, a nossa confiança filial, a nossa entrega, o nosso amor, o nosso arrependimento, a nossa oração, a nossa decisão de O amar e de nos submetermos em tudo à sua santa vontade. A nossa oração cristã não é, pois, a linguagem do homem puramente natural no seu diálogo com Deus; aproximamo-nos d'Ele como filhos diante do Pai, para O adorar, louvar, amar e pedir a ajuda de que tanto necessitamos.

Não esquecemos a nossa condição de criaturas, mas não é nela que apoiamos a nossa oração; apoiamo-la antes na nossa dignidade e grandeza de filhos de Deus. Cheios de veneração filial, aproximamo-nos do Pai com a convicção de que Ele nos trata sempre divinamente bem, como a filhos

seus, e de que podemos entregar-nos a Ele com toda a confiança e com o mais íntimo afecto.

Assim, a nossa oração cristã funda-se na nossa filiação divina, isto é, na graça santificante, e brota em nós do Espírito Santo que habita no nosso interior. É obra não do nosso esforço humano-natural, mas da graça.

Nós, cristãos, rezamos:

2) Porque, em virtude do santo baptismo, somos ramos de Cristo, visto que Ele é a videira e nós participamos da sua vida, tal como os ramos participam da vida da videira. Só podemos falar ao Pai na nossa oração, só podemos dirigir-Lhe a nossa palavra de amor, na medida em que estamos em Cristo e vivemos da sua vida.

Mas a vida de Cristo é essencialmente vida de entrega ao Pai, uma oblação, um oferecimento cheio de amor ao Pai. Em virtude da nossa comunhão de vida com Cristo, estamos incluídos nesta sua amorosa oblação: n'Ele, com Ele e por Ele pronunciamos a palavra do amor: «Santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade».

N'Ele, com Ele e por Ele pronunciamos, com confiança filial, a palavra da grande súplica: «O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai-nos as nossas ofensas..., livrai-nos do mal». Assim nos unimos à oração de Cristo, nosso Senhor, e exprimimos os seus próprios sentimentos; a nossa oração já não é apenas a de um simples homem abandonado à sua insuficiência e nulidade, mas é ao mesmo tempo e, antes de tudo, a oração do próprio Cristo, que em nós e connosco suplica ao Pai.

A nossa oração, insignificante enquanto nossa, é elevada e enobrecida pela dignidade e majestade de Cristo: «Quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto» (Jo 15, 5); quem vive em Mim e Eu nele, a sua oração dará muito fruto. «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gal 2, 20); já não sou propriamente eu que rezo, é antes Cristo que reza em mim. A nossa oração será, portanto, tanto mais fecunda e eficaz quanto mais intimamente estivermos unidos a Cristo e vivermos a sua vida.

Cristo é o grande orante. Como Filho eterno de Deus, como Logos ou Verbo, é a Palavra na qual o Pai exprime a eterna plenitude divina e a majestade do seu ser e das suas riquezas divinas, e na qual se reflectem a magnificência e o sublime esplendor do Pai. Cristo é «o resplendor da sua glória e a imagem da sua substância» (Heb 1, 3), a representação perfeita da grandeza e da infinitude divinas, um eterno cântico de louvor a Deus Pai.

Cheio de um amor fecundo, o Filho contempla a majestade resplandecente do Pai e canta-Lhe eternamente o hino de louvor, o único que é perfeitamente digno de Deus.

Este Verbo eterno de Deus fez-Se homem em Cristo, ficando assim a vida humana do Senhor incorporada no louvor que eternamente o Verbo presta ao Pai e convertendo-se numa exaltação constante, numa oração e numa palavra de amor.

Esta exaltação penetra e informa toda a vida de Cristo, desde a sua entrada neste mundo no seio da Virgem Mãe e no presépio, passando pela vida oculta de Nazaré, pela vida pública, pela morte na cruz, até à vida imortal que agora possui no céu e no Santíssimo Sacramento do altar. Um louvor sempre perfeitamente digno de Deus, uma oração santa.

Mas Cristo quer continuar a prolongar a sua vida em nós, continuando também em nós a sua própria oração. Para isso fez-nos participar da sua vida pelo santo baptismo e convida-nos diariamente ao sacrifício da Missa e à comunhão, para que possamos unir-nos mais profundamente à sua oração, à sua amorosa entrega, ao seu louvor e à sua adoração do Pai. Cristo quer multiplicar a sua oração em nós, para que, em qualquer momento e em qualquer lugar, ressoe em milhares e milhares de corações amantes, num coro imenso, em comunhão com a Igreja tanto no céu como na terra. Tal é a dignidade da oração cristã.

Nós, cristãos, rezamos:

3) Porque temos necessidade absoluta da oração, sobretudo da oração de súplica. «Não que sejamos capazes, por nós mesmos, de pensar alguma coisa como vinda de nós, mas a nossa capacidade vem de Deus» (2 Cor 3,

5); e noutra passagem o Apóstolo esclarece: «É Deus quem opera em vós o querer e o agir segundo o seu beneplácito» (Flp 2, 13).

Somos, portanto, simplesmente incapazes, pelas nossas próprias forças naturais, apesar dos nossos bons desejos e dos melhores propósitos, de vencer o mal, resistir às tentações, querer e praticar o bem e o que é recto. Mas o Apóstolo declara-nos com toda a certeza: «Tudo posso n’Aquele que me fortalece»; tudo, mesmo o maior e o mais difícil; mas tudo «n’Aquele que me fortalece».

E a quem fortalece Deus melhor e a quem concede mais facilmente a sua força e a sua graça? Àquele que reza. «Pedi e recebereis» (Mt 7, 7). Se não se pede, não se recebe; se se pede pouco ou muito, recebe-se pouco ou muito: esta é, e não outra, a regra geral na ordem da salvação. Deus deseja dar-nos generosamente a sua graça, mas vinculou-a e condicionou-a à oração.

É verdade que qualquer outra boa obra também nos aproxima de Deus e produz um aumento da graça santificante; mas existe um meio extraordinariamente eficaz para a obter, e esse meio é a oração. É um recurso que está ao alcance de todos, em qualquer momento e lugar. É o primeiro meio para a alma que deseja avançar e chegar à perfeição, e o último recurso para aquela que já se encontra no limiar da eternidade. É um meio de máxima eficácia para nos unir a Deus e assimilar a sua força. «Pedi e recebereis», pois «Deus dá a sua graça aos humildes» (1 Ped 5, 5).

Na oração impetratória ou de súplica confessamos a nossa nulidade e a nossa impotência e esperamos tudo de Deus; na oração reconhecemos a grandeza, a onipotência e a bondade divinas e incluimos sempre ao mesmo tempo um elemento de adoração, de submissão aos seus desígnios e de glorificação amorosa.

Nós, cristãos, rezamos:

4) Porque somos filhos da Igreja, e a Igreja necessita de almas de oração. Ela é propriamente a «*Igreja orante*», e toda a sua existência está ordenada para suplicar, adorar, bendizer e glorificar Deus, bem como para sofrer e trabalhar pelos interesses divinos. Mantém sempre o seu

pensamento, o seu coração, os seus desejos e os seus olhos dirigidos para Deus, em estreita união de pensamento e de intenções com o grande Orante, Cristo, seu divino Esposo; reza no céu, reza no purgatório, reza aqui na terra: *Laudamus te. Benedicimus te. Adoramus te. Glorificamus te. Gratias agimus tibi propter magnam gloriam tuam.*

Se na terra um coro de almas em oração se cansa ou tem de passar a outras ocupações, outro toma o seu lugar e prossegue a oração da Igreja, noite e dia, por toda a superfície do globo terrestre.

A Igreja reza nos seus sacerdotes, aos quais, no dia da ordenação para o subdiaconado, confia a sua oração por excelência, o breviário, com a obrigação rigorosa de recitarem infatigavelmente, todos os dias até à morte, a oração oficial da Igreja.

A Igreja reza nos muitos religiosos, em cujas mãos coloca o breviário no dia da profissão; noite e dia, onde quer que existam sacerdotes e mosteiros, está reunida a Igreja, representada nos seus sacerdotes e religiosos, em torno do grande liturgo e orante presente no tabernáculo, e une a sua adoração, a sua caridade, a sua acção de graças, a sua intercessão e a sua reparação à oração infinitamente santa e agradável a Deus do Sumo Sacerdote, Cristo; oração pura, santa, infinitamente fecunda, em, com e por Cristo nosso Senhor.

A Igreja reza em nome dos muitos seus filhos que não sabem, esqueceram ou não podem rezar; reza pelos muitos que não querem ser seus filhos e estão fora do redil, longe da Mãe, perecendo de fome e de miséria; reza em representação de todos os homens, quaisquer que sejam as suas necessidades, tentações, aflições e perigos.

O mundo afastado de Deus não reza; procura a salvação em cisternas rotas (Jer 2, 13), no aumento da produção material e da actividade cultural, em empreendimentos cada vez mais refinados, na destruição do passado, no progresso técnico, na sempre insaciável avidez de lucro e de bem-estar, até mesmo no afastamento de Deus e de Cristo e na luta contra a Igreja, na difusão do ateísmo, na divinização do homem e da humanidade, na elevação do trabalho, do dinheiro, da nação ou do Estado à categoria de valor absoluto.

O mundo não tem necessidade de nenhum deus, de nenhuma luz, de nenhuma ajuda: basta-se a si mesmo; por isso não sente a falta da oração nem a deseja. Por isso é ainda maior a necessidade da oração da Igreja e da nossa oração, para completar e compensar, expiar e reparar, alcançar perdão e graça mediante a oração; e isto especialmente nos nossos tempos, com as suas necessidades materiais, religiosas e morais.

Quem pode salvar o mundo de hoje? Nem a ciência, nem a técnica, nem a política, nem a força humana: só a misericórdia de Deus e a graça divina que alcançamos por meio da oração. Na oração está a salvação do mundo.

O mundo de hoje, com as suas calamidades, clama por almas de oração que se unam à Igreja orante e, com ela, ao grande Orante, Cristo, num comum *Kyrie eleison*, que force o coração de Deus, e num incessante «santificado seja o vosso nome».

«Orai sem cessar!», «Pedi e recebereis!»

«Cremos que ninguém obtém a sua salvação sem a ajuda de Deus, e que ninguém obtém esta ajuda senão aquele que reza» (Santo Agostinho). «Todos os santos se santificaram por meio da oração. Todos os condenados se condenaram porque não rezaram; se tivessem rezado com perseverança, ter-se-iam salvo» (Santo Afonso de Ligório). «Não há homem mais poderoso do que aquele que reza» (São João Crisóstomo). Na oração está a força da Igreja e do cristão.

2. Sentido da oração cristã

Que pretendemos ao rezar? Em última análise, não pretendemos outra coisa senão a união amorosa da nossa vontade com a vontade de Deus, a entrega total do nosso coração, estar junto do Pai, prestar-Lhe homenagem e colocar-nos na sua presença.

Podemos entrar em comunicação com Deus e unir-nos a Ele por um duplo caminho: pela inteligência e pela vontade. Pelo primeiro, a alma une-se a Deus através das suas reflexões sobre Ele, das suas meditações sobre a sua onipotência ou sobre as suas diversas perfeições, a sua providência e a

sua acção, ou considerando algum dos mistérios cuja compreensão a pode aproximar mais de Deus. Mas seria um grande erro acreditar que a essência da oração consiste nesta forma de união com Deus: ela é apenas a preparação para a oração propriamente dita, que consiste na união amorosa do coração e da vontade com Deus.

Nesta união da vontade com Deus queremos, antes de tudo, adorá-Lo e entregar-nos amorosamente a Ele, para que faça resplandecer na nossa alma a plenitude do seu poder e da sua majestade e possa realizar em nós, sem obstáculos, o seu domínio e a sua presença. A adoração, a submissão amorosa, é a essência íntima e a alma de toda a verdadeira oração, mesmo da oração de súplica, porque em primeiro lugar deve colocar-se o «santificado seja o vosso nome», a adoração, a ascensão para Deus; e só depois o «pão nosso de cada dia». A oração como amor de adoração, como submissão e glorificação de Deus, é o objectivo ao qual devem subordinar-se todas as outras formas de oração e para o qual todas se orientam.

Se o próprio Deus e a sua glorificação devem ocupar o primeiro lugar, seria um erro ver na oração essencialmente e em primeiro plano um meio para o «deleite espiritual», para a «doçura» espiritual ou mesmo para o proveito moral, para o aperfeiçoamento de si próprio, subordinando a glorificação de Deus ao «serviço» da própria alma, como se a salvação da alma fosse o fim supremo e íntimo da oração. Pelo contrário, é a obra da nossa santificação que deve ordenar-se à glorificação de Deus. Devemos santificar-nos e aspirar ao progresso espiritual para podermos adorar e honrar Deus mais perfeitamente e para que o culto que Lhe prestamos seja menos indigno d'Ele.

À adoração une-se a acção de graças. Cada dia experimentamos e sabemos com maior clareza quanto estamos obrigados a agradecer a Deus. Tudo aquilo que somos e temos, quer na ordem da natureza quer na ordem da graça, recebemo-lo, em última análise, da bondade e misericórdia divinas. Onde estaríamos se Ele não nos tivesse amado tanto desde toda a eternidade, a ponto de decidir criar-nos e dotar-nos das qualidades, talentos e capacidades que possuímos? Onde estaríamos se não nos tivesse enviado misericordiosamente o seu Filho Unigénito para nos libertar das cadeias do

pecado, do demónio e do inferno, fazer de nós filhos de Deus e alcançar-nos as graças com as quais podemos chegar à visão eterna de Deus?

Quanto amor derrama pessoalmente sobre nós todos os dias e a todas as horas! Graças sem medida, graças de iluminação, impulsos interiores da vontade, força contra o mal, coragem para o bem e para perseverar nele com firmeza. Tudo isto nos leva natural e necessariamente a sermos agradecidos e a exprimirmos a nossa gratidão na vida.

Um terceiro objectivo que podemos procurar na oração é voltar-nos para Deus Pai, a quem ofendemos com os nossos pecados, com sentimentos de arrependimento e penitência, e com a vontade pronta para expiar e reparar. É verdadeiramente doloroso termos ofendido gravemente o nosso Pai bondoso, opondo-nos à sua vontade; termos preferido os nossos caprichos vãos aos mandamentos e à vontade de Deus, desprezando-O e relegando-O para segundo plano em favor dos nossos gostos e desejos.

Que podemos fazer perante tantas ofensas, senão entoar de coração o nosso *mea culpa*, arrepender-nos, chorar os nossos pecados e fazer penitência por eles? Devemos, portanto, aproximar-nos do Pai com santo e amoroso arrependimento e esperar d'Ele a sua palavra de perdão: nós, cristãos, reconhecemo-Lo e glorificamo-Lo como o Deus santo e o Senhor das misericórdias.

Um quarto sentido da nossa oração cristã resplandece na oração de súplica. Nas nossas petições dirigimo-nos ao poder de Deus, cuja bondade nos pode conceder os auxílios e socorros necessários. Nesta forma de oração demonstramos que acreditamos no amor do Pai para connosco, seus filhos, e manifestamos ao mesmo tempo a nossa dependência, a nossa indigência e a nossa necessidade constante d'Ele; exprimimos a nossa fé em que Ele, como nosso Pai, nos concederá a nós, seus filhos, uma participação na plenitude das suas riquezas para nos tornar santos, e nos dará todos os auxílios de que necessitamos para alcançarmos, como cristãos, a meta da vida eterna.

Ao rezar, elevamos as nossas mãos e o nosso coração ao Pai e pensamos com amor e solicitude nos muitos outros que estão confiados à nossa intercessão e pelos quais temos obrigação de rezar: pelos vivos e pelos

defuntos, por aqueles que nos amam e por aqueles que nos desprezam, prejudicam ou odeiam. Na oração de súplica honramos o poder, a bondade e o amor de Deus e submetemo-nos amorosamente a eles; por isso, a nossa oração impetratória não se limita a pedir remédio para a nossa indigência, mas, através do nosso clamor de auxílio, eleva-nos até ao próprio Deus e depõe aos seus pés a nossa entrega e a nossa adoração.

Além disso, a nossa oração de súplica não pretende alterar os planos de Deus nem conseguir que Ele mude os seus desígnios e projectos. Pelo contrário, rezamos a Deus com a convicção de que Ele, desde toda a eternidade, incluiu as nossas preces nos planos da sua providência divina com amor paternal. Por isso, a nossa oração impetratória tem um sentido e uma eficácia indubitáveis, embora seja verdade que a vontade de Deus é absoluta e imutável.

Assim, aquilo que sobe até Deus sob a forma de oração desce sobre aquele que reza sob a forma de bênção e de graça.

A oração cristã é essencialmente e, antes de tudo, adoração de Deus e finalidade da nossa vida; mas é também, em segundo lugar, o grande instrumento para a construção da vida cristã. Não é exagero algum chamar à oração, com São João Eudes, «algo tão importante como a terra que nos sustenta, o ar que respiramos, o pão que comemos, o coração que bate no nosso peito, coisas tão necessárias ao homem para viver uma vida humana» (*Royaume* 2, 11).

Toda a verdadeira e autêntica oração nos transforma, torna-nos semelhantes a Deus e santifica-nos progressivamente; liberta o coração e o espírito do amor desordenado às coisas criadas, quando estas se opõem à entrega a Deus. Porque a oração é entrega e elevação da alma, liberta-nos do poder e do domínio do amor-próprio, das paixões e das más inclinações.

Ao rezar, introduzimo-nos mais intimamente no mundo do divino e reconhecemos mais sinceramente a caducidade dos bens e dos prazeres que a terra nos oferece, pois a oração exige que nos unamos a Deus. Nela, o nosso espírito entra em contacto com Ele e é cada vez mais penetrado pela sua luz; a vontade vai-se unindo a Ele, à sua santa vontade e aos seus interesses; o coração sente-se constantemente atraído pela bondade infinita

e pelo amor do Pai e vê-se cumulado daquele amor que é o próprio Deus. Assim, a oração autêntica transforma irresistivelmente o homem e faz com que participe cada vez mais na santa vida de Deus.

A força e a excelência da oração cristã manifestam-se tanto na vida interior como na vida exterior do cristão.

Este é o segredo da fecundidade da acção dos nossos santos: rezavam bem e rezavam muito; da oração tiravam as forças para o cumprimento abnegado e constante do dever, para o trabalho árduo e incansável, para os seus actos heróicos. Trabalho e oração, acção e contemplação caminham juntos e apoiam-se mutuamente.

A nossa oração, seja adoração, louvor, acção de graças ou súplica, regressa de Deus para nós sob a forma de bênção e de graça, sob a forma de fecundidade e de auxílio para o crescimento espiritual e para uma união cada vez mais íntima e profunda com Deus. Assim se comprova a verdade da afirmação de que «a oração é o alimento da alma e como a respiração da alma cristã».

Quem deixa de rezar deixa de respirar e de viver; e, inversamente, se o cristão quer levar uma vida de fé viva, se pretende, com a graça de Deus, aproximar-se da perfeição, só o pode fazer rezando, porque ao mesmo tempo que reza recebe a graça divina e mergulha em Deus.

De tudo isto deve ficar bem claro que o fim último da oração não é o crescimento interior do homem, nem o serviço ou a salvação da sua alma; antes, santificamo-nos por meio da oração para podermos glorificar mais a Deus, adorá-Lo e amá-Lo; e tanto melhor o poderemos fazer quanto mais puros, ricos e santos nos tornarmos através da nossa oração. Desta forma, a oração serve o crescimento interior, mas este, por sua vez, serve a glorificação e a adoração de Deus.

Que a oração cristã seja, pois, para nós algo de grande e santo! Não é para nós, pobres homens, a maior honra e graça que nos pode ser concedida poder rezar, ter acesso a Deus, nosso Pai celeste, e poder falar com Ele, e que Ele Se incline para nós com amor e bondade, nos escute e acolha com agrado a veneração que Lhe prestamos?

Como devemos dar graças por podermos rezar!

Como devemos preocupar-nos em rezar bem!

Como devemos estimar e amar a oração cristã!

«Senhor, ensina-nos a rezar!»

XIII

A ORAÇÃO *Continuação*

«Se conhecesses o dom de Deus.»

Jo 4, 10

Acerca da oração circulam muitos enganos, desconhecimento e equívocos. A consequência é que a oração se torna ainda mais difícil do que já é por si mesma; pouco a pouco vai-se perdendo não apenas a alegria, mas até a coragem de rezar e a confiança no valor da oração, e instala-se o cansaço. Muitos desses erros têm origem no facto de não se saber claramente em que consiste propriamente a oração, qual é a sua essência, e de se ignorar o que é rezar de modo justo e bom.

Muitos pensam que pertence à essência da oração cristã o ser arrebatado e profundamente comovido por ela; que de modo algum se pode distrair para qualquer atracção, ainda que de forma involuntária e, portanto, sem culpa.

Outros acreditam que é necessário sentir na oração uma disposição interior acompanhada de certo gosto por rezar; pensam que não é possível uma oração autêntica se nela não surgirem delicados sentimentos e afectos da alma, sem que quem reza sinta qualquer cansaço, abatimento, fraqueza ou distracção, sendo-lhe, por isso, impossível permanecer frio, insensível, seco e vazio.

Há ainda os que ficam perturbados por uma distracção ou qualquer fracasso na sua oração, a ponto de desvalorizarem aquilo que rezaram e recommencarem a oração até lhes parecer que finalmente podem ficar satisfeitos com ela. Vítimas destes tormentos, têm, contudo, a melhor vontade, mas incorrem continuamente em novos enganos e dificuldades.

1. O que é rezar?

Rezar é, em sentido geral, falar amorosamente com Deus, comunicar com Ele, estabelecer um diálogo de amor, ainda que sem palavras, com Ele.

A oração genuína baseia-se no amor, brota do amor e tende para o amor. O termómetro da oração, como de toda a virtude e de toda a boa obra, é o amor de Deus, que pode exprimir-se por obras e por palavras. Chamamos oração ao amor que se exprime por palavras, não sendo indispensável que a palavra seja vocal. A oração é a expressão do amor que dirigimos em Deus a Deus.

Esta expressão de amor a Deus, Senhor e Criador do universo, vem necessariamente acompanhada de reverência e respeito, daquele santo temor que nos invade ao entrarmos na intimidade de Deus e ao sentirmos a majestade da sua glória; vem igualmente acompanhada daquela atitude de obediência e submissão à vontade divina. O verdadeiro amor de Deus não pode deixar de ser reverente e submisso, isto é, uma oração de adoração. A essência da oração é, por conseguinte, a expressão de um amor que adora com reverência e obediência.

Mas não rezamos apenas a Deus e a Cristo, o Senhor; dirigimo-nos também aos anjos e aos santos do céu, particularmente à Virgem Maria, Mãe de Deus e nossa Mãe. Estes seres não são Deus, mas simples criaturas, mergulhadas pela graça divina na vida e na glória de Deus. Por isso os amamos e exprimimos o nosso amor por eles, um amor que não tem o mesmo carácter daquele que nos leva a Deus e a Cristo. Amamo-los de outro modo, porque não adoramos a Virgem nem os santos, mas veneramo-los. Do mesmo modo, a oração dirigida à Mãe de Deus implica uma veneração (*cultus hyperduliae*) diferente daquela que prestamos aos santos (*cultus duliae*).

A oração a Deus e a Cristo é a oração por excelência, a oração em sentido pleno, a expressão do amor na mais profunda adoração, pela qual entregamos a Deus todo o nosso ser; é a expressão do amor que louva, agradece, pede e expia.

O acto de oração, considerado do ponto de vista da vida humana da alma, não é fundamentalmente um acto do entendimento, um esforço para compreender espiritualmente um texto de leitura ou de meditação, ou uma

reflexão, como geralmente se pensa. O acto de oração, tomado na sua essência, nem sequer é um acto de atenção, se se entender com isso que uma oração na qual alguém se distrai deixa, só por esse facto, de ser uma oração bem feita. Muito menos é o acto de oração um acto da imaginação, uma imagem de Jesus, de Maria ou de uma passagem do Evangelho que produzimos em nós ao rezar.

A oração também não é uma emoção nem um sentimento de devoção. Não queremos dizer com isto que estes actos do entendimento e da imaginação ou estas emoções nada signifiquem para a oração; pelo contrário, podem ser e são de facto muito importantes, preciosos e até indispensáveis como preparação para ela e como manifestações que a podem acompanhar; mas não tocam a essência da oração, e por si mesmos não são oração. Mesmo faltando todos esses actos, pode existir uma oração perfeita, santa e agradável a Deus.

Rezar é, antes, um dos actos sobrenaturais da vontade, animados pelo Espírito Santo que vive e actua em nós: é, no fundo, um acto pelo qual nós, filhos de Deus, nos dirigimos ao Pai com amor reverente para nos entregarmos a Ele e permanecermos junto d'Ele em amor, e, amando-O, obedecer-Lhe e adorá-Lo.

É o próprio amor que «foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo» (Rom 5, 5), juntamente com a graça santificante, a graça da filiação divina, que nos move, como filhos, para o Pai. Queremos exprimir-Lhe o nosso amor, a nossa entrega e veneração amorosas, o nosso louvor inspirado pelo amor, a nossa gratidão, admiração e alegria pela sua beleza, majestade e bondade, pelo seu maravilhoso governo do mundo, tanto da natureza como da graça; queremos exprimir-Lhe a nossa súplica filial, baseada na confiança que o seu amor e a sua bondade despertam em nós, e subordinada aos interesses e à vontade do Pai que nos ama; queremos dizer-Lhe a nossa palavra de arrependimento, que brota de um amor filial e da consciência de termos faltado ao Pai.

Rezar é, na sua essência mais íntima, um acto de amor, e a oração é tanto mais perfeita quanto mais nela se reflecte o amor, quanto mais aquele que reza se eleva do amor imperfeito ao amor perfeito.

Quanto mais eficaz for o amor no coração do cristão, tanto mais fortemente o impelirá a manifestar ao amado a sua palavra de amor, ainda que saiba há muito tempo que é amado. Quem ama sente necessidade de exprimir o seu amor, simplesmente porque se trata de uma palavra de amor.

Sempre que o amor de Deus está vivo e operante em nós, temos a convicção jubilosa e feliz de que o Pai, que habita com o seu Filho e o Espírito Santo no mais profundo da nossa alma, escuta a nossa amorosa confiança, a aprecia e a acolhe, sobretudo porque pronunciamos esta mesma expressão de amor unidos ao grande Orante, Cristo, que inclui a nossa oração e a nossa entrega amorosa ao Pai na sua própria oração e na sua própria entrega.

Na Igreja rezamos sempre «por Cristo nosso Senhor», como membros do seu Corpo Místico, unidos íntima e vitalmente a Ele, que é a nossa Cabeça.

Que admirável dignidade e que poder possui a oração do cristão, considerada deste modo!

No acto da oração afastamo-nos do nosso próprio eu, abandonamos o mundo criado que nos rodeia e dirigimo-nos ao Pai para nos lançarmos nos seus braços com o ardente desejo de permanecer junto d'Ele e servir a sua glória e os seus interesses. Precisamente para exprimir esta entrega juntamos as mãos: assim fazia na Antiguidade o vassalo, colocando-as entre as mãos do seu senhor em sinal de humilde entrega ao seu serviço.

2. O hábito de oração

O acto de oração é algo transitório. Mas, pela repetição frequente dos actos, forma-se um hábito, uma disposição duradoura, um estado de oração, que se alimenta e fortalece nos actos de oração e que, por isso mesmo, deles necessita indispensavelmente.

É evidente que, ao falar da oração habitual, não nos referimos à oração vocal, nem sequer à oração interior chamada contemplativa, porque nesta

terra é impossível ao homem pensar ininterruptamente em Deus e ocupar-se constantemente, com atenção contínua, das coisas divinas.

Por hábito de oração deve entender-se antes a prontidão interior para a entrega amorosa a Deus, a submissão filial à sua santa vontade e às disposições da sua divina providência em todas as circunstâncias da vida.

É essa atitude constante e essa decisão da vontade de aceitar todas e cada uma das coisas que Deus quer de nós e de realizar com amor tudo o que surge no nosso caminho: deveres, regras, prescrições; esse hábito de pronunciar sempre e em qualquer momento, até às últimas consequências, apesar dos incômodos e sacrifícios que nos possam ser exigidos, a palavra do amor: «Sim, Pai, porque assim vos agradou» (Mt 11, 26), «santificado seja o vosso nome, seja feita a vossa vontade».

É essa disposição constante para aceitar até mesmo todas as dificuldades, contrariedades, humilhações, tentações e provações, desilusões, sofrimentos, doenças, etc., e para receber de Deus os trabalhos de cada dia.

O fim próximo da oração cristã é o hábito de oração, a contínua união interior com Deus, que vive no fundo da nossa alma e nos atrai poderosamente para Si. Ao rezarmos, deixamo-nos conduzir pelos impulsos do Espírito Santo, permitindo-Lhe realizar em nós a sua obra maravilhosa.

Assim se purifica em nós o amor que nos une a Deus e que vai transformando pouco a pouco o nosso modo de julgar, pensar, querer, agir e sentir, as nossas acções e missões, até que tudo se torne puro, semelhante a Deus e santo. O fim remoto da nossa oração é sempre a adoração e a glória de Deus.

A oração habitual é uma entrega silenciosa, quase inacessível à nossa própria consciência, constante; uma disposição de entrega do nosso coração e da nossa vontade a Deus e à sua vontade, para Lhe permitir colaborar connosco da maneira e na medida que Ele julgar conveniente, segundo a sua sabedoria e caridade divinas.

É a oração da profundidade, realizada nas mais íntimas raízes da alma, ali onde esta se une, por meio da graça santificante, ao Deus Uno e Trino que nela vive e opera.

É, se quisermos exprimi-lo por uma imagem, a brasa sempre pronta a lançar faúlhas que se transformam em chamas; a brasa está sempre presente, ainda que não esteja constantemente a produzir labaredas.

A esta oração interior, enquanto modo estável de união e entrega a Deus, servem e ajudam os actos de oração, que se movem, por assim dizer, na periferia e constituem uma espécie de oração de superfície.

Por sua vez, é da oração profunda, da oração habitual, que brotam os actos de oração, os quais serão tanto mais puros, frequentes, perfeitos e fecundos quanto mais firmemente a alma tiver alcançado o hábito de oração.

Somos verdadeiramente piedosos na medida em que alcançamos este estado de união com o Deus que vive dentro da nossa alma. A autêntica piedade é precisamente essa disposição estável da alma que torna o cristão pronto a fazer e a suportar, por amor de Deus, tudo o que Ele lhe pedir, exigir ou impuser.

A oração habitual é a atitude fecunda com que devemos avaliar toda a nossa actividade diária e a sua importância para a glória de Deus e para o nosso próprio desenvolvimento espiritual. Enquanto mantivermos esta habitual entrega amorosa a Deus e à sua vontade, estaremos também a rezar com o nosso trabalho, com os nossos sacrifícios e com os nossos sofrimentos, mesmo sem realizar actos explícitos de oração e sem pensar em rezar.

Só em virtude desta disposição estável da alma nos é possível «orar sem cessar» (1 Tes 5, 17), «orar sempre», como o Senhor nos exige (Lc 18, 1).

Há momentos em que devemos concentrar a atenção no trabalho e não podemos pensar ao mesmo tempo em Deus e nas coisas divinas; isso acontece-nos continuamente ao longo do dia; mas, apesar disso, em virtude

dessa disposição habitual da alma, dessa união com Deus, dessa intenção de fazer e sofrer tudo por Deus, estamos a rezar sem interrupção.

O hábito de oração tem enorme importância nas dificuldades interiores e exteriores que costumamos experimentar quando rezamos: cansaço, dor de cabeça, aborrecimento, incapacidade de pensar, distrações, secura, repugnância, tédio e enfado, e especialmente as distrações interiores que não conseguimos dominar e que continuamente nos assaltam.

Em virtude dessa disposição constante de nos unirmos sempre, especialmente na oração, à vontade de Deus, faremos oração de todos esses impedimentos que à primeira vista parecem dificultá-la: transformá-los-emos em oração, aceitando a vontade de Deus que nos atribui essa cruz na oração, aceitando humildemente a nossa impotência, as nossas distrações involuntárias, as nossas dificuldades e contrariedades.

Precisamente ao submetermo-nos assim à vontade de Deus, unimo-nos a Ele, e isto é rezar.

E, reconhecendo humildemente todas as nossas distrações involuntárias, a nossa impotência, as nossas dificuldades e os nossos fracassos, ao dar o nosso «sim» à vontade de Deus, unimos a ela, não propriamente a nossa inteligência, mas, mais profundamente, a nossa própria vontade; e isto é rezar.

Em virtude da nossa oração interior, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para prevenir as distrações e, quando delas nos apercebermos, devemos voltar a concentrar-nos. Mas, quando, contra a nossa vontade, não conseguimos libertar-nos delas nem proteger-nos contra essas tentações, não é necessário desanimar nem entristecer-nos por isso, como se não tivéssemos rezado rectamente: basta exprimirmos o nosso sim à cruz das distrações e da nossa incapacidade, unindo-nos à vontade de Deus, e esta união amorosa, este sim da nossa vontade, será já uma oração autêntica, fecunda e santa.

Também sobre a oração reina a lei que é a base de toda a vida cristã nesta terra: a lei de saber levar a cruz. Submetamo-nos humildemente a esta lei. Sempre que existe esta vontade constante, firme e sincera de nos

unirmos na oração totalmente à vontade de Deus, isto é, sempre que realmente queremos rezar, rezamos bem, apesar de todas as distrações involuntárias e da nossa incapacidade.

É profundamente consolador saber que a nossa impotência humana e as nossas frequentes distrações não prejudicam de modo algum a nossa oração, enquanto viver em nós essa atitude de entrega à vontade de Deus e aos seus desígnios.

Um acto de oração que brota desta disposição da vontade é sempre uma oração perfeita, porque ela, esta atitude de confiante entrega à vontade de Deus, é precisamente a «oração essencial». Que a ela se una ou não a chamada devoção accidental ou sensível, a intensa vibração da nossa afectividade, tem pouca importância. O único elemento decisivo e fundamental é a disposição habitual de entrega da nossa vontade: ela constitui a essência da oração.

Esta mesma disposição interior total conduz ao mesmo tempo o nosso espírito para Deus com atenção cada vez maior, e tanto mais quanto mais perfeita for a nossa entrega interior. Entretanto, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar as distrações e tornar mais livre o caminho da oração, sem esquecer que nunca nos libertaremos totalmente da cruz das distrações.

As distrações insinuam-se furtivamente na nossa oração sem que nos apercebamos e contra a nossa vontade deliberada. Perderá por isso a oração o seu valor e a sua fecundidade? Absolutamente nada. A vontade permanece unida a Deus mesmo durante as distrações involuntárias.

É necessário abraçar com amor a cruz das distrações, entregando-nos totalmente à santa vontade de Deus. Assim, a distração não nos terá separado d'Ele, mas ter-nos-á unido mais estreitamente a Ele. Apesar da distração, da aridez e do vazio interior, a nossa oração não terá perdido o seu valor: terá tornado mais profunda a nossa humildade e converter-se-á numa ajuda para nós.

Deve ficar bem claro que, para nós, a essência da oração reside nesta atitude de união da nossa vontade com a santa vontade de Deus.

Fique igualmente claro que podemos rezar de modo perfeito e fecundo, apesar de todas as dificuldades, fraquezas e distrações involuntárias. Rezamos tanto quanto a nossa vontade procura, na oração, Deus, só Deus e a sua vontade.

Rezamos a Cristo com o mesmo sentido com que rezamos a Deus Pai, ao Espírito Santo ou à Santíssima Trindade, porque Cristo, o Filho de Deus feito homem, sendo verdadeiro Deus, é objecto da mesma adoração que o Pai. A essência da oração a Cristo é a adoração, a entrega amorosa aos seus preceitos, aos seus mandamentos e à sua santa vontade.

Entregamo-nos ao Pai com Cristo e por meio de Cristo. Cristo nosso Senhor acolhe a oração que Lhe dirigimos e apresenta-a ao Pai. Assim, a nossa oração a Cristo é uma oração dirigida ao Pai n'Ele, com Ele e por Ele.

A nossa oração aos santos é um acto da vontade que reconhece e aceita as grandezas, as graças, as virtudes, a santidade e o poder de intercessão dos santos, mas que, através deles, se eleva até Deus e até Cristo para Lhe dar graças, louvá-Lo, glorificá-Lo e amá-Lo neles e por meio deles, com os seus corações, o seu amor e a sua entrega.

Ainda que recorramos com confiança e amor filial à nossa Mãe celeste, nos entreguemos a ela e desejemos permanecer junto dela, sabemos claramente que ela não pode nem quer ser para nós o termo último ou o grau supremo; pelo contrário, como Mãe, conduz-nos sempre ao seu Filho, e com Ele e por Ele ao Pai, para sustentar com amor e fidelidade maternais a nossa adoração, a nossa entrega amorosa, o nosso louvor, a nossa acção de graças e a nossa súplica, apresentando tudo isso a Deus.

* * *

Ah, se conhecêsseis «o dom de Deus» (Jo 4, 10): a graça, a sublimidade e o poder da oração cristã!

A nossa oração cristã encerra e possui um valor e uma força que ultrapassam de longe todas as outras forças humanas e todas as grandezas naturais. Que significam, diante do poder da oração cristã, da oração feita ou apresentada ao Pai por Cristo, todo o saber e todo o poder dos homens?

Que pode significar o próprio poder de Satanás e de todo o inferno? «Se conhecesses o dom de Deus!»

Não devemos, portanto, estimar ainda mais a nossa oração cristã? Não devemos confiar muito mais na nossa oração e no seu poder?

Cristo, o grande Orante, reza connosco e faz-nos participantes da dignidade e da eficácia da sua oração. Tal é a nossa fé e a nossa confiança!

XIV

A SANTA MISSA

«Aproximar-me-ei do altar de Deus.»

Sl 42, 4

Ideal do sacrifício eucarístico

O centro e o compêndio da vida e da piedade cristãs é a celebração ou, mais exactamente, a concelebração do sacrifício eucarístico, que «o Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, instituiu e que é continuamente renovado na Igreja pelos seus ministros» (*Mediator Dei*, n.º 84).

É, portanto, de máxima importância que todo o cristão tenha uma ideia justa do santo sacrifício e da sua colaboração nele.

Houve um tempo em que, deixando de lado os círculos dos teólogos especializados, se acreditava vulgarmente que a santa Missa já não possuía um significado litúrgico próprio. Todas as cerimónias e pormenores da sua celebração eram explicados de forma alegórica: cada um deles era tomado como uma cena qualquer da vida e da paixão de Cristo. A santa Missa passou a ser considerada uma representação retrospectiva e histórica dos mistérios da vida e da morte de Jesus.

Esta interpretação alegórica dominou como ideia popular da Missa durante todo o período compreendido entre o século IX e os princípios do século XVI. Foi então que, perante a urgência de considerações teológico-dogmáticas, se aprofundou a explicação da Missa, passando a considerá-la como o sacrifício de louvor e de acção de graças da Igreja, isto é, da comunidade celebrante.

A luta da Igreja contra o protestantismo levou a que, depois do Concílio de Trento (1545-1563), se acentuasse o carácter sacrificial da morte de Cristo, bem como o da Missa enquanto sacrifício expiatório. Pouco a pouco foi sendo superada a estreiteza desta visão da Missa, sobretudo nos últimos

anos, graças ao chamado movimento de renovação litúrgica do nosso século e à encíclica *Mediator Dei* de Sua Santidade o Papa Pio XII.

Que pretende a celebração da Missa?

Pretende fazer-nos participar naquele acto de entrega, submissão, homenagem e adoração ao Deus Uno e Trino que Cristo nosso Senhor realizou diante do Pai durante toda a sua vida terrena e, de modo particular, na sua morte na cruz, sob a forma de sacrifício, o único sacrifício perfeito.

O Senhor inclui-nos neste seu acto de adoração e de entrega a Deus, para que prestemos com Ele e por Ele à Santíssima Trindade a homenagem, a adoração e a entrega de que só Ele é capaz: homenagem, adoração e entrega, glorificação e culto que ultrapassam infinitamente qualquer acto semelhante que nós, por nós mesmos, possamos realizar. É uma graça inestimável a que nos foi concedida ao sermos convidados para a concelebração da santa Missa.

O santo sacrifício é a comemoração da paixão e morte do Senhor. «Todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciais a morte do Senhor até que Ele venha» (1 Cor 11, 26).

No centro da instituição realizada pelo Senhor na Última Ceia encontram-se os sofrimentos da sua morte, cuja memória deve ser constantemente conservada na Igreja por meio do sacrifício eucarístico e tornada presente diante dos nossos olhos por Ele próprio.

Deste modo, cada Missa transporta-nos até à cruz na qual o nosso Senhor e Salvador Se entregou, numa morte sangrenta, por nós, pessoalmente por cada um de nós.

«Isto é o meu corpo, que é entregue por vós. Fazei isto em memória de mim. E igualmente o cálice, depois da ceia, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue, que é derramado por vós» (Lc 22, 19-20).

Na celebração da santa Missa fazemos reviver a memória de todas as atrocidades que o Filho de Deus feito homem suportou interior e exteriormente, na alma e no corpo, especialmente quando foi cruelmente

pregado na cruz e permaneceu suspenso nela durante três horas na mais amarga agonia.

Contemplando a sua paixão e morte, reconhecemos nelas a expressão e a confirmação da sua entrega amorosa ao Pai e da sua perfeitíssima obediência: «Fez-Se obediente até à morte, e morte de cruz» (Flp 2, 8); reconhecemos a manifestação do seu amor por nós, por cada um de nós em particular, um amor que ultrapassa todos os nossos cálculos e todas as nossas medidas; esse amor sublime que O levou a entregar-Se por nós — por mim — para expiar em nosso lugar, alcançar-nos o perdão dos pecados e fazer de nós filhos de Deus, objecto do amor do Pai.

«Cristo amou-me e entregou-Se por mim» (Gal 2, 20).

Ao considerarmos, na celebração da santa Missa, a sua paixão e a sua morte, reconhecemos que a salvação nos veio pela morte de Cristo na cruz: por ela abriram-se para nós os céus e a participação eterna na vida e nos bens divinos.

Na concelebração do santo sacrifício contemplamos o acto de adoração, de suprema homenagem, de maravilhosa glorificação da Santíssima Trindade realizado pelo Filho de Deus feito homem: tão excelso que só é digno d'Ele; tão perfeito que toda a outra adoração, glorificação ou homenagem a Deus deve unir-se a ele, se deseja ser acolhida.

Porque «por Cristo, com Cristo e em Cristo, a Vós, Deus Pai onnipotente, na unidade do Espírito Santo, toda a honra e toda a glória pelos séculos dos séculos» (Cânone da Missa).

Com a memória da paixão e morte de Cristo está estreitamente unida, segundo o espírito da liturgia, a memória da sua gloriosa ressurreição e ascensão, que se fundamentam na sua paixão e morte e com elas formam uma unidade inseparável.

Mas a celebração eucarística põe especialmente em relevo a morte de Cristo na cruz, porque nela Cristo é significado e representado «em estado de vítima» (*Mediator Dei*, 89) e porque «as espécies eucarísticas (pão e vinho) simbolizam a separação cruenta do corpo e do sangue» (*ibid.*).

A celebração eucarística, que se desenrola sobre o altar, é ainda mais do que uma comemoração: é um sacrifício, é a oferta de um sacrifício.

O Senhor ofereceu este sacrifício pela primeira vez na Última Ceia, em Jerusalém, e confiou a sua celebração à Igreja, dizendo: «Fazei isto em memória de mim» (Mc 14, 22-24; 1 Cor 11, 24-25).

O Concílio de Trento explica e acentua, contra a heresia protestante, o carácter sacrificial da Missa: «Cristo, sacerdote eterno segundo a ordem de Melquisedec (Sl 109, 4), quis deixar à sua amada Esposa, a Igreja, na Última Ceia, um sacrifício visível. Por isso devia conservar-se a memória do sacrifício cruento realizado na cruz até ao fim dos tempos e aplicar-se-nos o seu poder salvífico para o perdão dos pecados que diariamente cometemos. Cristo ofereceu a Deus Pai o seu Corpo e o seu Sangue sob as espécies do pão e do vinho» (Sess. 22, cap. 1).

«O augusto sacrifício do altar não é, portanto, uma mera e simples comemoração da paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas é um verdadeiro sacrifício, no qual o Sumo Sacerdote, imolando-Se de modo incruento, faz o mesmo que fez então na cruz, oferecendo-Se inteiramente ao Pai como vítima sumamente agradável» (enc. *Mediator Dei*, n.º 67).

Naturalmente, já não derrama o seu sangue nem sofre como na cruz; mas «a sabedoria divina encontrou um admirável meio para tornar manifesto o sacrifício de Cristo por sinais externos que são símbolos da sua morte», pois «as espécies eucarísticas, sob as quais Ele está presente, simbolizam a separação cruenta do corpo e do sangue. Assim, a demonstração da sua morte real no Calvário repete-se em todos os sacrifícios do altar, porque, por meio de símbolos distintos, significa-se e mostra-se que Jesus Cristo está em estado de vítima» (*Mediator Dei*, 89).

A celebração do sacrifício eucarístico é a oferta de um sacrifício no qual Cristo realiza misteriosamente, pela sua imolação incruenta, o mesmo que realizou na cruz: oferece-Se a Si mesmo ao Pai como vítima agradável aos seus olhos.

Assim, o sacrifício da santa Missa é o sacrifício da própria oferta, o auto-sacrifício de Cristo: é o próprio Senhor a vítima que é oferecida a Deus

na santa Missa; só ela pode satisfazer o Deus santo.

Sobre o altar, Jesus consagra ao Pai toda a sua vida, o seu sangue, o seu coração, com todos os seus sentimentos de homenagem e amor, de adoração e louvor, para Lhe oferecer tudo aquilo que rezou desde o primeiro instante da sua entrada neste mundo, tudo o que trabalhou e sofreu. Cristo é a vítima e a hóstia «pura, santa, imaculada», na qual «o Pai encontra as suas complacências».

O Sumo Sacerdote que oferece o sacrifício é também «o mesmo sacerdote que outrora Se imolou na cruz» (Concílio de Trento): Cristo celebra no altar o seu santo sacrifício com mãos puras e coração puro.

O homem que exerce o ministério sacerdotal é apenas o seu instrumento, o seu órgão; é Cristo quem oferece por meio dele e é Cristo o verdadeiro sacerdote no altar.

Ele está presente sob as espécies consagradas do pão e do vinho e «oferece-Se ao Pai como na cruz, embora não de modo cruento. Nas espécies consagradas do pão e do vinho, pelas quais é representado em estado de vítima» (*Mediator Dei*, 89), exprime ao Pai a entrega total que O levou a aceitar a cruz e que conserva para sempre.

Nestes princípios assenta a excelsa dignidade da santa Missa: ela é um só e o mesmo sacrifício que o de Cristo na cruz, uma homenagem de valor infinito prestada ao Pai.

Por isso, o valor da santa Missa, enquanto sacrifício que Cristo faz de Si mesmo ao Pai, é ilimitado e infinito quanto à adoração, glorificação, acção de graças, expiação e súplica dignas de Deus.

Ao participar na celebração da santa Missa, podemos e devemos satisfazer o nosso ardente desejo de adorar, glorificar, louvar, agradecer, expiar e entregar-nos a Deus com todo o nosso amor; e podemos fazê-lo porque «por Ele, com Ele e n'Ele (com Cristo) Vos é dada toda a honra e toda a glória» (Cânone da Missa).

O sacrifício da Missa é também o *sacrifício da Igreja*.

Cristo não oferece apenas o sacrifício eucarístico; oferece-o como Cabeça da sua Igreja, na união mais íntima e vital com ela.

Todos os que são membros da Igreja, no Céu, na Terra e até as almas do Purgatório, reúnem-se em torno do Sumo Sacerdote, Cristo, e oferecem juntamente com Ele o sacrifício no qual Se entrega ao Pai.

Por meio do sacerdote celebrante, é toda a Igreja que eleva ao Pai o Corpo e o Sangue de Cristo vítima.

«Nós, vossos servos (os sacerdotes), e o vosso povo santo (a Igreja), oferecemos à vossa excelsa majestade uma hóstia santa, pura e imaculada» (oração depois da consagração).

Todos podemos e devemos unir-nos intimamente a Cristo, Sumo Sacerdote, e «oferecer o sacrifício com Ele e por Ele, santificando-nos com Ele» (*Mediator Dei*, 79).

Ao imolar-Se Cristo, imola-se a Igreja; imolam-se todos os que concelebram o santo sacrifício da Missa: todos ficamos conjuntamente sacrificados e oferecidos a Deus.

A Igreja inteira oferece-se como vítima, no Céu e na Terra, juntamente com Cristo, a quem oferece na santa Missa, e o sacrifício de Cristo na cruz torna-se o sacrifício da Igreja, o nosso próprio sacrifício.

Na concelebração da santa Missa incluímos-nos e acolhemo-nos no sacrifício que Cristo ofereceu na cruz, para sermos sacrificados e «crucificados com Ele».

«A celebração da santa Missa tende a reproduzir em nós, por meio do mistério da cruz, a imagem do divino Salvador, segundo a palavra do Apóstolo: “Estou crucificado com Cristo. Vivo eu, mas já não sou eu: é Cristo que vive em mim” (Gal 2, 20), e assim nos tornamos vítimas para a maior glorificação de Deus Pai» (*Mediator Dei*, 125).

«É, portanto, absolutamente necessário que entremos em íntimo contacto com o Sumo Sacerdote, oferecendo com Ele e por Ele,

santificando-nos com Ele» (*ibid.*, 79).

O sentido profundo e a significação mais íntima da celebração eucarística consistem, pois, em que, na santa Missa, a Igreja e nós próprios nos oferecemos como vítimas com Cristo crucificado, numa santa unidade de sacrifício, num mesmo espírito, numa mesma vontade e num mesmo acto.

Mas só poderemos participar no sacrifício de Cristo na medida em que acolhermos e conservarmos em nós o seu espírito sacrificial, o seu espírito de obediência aos desígnios de Deus, de humildade, de entrega ilimitada ao Pai, de adoração e glorificação, o seu amor ardente e sacrificado pelas almas, o seu ódio a todo o pecado, a sua constante determinação e disposição para a expiação, a mortificação e a penitência.

Só assim nos será possível oferecer à excelsa majestade do Deus Uno e Trino uma adoração digna d'Ele e tornar-nos participantes das graças da redenção.

Esta condição é essencial para que possamos oferecer devidamente a Vítima, que é Cristo, na concelebração da santa Missa: é necessário que nos ofereçamos também a nós mesmos e que nos tornemos uma só e mesma vítima oferecida com Cristo ao Pai, e com o mesmo espírito com que Ele Se ofereceu na cruz e agora Se oferece continuamente no altar. É isto o decisivo.

Concelebrar a santa Missa significa e exige algo mais do que simplesmente meditar piedosamente sobre os textos do missal e sobre as cerimónias e símbolos sagrados; significa e exige algo mais do que deleitar-se na contemplação das majestosas funções litúrgicas, no profundo canto coral ou nas harmonias do órgão.

É necessário oferecer-se com Cristo numa morte mística interior, tão real quanto misteriosa, à semelhança do que acontece na transubstanciação das espécies do pão e do vinho do sacrifício: são consagradas, deixam de ser aquilo que antes eram; morrem, por assim dizer, e tornam-se algo novo: o Corpo e o Sangue de Cristo.

Algo semelhante deve acontecer em nós sempre que assistimos ao santo sacrifício da Missa: o pão e o vinho são o nosso exemplo. Devemos, como eles, deixar de ser o homem de ontem — o homem da infidelidade, da falta de domínio de si, o homem que foge ao sacrifício, o homem dos desejos desordenados, das paixões, inclinações e hábitos perversos, o homem dos apegos absurdos, da preocupação excessiva com as coisas terrenas, do amor-próprio desordenado e do egoísmo.

Queremos e devemos ser vítimas oferecidas, consagradas a Deus, convertendo-nos a Ele com todo o nosso modo de pensar, sentir e desejar, em união com o espírito sacrificial de Cristo e com a sua entrega total e amorosa como vítima.

Demos graças a Deus por dispormos de um sacrifício «puro, santo e imaculado». Demos-Lhe graças porque podemos oferecer-Lhe diariamente esta vítima infinitamente excelsa: o Corpo e o Sangue de Jesus Cristo. Com esta vítima prestamos a Deus uma glorificação, uma homenagem, uma adoração e um louvor verdadeiramente dignos d'Ele.

Saiamos da santa Missa com a convicção consciente de que fomos oferecidos e imolados com Cristo a Deus.

Animados por esta consciência, enfrentemos as ocupações quotidianas e mostremos, na vida prática, no trato com os homens e no cumprimento dos deveres profissionais, que adquirimos na concelebração da santa Missa novas forças e nova coragem para sermos mais mortificados, mais pacientes, mais dedicados ao trabalho e mais generosos no amor.

O nosso sacrifício não se limita ao breve tempo da celebração da santa Missa, mas deve prolongar-se por todo o dia.

A santa Missa continua a actuar: encontra a sua melhor expressão prática na aceitação alegre e amorosa de todos os sacrifícios e preocupações que o Senhor quiser enviar-nos ao longo do dia.

XV

A SANTA MISSA

Continuação

«Subirei ao altar de Deus.»

Ps 42, 4

A realização da ideia de sacrifício na nossa assistência à santa Missa

Se a Missa é o sacrifício de Cristo, da Igreja e também o nosso próprio sacrifício, o sacrifício no qual oferecemos Cristo e a nós mesmos ao Pai, surge uma pergunta da maior importância: como devemos assistir à santa Missa?

Porque da recta compreensão do santo sacrifício dependem a nossa oração e a nossa vida cristã: a Missa é verdadeiramente o centro e o cume da piedade cristã.

Muitos não sabem o que devem fazer durante a celebração da santa Missa; procuram então ocupar o tempo com alguma «devoção» ou com determinadas «orações»: fazem a meditação, alguns sacerdotes rezam o breviário, outras pessoas ocupam-se com outras práticas. E não se dão conta de que, como baptizados, são chamados a concelebrar a santa Missa: oferecer Cristo ao Pai e, n'Ele e com Ele, oferecer-se a si mesmos a Deus.

O grande mérito da chamada renovação litúrgica do nosso século consiste em ter tomado desde o início como objectivo principal das suas aspirações o aprofundamento e a compreensão da celebração do sacrifício eucarístico, porque não podia esquecer que «o mistério da santíssima Eucaristia, instituído pelo Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, e renovado constantemente pelos seus ministros em virtude da sua própria vontade, é como o compêndio e o centro da vida cristã» (*Mediator Dei*, 84).

Daqui se conclui que, para nós, cristãos, tem uma importância decisiva aprender a assistir e a concelebrar devidamente o santo sacrifício. E isso só o conseguiremos quando assimilarmos o espírito de sacrifício com que o Senhor Se oferece na cruz e deixarmos que ele nos penetre inteiramente.

Assistimos à santa Missa para oferecer Cristo ao Pai e, com Ele e por Ele, oferecer-nos a nós mesmos, de tal forma que «nos tornamos vítimas juntamente com Cristo» (*Mediator Dei*, 125).

Para isso é necessário que «tenhamos os mesmos sentimentos que tinha Cristo Jesus e que reproduzamos em nós mesmos, tanto quanto o permite a natureza humana, o mesmo estado de espírito que tinha o Redentor quando fazia o sacrifício de Si mesmo» na cruz (*ibid.*, 101).

Como poderemos assimilar este espírito sacrificial de Cristo e reproduzir as suas disposições sacrificiais da cruz?

Somente se participarmos, de coração, interior e exteriormente, na acção que se realiza sobre o altar.

A participação exterior pode realizar-se de diversos modos.

Será sempre bom usar o missal e unir-nos assim às orações e aos sentimentos da Igreja; participar na chamada Missa comunitária, nas Missas dialogadas, cantadas, etc.

Mas estas formas de participação exterior nunca são o essencial. O essencial consiste fundamentalmente em assistir à santa Missa com a intenção íntima de nos oferecermos e imolarmos com Cristo. Esta é a forma mais perfeita de «concelebrar» a santa Missa.

Assim, o decisivo é, antes de mais, a participação interior no santo sacrifício.

Esta participação interior não exige essencialmente a compreensão do sentido dos textos litúrgicos, dos símbolos ou das cerimónias, nem o conhecimento perfeito das fases de desenvolvimento do ano litúrgico ou da formação das festas e ciclos litúrgicos. Nem sequer exige a meditação dos pensamentos próprios da festa contidos nas orações, na Epístola, no Evangelho e nos outros textos bíblicos do dia.

Todos estes conhecimentos são certamente muito bons e convém possuí-los o melhor possível; mas não constituem aquilo a que podemos

chamar a alta ciência da participação interior e da assistência espiritual à santa Missa.

A participação interior é essencialmente uma questão de vontade: uma disposição e um estado de espírito sacrificial cada vez maiores, um propósito da vontade cada vez mais firme e fortalecido, mais decidido à perfeita entrega nas mãos de Deus, à sua adoração e ao seu serviço, ao cumprimento dos seus mandamentos e da sua vontade, ao abandono humilde e amoroso nos braços da Providência divina, aceitando tudo o que ela dispuser ou permitir para nós.

Esta é a grande tarefa que nos impõe a assistência ao santo sacrifício.

Da seriedade com que procurarmos gravar cada vez mais profundamente em nós o espírito sacrificial que contemplamos em Cristo crucificado e reacender esse mesmo espírito durante a celebração da santa Missa depende a nossa possibilidade de participar nela digna e frutuosamente, para maior bem nosso e maior glória de Deus.

Nesta tarefa penosa e constante consiste, de certo modo, a única preparação remota verdadeiramente válida e habitual para a assistência interior à santa Missa: uma preparação que abrange toda a nossa vida, com as suas preocupações, sacrifícios, lutas e dificuldades.

Mas esta preparação, que deve preceder a nossa assistência ao santo sacrifício, precisa de ser continuamente reavivada durante a própria celebração.

Para esse fim está ordenada a chamada «Missa dos Catecúmenos» ou pré-missa, com as suas orações e leituras, na qual ocupa lugar de destaque a recitação de várias orações e da confissão das culpas para obter a remissão completa dos pecados.

Seguem-se depois as nove invocações de misericórdia a Cristo no *Kyrie eleison* e a oração da Igreja.

O nosso espírito de oblação encontra ocasião ainda mais favorável para ser reavivado no ofertório, no qual reproduzimos espiritualmente aquilo que

os fiéis dos primeiros séculos realizavam visivelmente ao aproximarem-se do altar e aí depositarem as suas ofertas: vinho, pão, dinheiro, alimentos e outros bens, como expressão da sua comum vontade sacrificial.

Também nós reproduzimos espiritualmente esta cena e colocamos as nossas ofertas sobre o altar: o nosso coração, o nosso eu, o nosso arrependimento, as nossas disposições interiores, o nosso ardente desejo de viver no Senhor, de Lhe dar hoje tudo, de aceitar tudo de boa vontade e de nos deixarmos guiar humildemente em tudo pela sua vontade.

Somos «a gota de água» que o sacerdote deita no cálice, identificando-nos com a vítima, que é Cristo.

Os religiosos devem renovar o sacrifício total de si mesmos que fizeram na hora de graça da sua profissão religiosa e confirmá-lo com novo ardor, com nova determinação de se unirem ao sacrifício de Cristo na cruz e no altar.

O canto do prefácio une-nos ao coro jubiloso e exultante dos anjos, cantando com eles o «*Santo, Santo, Santo*». Entramos depois em comunhão com os santos e bem-aventurados do Céu e, assim, «em comunhão com eles», preparamo-nos para assimilar a vontade de sacrifício que se manifesta de modo tão intenso no momento sagrado da consagração.

Tal como outrora, sobre a vítima oferecida por Salomão, se abriu o Céu e desceu o fogo que consumiu as ofertas, assim também os Céus se abrem sobre as nossas ofertas de pão e vinho; desce um fogo santo que delas toma posse, as transforma e as apresenta diante do trono de Deus.

Esse fogo do Céu é o próprio Cristo, nosso Senhor, simultaneamente Sumo Sacerdote e Vítima.

No momento da consagração realiza-se «a imolação incruenta, por meio da qual, pronunciadas as palavras da consagração, Cristo Se torna presente no altar em estado de vítima. E, colocando sobre o altar a vítima divina, o sacerdote apresenta-a ao Pai como oblação para sua glória» (*Mediator Dei*, 112-113).

Unidos ao sacerdote celebrante, oferecemos ao Pai Cristo, a nossa Vítima, a mesma Vítima que Se ofereceu na cruz; oferecemos o seu Sacratíssimo Coração, com todo o seu amor, a sua entrega, a sua veneração, o seu louvor, a sua acção de graças, os seus méritos e satisfações, a sua intercessão para nos alcançar o perdão e a graça.

«Em memória da sagrada paixão, da ressurreição dentre os mortos e da gloriosa ascensão do vosso Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, oferecemos à vossa excelsa majestade uma hóstia pura, santa e imaculada: o pão santo da vida eterna e o cálice da salvação perpétua», isto é, o próprio Cristo, presente sobre o altar como Sumo Sacerdote e como Vítima, no mesmo estado de imolação em que esteve outrora, uma única vez, sobre a cruz.

Oferecemos ao Pai esta Vítima santa como um dom nosso, como uma propriedade nossa, como complemento perfeito das nossas obras e da nossa oração, do nosso amor e do nosso sofrimento, insuficientes por si mesmos; oferecemo-la como oração e acção de graças nossas, como satisfação, adoração e glorificação nossas.

Nestes momentos sagrados pronunciamos um duplo «sim» da nossa vontade.

Em primeiro lugar, o «sim» agradecido àquilo que misteriosamente se realiza sobre o altar: Cristo oferece-Se como Se ofereceu na cruz; o «sim» alegre a tudo aquilo que Ele inclui nessa oferta e encerra no seu Sacratíssimo Coração: a sua entrega generosa, o seu amor, a sua oração, a sua acção de graças, o seu louvor, a satisfação e expiação pelos nossos pecados, os seus méritos para nos alcançar força e graça para nós e para todos os que amamos; o «sim» agradecido porque podemos oferecer ao Pai o Sacratíssimo Coração de Cristo com todas as suas infinitas riquezas e assim suprir a nossa pobreza.

«Bendito o que vem (na consagração) em nome do Senhor. Hosana nas alturas.»

E um segundo «sim»: o da nossa vontade de sermos imolados.

Queremos elevar-nos acima do terreno e do passageiro nestes santos momentos; queremos oferecer-nos a Deus e pertencer-Lhe totalmente; queremos viver inteiramente para Ele, não segundo a nossa própria vontade e o nosso próprio sacrifício, mas em união com as disposições sacrificiais do nosso Senhor e Salvador na cruz.

Aquilo que realizamos de modo incruento na concelebração litúrgica da santa Missa, devemos realizá-lo de modo cruento ao longo de todo o dia, numa verdadeira imolação, mediante um «sim» sério e eficaz às palavras do Senhor:

«Se alguém quiser ser meu discípulo, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-Me» (Mt 16, 24).

Na assistência à santa Missa está em jogo algo profundamente sério: os próprios fundamentos da existência cristã, um misterioso co-morrer interior com o Senhor crucificado, eficaz e transformador.

Trata-se de escolhermos novamente cada dia, com total entrega, o caminho da cruz e pronunciarmos um «sim» desinteressado às fadigas, sofrimentos e amarguras que o dia presente e as preocupações do futuro nos impõem, com sentimentos de humilde e universal obediência idênticos aos de Cristo crucificado:

«Tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus» (Fl 2, 5).

Transformados em vítimas juntamente com Cristo pregado na cruz, digamos também com Ele:

«O meu alimento é fazer a vontade d'Aquele que Me enviou» (Jo 4, 34), pois «já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gal 2, 20).

Este «sim» está incluído na recitação do Pai-Nosso, que pronunciamos na mais íntima união de espírito, coração e vontade com o Senhor, que nesse momento o reza connosco e com toda a Igreja celeste e terrestre.

A sagrada comunhão pertence à integridade do santo sacrifício.

A concelebração da Missa está ligada à «Ceia do Senhor» (1 Cor 11, 20), na qual «comemos o pão do Senhor e bebemos o seu cálice» (1 Cor 11, 22).

É o banquete em que «anunciamos a morte do Senhor» (1 Cor 11, 26) e no qual se reúne a comunidade celebrante.

A comunhão dos santos com o Senhor e entre si deve encarnar-se e aprofundar-se neste banquete.

Uma vez que o banquete eucarístico pertence à integridade do santo sacrifício, quem concelebra o sacrifício deve também participar na mesa do Senhor: deve comungar.

Na sagrada comunhão vem à nossa alma o próprio Cristo, Cristo-Vítima. Ele enche-a e penetra-a com a sua vontade de sacrifício e com o seu espírito de entrega ao Pai, fortalecendo-nos para a dura realidade da jornada e para a imolação cruenta que todos os dias nos é exigida.

A imolação litúrgica e incruenta de nós mesmos na santa Missa deve manifestar-se depois na vida prática: no trabalho profissional, nas relações com os outros, em toda a nossa atitude, digna de quem se tornou vítima agradável a Deus no santo sacrifício do altar, juntamente com Cristo crucificado.

A exclamação do diácono ou do sacerdote nas Missas simples, *Ite, Missa est*, significa mais do que um simples «podeis retirar-vos».

Ela contém uma missão e uma recomendação: entrar no trabalho e nas ocupações quotidianas com espírito de total entrega a Deus, à sua vontade, aos seus mandamentos, aos seus desígnios e às suas disposições.

É desígnio particular do Senhor, que Se imolou por nós, homens, na cruz com infinito amor, derramar na nossa alma, por meio da sagrada comunhão, o esplendor e a força da sua caridade, e fazer com que nós, cristãos, nos unamos na santa comunhão de mesa e de vida, como irmãos e irmãs, numa unidade interior e indivisível, formando um só corpo e uma só alma.

Deste modo, a comunhão é para nós, todos os dias, um convite à caridade tal como a descreve o Apóstolo:

«A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não é arrogante, não se ensoberbece; não é inconveniente, não procura os seus interesses, não se irrita, não guarda ressentimento; não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» (1 Cor 13, 4-7).

É um convite à caridade da qual o Senhor diz:

«Este é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como Eu vos amei. Fui Eu que vos escolhi e vos destinei para que vades e deis fruto» (Jo 15, 12-16).

O fruto da caridade cristã que se esquece de si mesma, que serve, que ajuda.

Só pela força do amor que Cristo nos comunica na comunhão podemos cumprir este mandamento.

A sagrada comunhão deve servir também para que nos identifiquemos cada vez mais profundamente com o Senhor, oferecido na cruz e no santo sacrifício da Missa.

«Tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus, o qual, sendo de condição divina, não considerou como usurpação ser igual a Deus, mas aniquilou-Se a Si mesmo, tomando a condição de servo e tornando-Se semelhante aos homens; e, reconhecido como homem pela sua aparência, humilhou-Se a Si mesmo, fazendo-Se obediente até à morte, e morte de cruz» (Fl 2, 5-8).

Pio XII explica assim estas palavras do Apóstolo:

«Exige de todos os cristãos que reproduzam em si mesmos, na medida em que a natureza humana o permite, as mesmas disposições que tinha o Redentor quando Se oferecia em sacrifício: a humilde submissão do espírito, a adoração, a honra e o louvor, e a acção de graças à divina

majestade de Deus; exige, além disso, que reproduzam em si mesmos as condições da vítima: a renúncia a si próprios segundo os preceitos do Evangelho, o exercício voluntário e espontâneo da penitência, a dor e a expiação dos próprios pecados. Exige, numa palavra, a nossa morte mística na cruz com Cristo, de tal modo que possamos dizer com São Paulo: “*Estou crucificado com Cristo*”» (*Mediator Dei*, 101).

Deste modo, a recepção da sagrada comunhão prolonga a parte precedente do santo sacrifício.

Em ambos os casos trata-se da essência mais profunda do nosso ser cristão: a união com Cristo e a conformidade com a sua morte (Rom 6, 8).

Um cristianismo que não exige sacrifício e que não se aproxima continuamente da cruz, procurando conformar-se com o Crucificado, não é cristianismo autêntico.

O sacrifício eucarístico terminará, mas nós podemos fazer com que a sua força e eficácia continuem sem interrupção.

Aquilo que vivemos na acção litúrgica deve ser mantido na nossa vida e encontrar prolongamento num sincero «sim» da vontade, disposta ao sacrifício, e na realização generosa de tudo aquilo que o dia nos apresentar com as suas exigências e imposições.

É um ofertório contínuo, no qual prolongamos ao longo de toda a jornada a nossa participação na santa Missa.

Assim, o dia inteiro torna-se um cântico de acção de graças, prático e eficaz, em virtude da nossa participação no santo sacrifício, e será ao mesmo tempo a melhor preparação para a Missa do dia seguinte.

A participação na santa Missa, devidamente compreendida, não pode deixar de influenciar toda a vida cristã.

Não pode, porque a Missa é o centro da piedade e da vida do cristão; penetra-a inteiramente e vai transformando-a cada vez mais naquilo que verdadeiramente é e deve ser: uma vida de íntima união com o espírito de

sacrifício de Cristo, um co-morrer com Ele, uma autêntica imitação do Senhor.

«Se alguém quiser vir após Mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-Me. Pois quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por Minha causa, encontrá-la-á» (Mt 16, 24).

Não é verdadeiramente algo de grande e sublime poder assistir à celebração da santa Missa sempre que o desejamos?

Como devemos dar graças!

Não é uma riqueza e uma graça sem igual termos um Sumo Sacerdote, Cristo, e dispormos, pela sua bondade, de sacerdotes que receberam na ordenação o poder de oferecer o santo sacrifício, podendo nós, cristãos, concelebrar e unir-nos ao sacrifício de Cristo?

Que profunda gratidão devemos também ao sacerdote, que sobe diariamente ao altar connosco e por nós, dando-nos a possibilidade de nos unirmos ao sacrifício do Senhor e da sua Igreja, oferecendo assim ao Deus santo uma adoração, uma acção de graças e uma glória dignas d'Ele!

XVI

A VIDA INTERIOR

A ORAÇÃO INCESSANTE

*«Orai sem cessar.»
1 Tess 5, 17; Lc 18, 1*

Na epístola aos Colossenses, São Paulo descreve a vida do cristão tal como deveria realizar-se todos os dias: *«Aspirai às coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus. Porque morrestes (segundo o homem velho), e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus. Despojai-vos do homem velho com todas as suas obras e revesti-vos do homem novo.»* De modo especial, a caridade pertence à vida quotidiana do cristão: *«Suportai-vos e perdoai-vos mutuamente, sempre que alguém tiver motivo de queixa contra outro. Mas, acima de tudo, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição. E reine nos vossos corações a paz de Cristo, para a qual fostes chamados num só corpo. A palavra de Cristo habite em vós abundantemente, instruindo-vos e exortando-vos uns aos outros com toda a sabedoria, por meio de salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e dando graças a Deus nos vossos corações. E tudo quanto fizerdes, por palavras ou por obras, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por Ele graças a Deus Pai»* (Col 3, 2 ss.). E noutro lugar: *«Aplicai-vos à oração, perseverai nela com acção de graças»* (Col 4, 2). Aos Efésios, pelo contrário, exorta desta forma: *«Aproveitai bem o tempo, porque os dias são maus. Por isso, não sejais insensatos, mas procurai compreender qual é a vontade do Senhor. Enchei-vos do Espírito Santo, falando entre vós com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e salmodiando ao Senhor nos vossos corações, dando sempre graças por todas as coisas a Deus Pai, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo»* (Ef 5, 16-20).

Um contínuo elevar do olhar para Deus com reconhecimento, uma atitude de alegria sobrenatural em Deus, de confiança em Deus, de amorosa familiaridade com Deus: é assim que, como vemos, São Paulo apresenta a vida do cristão.

1. O que é a vida interior

Talvez para os primeiros cristãos não fosse tão grande como para nós a dificuldade de transformar a vida quotidiana em oração e santidade. Talvez nenhuma outra época tenha sentido como a nossa o problema de santificar a actividade diária e transformá-la em oração. Os homens de outros tempos levavam uma vida mais tranquila e desconheciam o activismo esgotante dos nossos dias; a tensão entre interioridade e actividade não era tão forte como nos tempos actuais. Hoje vemo-nos obrigados a concentrar o pensamento e o espírito no trabalho, no cumprimento do dever ou na máquina que nos é confiada. Por vezes estamos tão absorvidos na nossa ocupação que, durante horas inteiras, não podemos permitir que aflore qualquer outro pensamento, e muito menos a ideia de Deus. Encontramo-nos muito longe do ideal que São Paulo nos traça: «*Cantai e salmodiai a Deus nos vossos corações.*» Estamos muito longe do convite que o Senhor nos dirige: «*É preciso orar sempre e não desfalecer*» (Lc 18, 1). De tudo isto nasce uma pergunta inquietante: como poderemos conciliar a união com Deus, essa «oração sem cessar», a piedade ou vida interior, com a vida profissional e a actividade quotidiana?

Por outro lado, não basta considerar a vida interior apenas em relação à actividade, à actividade por excelência. Isso seria formar uma ideia deficiente da vida interior. Uma pessoa pouco activa pode carecer, em maior ou menor grau, de vida interior. Não leva uma verdadeira vida interior quem se entrega à curiosidade e quer saber tudo, ver tudo e ouvir tudo. Também não leva uma verdadeira vida interior quem se ocupa sem necessidade de assuntos que não lhe foram confiados; quem vive atento a tudo o que se passa à sua volta; quem se interessa por todas as fraquezas e faltas do próximo e as comenta com outros; quem se entrega a toda a espécie de conversas e distrações; quem se dedica excessivamente à leitura de jornais, a ouvir a rádio e é demasiado falador. Todas estas coisas não deixam tempo nem espaço para a vida interior, para a conversa com Deus.

A vida interior, a união com Deus, não consiste simplesmente no maior número possível de práticas de piedade, orações vocais, meditações, leituras piedosas, nem sequer em assistir o mais frequentemente possível às funções religiosas. Também não consiste em meditar sem cessar sobre Deus e os

seus mistérios, nem em manter continuamente a ideia de que Deus está presente, que nos vê, nos penetra e nos segue constantemente com o seu olhar. Muitos confundem a piedade, que é vida interior, com as práticas de piedade, e julgam-se tanto mais piedosos quanto maior é o número dessas práticas. Como se a soma das obras constituísse a piedade!

A verdadeira interioridade cristã, ou união com Deus, não é, no seu fundamento e na sua essência, uma actividade da inteligência, mas da vontade. É uma atitude, um estado, uma determinada disposição duradoura e imutável de amor a Deus, de confiança em Deus, de entrega total às ordens, aos desejos, aos preceitos e ao beneplácito de Deus; uma atenção permanente e delicada à voz de Deus que fala no nosso coração sob a forma de inspirações, apelos e toques de consciência. A vida interior é a docilidade constante da vontade, que se adapta à vontade divina e se abandona a Deus. Funda-se num espírito de fé vivo e aberto que, sem esforço, quase por hábito adquirido, vê Deus em tudo, a sua acção e o seu amor. Por este olhar de fé, a alma aceita passo a passo, sem preocupações inquietantes, quase por hábito, com gratidão, amor e alegria, a vontade e as disposições de Deus, lançando-se confiadamente nos seus braços. Escuta a voz e o chamamento de Deus em todas as coisas e acontecimentos, nas suas obrigações e dificuldades, bem como nas exigências da própria consciência. E a tudo responde com um jubiloso «*como Tu quiseres*».

A união com Deus consiste, portanto, da nossa parte, numa elevada disposição de amor a Deus, alicerçada num profundo espírito de fé e de confiança n'Ele; numa atitude permanente da alma, numa alegre prontidão da nossa vontade para fazer tudo o que Deus quer e como o quer; numa disponibilidade gozosa para nos submetemos e entregarmos sem reservas a todos os sacrifícios, sofrimentos, dificuldades e fracassos que Ele nos envia por meio das circunstâncias e dos homens.

Não significa que, nesta «oração sem cessar», estejamos continuamente a pensar em Deus, mas também não nos ocupamos com pensamentos inúteis ou positivamente maus; não formulamos constantemente novas preces e jaculatórias, nem fazemos continuamente novos «actos». O que acima de tudo importa é que a nossa vontade e o nosso coração estejam continuamente orientados para Deus, no alegre empenho de evitar todo o

desvio e de cumprir a sua vontade e sujeitar-nos a ela sempre e em todas as coisas.

A oração contínua — tal como qualquer oração verdadeira — exige, portanto, uma renúncia total ao próprio eu e a tudo o que não se ajusta à vontade e ao beneplácito de Deus. Por mais que elevemos ao céu um número considerável de jaculatórias, nunca levaremos realmente uma vida interior enquanto não assegurarmos as suas premissas: uma purificação do coração tão perfeita quanto possível, uma vida de mortificação real e de renúncia a tudo, especialmente ao amor-próprio, à manifestação e exaltação da própria personalidade e dos próprios critérios.

A vida interior é uma disposição de amor a Deus que se enraíza no mais profundo da alma, com a qual devemos realizar e santificar o nosso trabalho. Não procuremos nele a nossa satisfação, nem o louvor dos homens ou o êxito, mas unicamente a vontade de Deus, o seu interesse e a sua honra.

Com esta disposição de amor devemos aceitar a nossa cruz diária. Saibamos descobrir a mão de Deus, as suas permissões e a sua providência, e pronunciemos alegremente o nosso «*fiat*»: submetamo-nos a Ele e mantenhamos sempre a nossa adesão, felizes por nos ter cabido em sorte cumprir a sua santa vontade.

Acolhamos com esta disposição de amor as inúmeras pequenas atenções com que o Senhor alegra a nossa vida, renovando-as cada dia. São as pequenas «alegrias» que florescem ao longo da existência: tanto na ordem da natureza como na da graça; alegrias no trabalho, no estudo, nas relações com as pessoas queridas; a alegria das flores e dos pássaros, das muitas coisas belas que a natureza e a civilização nos oferecem. Por detrás de todas elas podemos descobrir constantemente a amorosa solicitude do Senhor e atribuí-las ao seu amor com coração agradecido. Precisamente por causa desta disposição de amor não nos detemos no prazer que essas coisas nos proporcionam. Pelo contrário, isso torna-se ocasião para subir até Deus e elevar para Ele o olhar, para Lhe dar graças e O amar: a nossa felicidade transforma-se em oração.

Desta orientação e desta atitude da vontade brotam necessariamente inúmeros actos, afectos e jaculatórias, não procurados nem artificiais, mas absolutamente espontâneos. São como chamas que se levantam das brasas e que, ao mesmo tempo, alimentam e mantêm na alma o fogo do amor divino. Então começamos a «orar sem cessar» e a «cantar e salmodiar a Deus nos nossos corações». Então vivemos a vida que São Paulo pretende quando nos diz: *«Aproveitai bem o tempo, porque os dias são maus. Enchei-vos do Espírito Santo, com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e salmodiando ao Senhor nos vossos corações, dando sempre graças por todas as coisas a Deus Pai em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo»* (Ef 5, 16-20).

Aqui, no cume de uma vida impregnada do amor puro e santo de Deus, floresce a vida interior, que se traduzirá espontaneamente nas nossas orações e jaculatórias não estudadas nem artificiais, mas autênticas, transbordantes de vida e fervor, e que quase involuntariamente nos virão continuamente aos lábios.

O trabalho, as distrações, as contrariedades, as tentações, as dificuldades diárias que costumam agitar e abater os homens serão para nós matéria de oração, ocasião para elevar os olhos a Deus em actos de agradecimento, oferta e amor. Viveremos verdadeira e totalmente para Deus, referindo tudo a Ele. Ter-nos-emos tornado almas interiores e aprenderemos a «orar sem cessar».

2. Como conciliar a actividade e a vida interior

O nosso erro fundamental consiste em considerar a vida interior e a actividade exterior como dois inimigos inconciliáveis. Partindo deste erro, procuramos estabelecer entre ambos uma espécie de compromisso, uma trégua, atribuindo rigorosamente a cada um a sua parte, como se não devessem ter qualquer relação entre si. Com base nesta ideia, relegamos as práticas de piedade para um determinado momento do dia, isolando-as do curso da nossa vida; assim, elas influenciam a nossa alma e a nossa existência apenas durante o breve tempo que lhes dedicamos. Do mesmo modo, restringimos e encerramos a nossa meditação, a nossa reflexão sobre

Deus, dentro dessas práticas de piedade, como se as guardássemos numa gaveta, de tal forma que só conseguem escapar delas em determinadas ocasiões e em momentos contados; tornam-se um acto passageiro, uma breve recordação e uma imagem momentânea, sem representarem para nós uma força vital, nem um princípio de vida, nem uma orientação decisiva para a alma; não penetram o nosso entendimento, não acompanham a nossa acção, nem são essenciais à nossa vida. Nestes termos, nunca poderá existir uma verdadeira ligação e fusão orgânica entre a vida interior e a actividade exterior.

Uma *segunda confusão* consiste em limitarmos a contemplação, a «oração contínua» e a união com Deus ao simples pensar n'Ele e manter n'Ele fixa a atenção: a uma tarefa da inteligência e da imaginação, em vez de a considerarmos primordialmente como uma actividade da vontade e, portanto, da alma inteira, isto é, como uma actividade que compromete todo o homem. A contemplação não é apenas, nem principalmente, pensar em Deus, nem esforçar-se por imaginá-Lo a todo o custo; é uma atitude da vontade, é amor de Deus, é uma disposição constante de amor e um contínuo espírito de oração; e é, ao mesmo tempo, uma manifestação desse amor expressa em obras plenamente conformes à vontade divina e em práticas espontâneas e quase involuntárias de oração, que são aquilo a que chamamos jaculatórias.

Oramos na medida em que amamos a Deus. A nossa vida interior é tanto mais profunda e intensa quanto mais sincero for o nosso amor a Deus e quanto mais fizermos e sofrermos por puro amor d'Ele.

Como conciliar, então, a vida interior e a actividade exterior?

Devemos *transformar em oração* a nossa actividade quotidiana, o que conseguiremos principalmente se começarmos o dia com a santa Missa e com as orações habituais, e se o interrompermos de tempos a tempos para realizar os exercícios de piedade prescritos; consegui-lo-emos se fundamentarmos a nossa actividade naquele espírito de oração de que já falámos, isto é, nessa entrega amorosa e permanente a Deus e à sua vontade, que constitui a oração contínua e transforma todas as nossas acções e omissões em oração. Este espírito de oração implica três coisas: em primeiro lugar, elimina tudo o que possa desagradar a Deus, até a mais

pequena infidelidade e as imperfeições conscientes. Em segundo lugar, mantém-nos dispostos a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para cumprir escrupulosamente o dever, todos os nossos deveres, com a máxima fidelidade e exactidão, sacrificando totalmente a nossa vontade e os nossos gostos, prontos a aceitar todas as coisas desagradáveis, as dificuldades, as doenças, os desgostos, etc., com uma entrega incondicional à Providência divina, perseverando nisso com toda a paciência. Se, durante a nossa jornada de trabalho, conservarmos este propósito e esta atitude de oração interior, esta intenção pura, este abandono aos desígnios de Deus, este espírito de plena conformidade com a vontade divina, então a nossa actividade será, sem dúvida alguma, uma oração constante, um ininterrupto «*Gloria Patri*», um «*santificado seja o vosso nome*» autenticamente vivido. Oramos em todo o tempo vendo e amando Deus em todas as coisas.

Felizes de nós se, com a graça de Deus, aprendermos a orar sem cessar e a viver verdadeiramente com Deus como homens de vida interior. O homem interior já não vive nas coisas e nas impressões nem se dispersa nem se perde na agitação inquieta do afã quotidiano. Está firmemente enraizado na santa vontade de Deus, acima da contingência e das vicissitudes dos acontecimentos, das impressões e das experiências de cada dia. Está acima dos louvores e das censuras, das honras e das humilhações, sempre senhor da sua própria vida. Vive na vontade de Deus, onde encontra a sua paz e o seu repouso no meio de todas as mudanças e tempestades. Vive num santo abandono e encontra-se preparado para tudo. Está sempre contente, porque vê Deus em tudo e acima de tudo. Não sente os receios e as angústias que afligem os outros, porque a sua confiança na bondade e na providência de Deus é inabalável. A constante união com Deus favorece até a harmonia da vida intelectual e corporal, preserva dos esgotamentos nervosos, da irritabilidade e da excessiva susceptibilidade, torna-nos amáveis para com aqueles que nos rodeiam, torna-nos alegres e simples, magnânimos e generosos, livres da estreiteza de espírito e das mesquinhezes do coração.

Quanto às preocupações que o homem mundano tem com o bem-estar, a saúde, o trabalho, a honra e a estima, o êxito, o homem interior sabe que o sentido da vida e a verdadeira felicidade não se encontram em tudo isso, mas consistem em algo muito diferente: em centrar-se interiormente em

Deus, para além da alegria e do sofrimento tal como os entendem os homens do mundo, para além das honras e dos favores humanos. O verdadeiro sentido e a verdadeira felicidade consistem em viver em Deus, tal como o descreve a *Imitação de Cristo*, livro III, capítulo 31. «*Não há homem mais ditoso e feliz do que o homem de vida interior.*»

Que Deus nos conceda a graça de o sermos verdadeiramente!

XVII

A SANTA VONTADE DE DEUS

«Faça-se a vossa vontade.»

Viver a vida de Deus. Ter uma só vontade com Deus. A vontade de Deus é divinamente santa e sábia, e nós seremos santos e sábios na medida em que soubermos fundir a nossa vontade na sua: é assim, além disso, que vivemos a vida de Cristo, nossa cabeça, que não conheceu outra vontade senão a do Pai. O seu alimento é cumprir a vontade daquele que o enviou (*Ioh 4, 34*); obediente à vontade do Pai, vai ao encontro da cruz (*Phil 2, 8*). Por isso pôde promulgar esta lei: *«Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor, entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus»* (*Mt 7, 21*).

Foi-nos fixada uma meta gloriosa: participar eternamente, inalienavelmente e perfeitamente da vida divina no Céu. *«Venha a nós o vosso reino!»* Mas o caminho que conduz a essa meta é a vontade de Deus: *«Faça-se a vossa vontade»*, e só o percorreremos se nos submetermos amorosamente à vontade divina: nisto consiste, na prática, a perfeição cristã. É na conformidade com a vontade de Deus que se demonstra, na prática, o amor de Deus e de Cristo, e é na união perfeita da nossa vontade com a sua que se manifesta o grau da nossa união com Deus.

De dois modos nos dá Deus a conhecer a sua santa vontade: por meio daquilo que nos proíbe, manda ou aconselha, e através das disposições da sua providência. A primeira forma chama-se «vontade revelada» de Deus, e a segunda constitui a sua «vontade de beneplácito».

1. A vontade revelada de Deus

Caracteriza-se por indicar aquilo que Deus exige ou deseja de nós, quer de todos os homens em geral, quer de um determinado grupo de homens, quer, em particular, de uma pessoa. *Na ordem natural*, esta vontade de Deus revela-se-nos nas exigências da natureza, da razão e da inteligência natural,

nos deveres de moralidade e de justiça para com o próximo e para com a sociedade, nas exigências de decoro e de cortesia. Seria uma falsa piedade a daquele que julgasse poder subtrair-se às exigências da sã razão natural. Deus quer, antes de tudo, que pensemos e raciocinemos segundo a razão, que utilizemos os meios naturais para conhecer a sua vontade, que nos deixemos aconselhar pelos outros e que façamos uso da inteligência: foi precisamente para isso que Deus no-la deu, para sabermos aplicar às situações concretas da nossa vida as exigências da sua vontade explícita, porque, em muitos casos, a nossa razão é a única luz de que dispomos.

Na ordem sobrenatural, a vontade de Deus revela-se-nos por meio dos seus mandamentos, dos mandamentos da santa Madre Igreja e das obrigações próprias do estado de cada um.

Os mandamentos de Deus são a expressão mais universal da sua vontade, a norma primeira e fundamental de todas as obrigações, inclusive das da piedade. Observá-los é o primeiro dever. Quanto mais fielmente os cumprirmos, tanto mais perfeitamente aderiremos à vontade de Deus e tanto melhor quereremos aquilo que Ele quer.

Os preceitos da Igreja são a segunda e indispensável norma da nossa conduta e da nossa religiosidade: determinam as exigências da fé em relação à nossa razão, as da moral em relação à nossa vontade e as da disciplina em relação ao nosso comportamento. Uma piedade que resistisse a conformar-se plenamente aos preceitos da Igreja, na fé, na moral e na disciplina, condenar-se-ia a si mesma.

As obrigações do próprio estado determinam ainda mais concretamente aquilo que Deus exige de cada um de nós segundo a nossa condição: são a expressão da vontade de Deus para cada pessoa e em cada circunstância. Nunca nos santificaremos se não cumprirmos estas obrigações com absoluta fidelidade; não seria autêntica uma piedade que se entregasse à acção apostólica, às obras de caridade ou à oração, descuidando os deveres que o próprio estado impõe. As obrigações do estado sacerdotal encontram-se nas leis que regulam a vida dos sacerdotes, nas prescrições litúrgicas e na parte do direito canónico que trata do clero. As dos religiosos encontram-se na sua regra: em cada prescrição, mesmo aparentemente insignificante, no regulamento da casa, na distribuição do tempo diário, em qualquer ordem

dos superiores e em qualquer toque de campainha, Deus dá a conhecer ao religioso aquilo que quer dele. As obrigações de estado dos cristãos que vivem no mundo estão especificadas pelos deveres profissionais de cada um, seja empregado, médico ou operário, pai ou mãe de família ou subordinado. É nestas obrigações do próprio estado que cada um vê aquilo que Deus, em cada momento, quer pessoalmente dele.

Quando se procura alcançar a perfeição, não basta fazer apenas aquilo que está explicitamente mandado: o homem perfeito aspira a realizar todas as suas acções da melhor maneira possível, faz todo o bem que as suas condições e circunstâncias lhe permitem, ultrapassa o estrito «dever» e realiza aquilo a que se chamam obras supererogatórias, sempre que sejam conciliáveis com as obrigações do seu estado. Reza mais do que o estritamente necessário, assiste à santa Missa também noutros dias além dos domingos e festas de preceito, recebe os sacramentos da penitência e da Eucaristia mais do que uma vez por ano. É o amor que impele a alma a fazer mais, e é nesta inclinação interior e nas ocasiões externas de realizar obras supererogatórias que se revela a vontade de Deus.

Qual deve ser a nossa atitude perante a vontade revelada por Deus?

Antes de mais, devemos *distingui-la e reconhecê-la*. Não devemos deter-nos na obrigação, na exigência, no mandamento ou na proibição, nem nas pessoas, sejam ou não superiores, que nos dão ordens; devemos elevar-nos até à causa primeira, que é Deus, até à sua vontade e ao seu beneplácito, e saber vê-los em todos os nossos deveres, obrigações e prescrições, bem como nas exigências da natureza relativamente ao alimento e ao descanso, nas imposições sociais e nas necessidades de toda a espécie. Mas, para tudo isto, é necessária uma fé profunda e viva: nunca o conseguiremos se, como a maioria das pessoas, pensarmos e julgarmos de uma forma meramente humana e natural. O olhar puro da fé, que nos faz dizer: «*Vós o quereis e Vós me chamais; faça-se a vossa vontade*», deve tornar-se para nós familiar e espontâneo, até ao ponto de surgir naturalmente em todas as circunstâncias. Para conhecermos cada vez melhor a vontade e o beneplácito divinos, será necessário reler e meditar assiduamente o Evangelho, o Missal, o regulamento.

Um segundo passo consiste em amar a vontade de Deus. Amemos os mandamentos, as prescrições, as obrigações do nosso estado, a nossa regra de vida, porque em todos eles vemos Deus, a sua santa vontade e o seu beneplácito. Todo o mandamento é, por si mesmo, pesado para o homem, e toda a obrigação é dura, porque se opõe aos nossos desejos e inclinações naturais; mas, se chegarmos a amar a sua vontade e o seu beneplácito, então «o jugo é suave e o fardo leve».

Um mandamento, um dever ou uma regra acabarão por nos esmagar se nos submetermos a eles à força e de má vontade; mas, se, pelo contrário, abraçarmos a santa vontade divina, como Jesus a abraçou na cruz, então o próprio dever e o mandamento nos sustentam e nos unem intimamente à amabilíssima vontade de Deus.

O amor a esta santa vontade divina que descobrimos sob o véu dos deveres e das prescrições dá-nos a força necessária para cumprir de coração aquilo que é devido, mesmo nas coisas mais pequenas; torna-nos queridas e santas todas as nossas obrigações; dilata-nos o coração e liberta-nos, de tal modo que nada amaremos mais do que a santa vontade divina: seremos cumpridores, pontuais e fiéis, mas sem rigorismo farisaico, sem pedantismo, sem escrúpulos esmagadores, sem ansiedades nem angústias; não desejaremos apenas conhecer os mandamentos para os observar, mas veremos neles, sobretudo, a vontade de Deus que nos serve de norma de vida; e, mesmo observando-os com o máximo escrúpulo, permaneceremos sempre interiormente livres, e tanto mais quanto mais «correremos pelo caminho dos mandamentos do Senhor» (Sl 118, 32).

O nosso amor à vontade revelada de Deus leva-nos espontaneamente a cumpri-la com alegria e felicidade, com plena entrega à sua realização exterior, fazendo aquilo que agrada a Deus e da maneira que Lhe agrada.

Deste modo, toda a nossa actividade se transforma numa oração contínua, numa vida de piedade e de união com Deus e, em última análise, numa vida de santidade.

2. O beneplácito de Deus

O beneplácito de Deus não se dirige, como a sua vontade revelada, a todos os homens em conjunto ou a categorias inteiras de homens, mas a cada pessoa em particular, e dá-nos a conhecer não aquilo que nós devemos fazer por Deus, mas aquilo que Ele faz por nós em particular, aquilo que realiza em nós, sobre nós e por meio de nós. Se formos fiéis na execução da vontade revelada de Deus, pela nossa obediência aderimos aos seus desejos e intenções e deixamo-nos conduzir pela sua mão para onde Ele quiser levar-nos. Mas, se nos abandonarmos ao seu beneplácito, Deus toma-nos nos braços da sua providência: já não caminhamos medindo o caminho com os nossos curtos passos, mas deixamo-nos conduzir por Ele e, deste modo, avançamos muito mais, ao passo de Deus (São Francisco de Sales).

«*Tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus*» (Rom 8, 28). Há uma providência divina que cuida de cada um de nós em particular. «Nem sequer um pássaro é esquecido diante de Deus; até os cabelos da vossa cabeça estão todos contados» (Lc 12, 6 ss.). «Nem um só cabelo da vossa cabeça se perderá» (Lc 21, 18) sem a permissão do Pai.

Há uma providência que se esconde por detrás de todos os acontecimentos e «acazos da vida»; tudo ordena, dirige e dispõe para melhor servir a nossa salvação, a salvação de cada um; tudo, absolutamente tudo, tanto aquilo que acontece no âmbito geral do universo como aquilo que nos sucede no pequeno mundo da nossa profissão e da vida de todos os dias. Ao serviço da providência estão todos os homens, quer se amem quer se odeiem, e tudo aquilo que exerce alguma influência na nossa vida: todos os homens são apenas instrumentos de que o Senhor se serve para a nossa santificação. Também nas coisas da vida interior não existe «casualidade» nem «destino cego».

Esta providência de Deus ocupa-se continuamente de nós — de mim — trabalhando sempre para purificar a nossa alma, para a fecundar, iluminar e conduzir até aos cumes da santidade. Como é delicada e, ao mesmo tempo, firme! Deus aproveita a ocasião mais oportuna e o momento mais favorável para agir em nós da melhor maneira possível; sabe ter em conta o nosso estado de espírito e as nossas necessidades, sabe recorrer a todos os recursos e esgotar todos os meios. Ele, e só Ele, sabe como tratar-nos em cada caso e que impressão nos causará esta ou aquela disposição. Ele, e só

Ele, é suficientemente sábio e poderoso para unir e coordenar entre si todos os factores que influenciam a nossa vida, que determinam ou devem determinar o nosso modo de pensar e de querer, a fim de os fazer servir o nosso verdadeiro bem, tanto no seu conjunto como cada um em particular.

O beneplácito de Deus revela-se nessas tolerâncias ou permissões divinas que, na maior parte das vezes, nos parecem absolutamente inexplicáveis. Deus nunca quer o mal nem que alguém seja injusto connosco, que minta por nossa causa ou faça o mal de qualquer forma: não o quer, mas permite-o de um modo ou de outro, embora pudesse impedi-lo com toda a facilidade. Mas, quando algo nos ofende, encontramos então a vontade positiva de Deus que quer que aceitemos e sofram os a injustiça. O beneplácito de Deus manifesta-se, além disso, em todas as disposições e permissões divinas, em tudo aquilo que o decorrer do dia nos apresenta, interior e exteriormente: penas e alegrias, humilhações e sacrifícios, deveres, desgraças, dificuldades, fracassos, injustiças que nos vêm dos homens; faltas de caridade para connosco, contrariedades, tentações, doenças. Nunca existe o «acaso». «Até os cabelos da vossa cabeça estão contados; nem sequer um deles cai sem a permissão do Pai.» Tudo o que acontece na nossa vida é, de um modo ou de outro, permitido ou positivamente querido pela vontade infinitamente sábia e justa de Deus, que vela incessantemente sobre nós. «Lançai sobre Ele todas as vossas preocupações, porque Ele tem cuidado de vós» (1 Ped 5, 7).

O beneplácito de Deus, a sua acção em nós e sobre nós, é o principal factor da nossa vida interior. Se permanecermos unidos a Ele, caminhamos como Ele, a grandes passos, e alcançamos rapidamente a santidade. Aquilo que realizamos com o nosso esforço pessoal contribui também para a nossa santificação, mas será sempre pouco e far-nos-á avançar apenas alguns metros. O verdadeiro progresso começa quando o divino beneplácito inicia a sua obra.

Que atitude devemos adoptar perante esta acção de Deus em nós, o seu beneplácito?

Antes de mais nada, ver e acreditar. Esse será o passo decisivo. Ver Deus em todas as coisas, a sua providência, a sua permissão, a sua acção. Mas isto exige uma fé viva e profunda: uma fé que não se detenha naquilo

que os sentidos percebem e experimentam, nem naquilo que afirmam o juízo humano e a inteligência puramente natural; uma fé que se eleve até Deus e considere tudo, absolutamente tudo, como enviado ou pelo menos permitido por Ele, pelo seu amor.

É verdade que esta ou aquela alegria e esta ou aquela dor nos vêm directamente dos homens, das circunstâncias, de uma ou outra contingência ou combinação; mas a nossa fé vai mais longe: não se detém nos homens nem nas suas intenções, não fixa obstinadamente o olhar no que é desagradável e amargo — uma cruz pesada, uma injustiça sofrida, uma grave ofensa, uma doença, um fracasso —; descobre a razão mais profunda: a disposição de Deus, a sua providência amorosa, a sua santíssima vontade. «Vós quereis, Senhor, que eu carregue esta cruz, que sofra este contratempo.»

O que importa, portanto, é ver Deus em tudo, ver a sua vontade e o seu amor para além e através de todos os acontecimentos: «*Bem-aventurados os que acreditam sem terem visto*» (Ioh 20, 29).

Devemos, além disso, *entregar-nos* com absoluta simplicidade nos braços deste divino beneplácito, confiar-nos a ele cegamente e deixar que actue em nós e sobre nós. Aqui abrem-se vastos horizontes para o exercício do santo abandono em Deus. Aqui realiza-se o grande feito da fé e da confiança na vontade de beneplácito de Deus «que ainda não nos foi manifestada». Entregar-se, abandonar-se sem reservas e sem compreender tudo aquilo que Deus permite que aconteça à nossa volta, para nos entregarmos incondicionalmente à sua acção, manifestada nas provas interiores e exteriores com que nos purifica; aceitar e acolher com gratidão as inúmeras pequenas alegrias, materiais e espirituais, naturais e sobrenaturais, que cada dia nos traz: na natureza, com o seu sol e as suas flores; na família, no convívio com os homens, no trabalho, na nossa relação com Deus, com Cristo, com Maria e com os santos. Acolher e aceitar reconhecidamente as muitas dificuldades e penas da vida quotidiana, as tentações, a secura, todas as dolorosas provações da vida interior e exterior: porque não são senão a expressão da vontade de Deus, a forma de agir do seu beneplácito, o testemunho do amor que nos tem e do seu desejo de nos salvar, purificar, santificar e preparar para a bem-aventurança eterna.

Devemos aceitar esta acção de Deus e estas permissões da sua providência sem qualquer reserva, sem curiosidade, inquietação ou desconfiança, porque sabemos que Deus quer sempre o nosso bem; aceitá-las até com agradecimento, confiando na sua proximidade e na assistência da sua graça. A nossa única resposta a esta acção de Deus em nós seja sempre: *«Seja como Vós quereis, Senhor; faça-se a vossa vontade.»*

E isto é o Céu na terra: entrega absoluta a Deus e à sua providência, às suas disposições e permissões. Quando a alma chega a estas alturas, agradece a Deus todas as suas decisões, por mais penoso que ainda seja aceitá-las, e ama tudo o que Deus permite ou realiza nela ou naquilo que lhe diz respeito. Já nada lhe parece importante senão a vontade de Deus, a conformidade absoluta da sua vontade com a d'Ele, o abandono incondicional a tudo o que Ele quer, faz ou permite. Já não se lamenta por ter perdido uma consolação, uma posição ou qualquer outra coisa deste mundo, nem sequer a saúde: sabe que nada a poderá ajudar tanto a identificar-se com a santa vontade de Deus como a ausência e a perda de tudo o que é criado. Na sua entrega às disposições e permissões da providência, a alma encontra toda a sua felicidade e toda a sua paz, o seu céu na terra. Já não sente inveja nem ciúmes, nem medo, nem preocupações ou angústias: não se apega a nada nem a ninguém e quer apenas aquilo que Deus quer.

«Amar a vontade de Deus quando somos consolados pelas consolações é, sem dúvida, uma coisa boa, desde que se ame a vontade de Deus e não a consolação que nela encontramos. Amar a vontade de Deus manifestada nos seus mandamentos, conselhos e inspirações é um amor ainda mais elevado. Mas, se por amor de Deus desejamos o sofrimento, a desolação e outras provas semelhantes, atingimos os cumes do amor perfeito, porque então não reconheceremos outro amor senão a santa vontade de Deus» (São Francisco de Sales).

Vontade revelada de Deus — actividade nossa — piedade activa. Vontade de beneplácito divino — acção de Deus — piedade passiva. Aqui começa sobre nós a acção de Deus; nós acolhemos e secundamos o seu impulso, a moção da actividade divina, e deste modo somos activos com Deus e à medida de Deus, em absoluta dependência da sua acção em nós e

connosco. Desta união da vontade e da acção divinas com as nossas brotam as obras de perfeição, preciosas para a vida eterna: tanto mais preciosas quanto mais fé e amor tivermos colocado na nossa entrega à vontade e à acção divinas.

Peçamos ao Senhor, com o autor da *Imitação de Cristo*: «Senhor, Vós sabeis o que é melhor; fazei isto ou aquilo, conforme Vos agradar. Dai o que quiserdes, quanto quiserdes e quando quiserdes. Fazei de mim o que sabeis e o que mais Vos agrada e for para maior honra vossa. Ponde-me onde quiserdes, disponde livremente de mim em tudo. Eis aqui o vosso servo, pronto para tudo; porque não desejo, Senhor, viver para mim, mas para Vós. Oxalá viva digna e perfeitamente! Dai-me desejar e querer sempre aquilo que Vos é mais aceite e agradável. Que a vossa vontade seja a minha e que a minha vontade siga sempre a vossa e com ela se conforme em tudo. Que eu tenha um só querer e um só não querer convosco e que não possa querer nem deixar de querer senão aquilo que Vós quereis e não quereis. Vós sois a verdadeira paz do coração, Vós o único descanso; fora de Vós, todas as coisas são penosas e inquietantes. Nesta paz permanente, isto é, em Vós, Bem supremo e eterno, dormirei e descansarei» (livro 3, capítulo 15).

XVIII

A NOSSA UNIÃO COM CRISTO

«Eu sou a videira e vós sois os ramos.»

Ioh 15, 5

Deus é plenitude de vida. Por puro amor a nós, Deus decidiu comunicar-nos essa vida, para que a possamos conservar, viver e desfrutar. Mas, antes de nos ser infundida, esta torrente de vida está acumulada no *«primogénito entre muitos irmãos»* (Rom 8, 29): *«aprouve a Deus que nele habitasse toda a plenitude»* (Col 1, 19). Aquilo que Cristo recebeu quer agora distribuí-lo por nós; para esse fim o Pai constituiu-O cabeça do corpo místico, que é a Igreja (Col 1, 18), e fez d'Ele a videira da qual nós somos os ramos vivos: *«Eu sou a videira e vós sois os ramos.»* Videira e ramos formam um só organismo: vivem e actuam unidos e unidos produzem fruto; do mesmo modo, nós, os baptizados, formamos com Cristo uma única videira, um só corpo, no qual circula a vida que só Cristo possui em toda a sua plenitude.

Qual é o essencial na prática da vida cristã? Que permaneçamos em Cristo e Ele em nós; conservar a união vital com Cristo, viver sempre compenetrados com Ele. *«Assim como o ramo não pode dar fruto por si mesmo se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim. Quem não permanece em mim é lançado fora, como o ramo, e seca; depois apanham-no, lançam-no ao fogo e ele arde»* (Ioh 15, 4-6).

O essencial da vida cristã consiste em *«estar em Cristo»*: enxertados e vitalmente unidos a Ele, ramos da videira que Ele é.

1. Em Cristo Jesus

Se lermos atentamente o Evangelho e as cartas dos Apóstolos, revelam-se-nos dois importantes princípios: aquilo que Jesus fez e faz, não o faz

sozinho; *nós fazemo-lo com Ele e n'Ele*. Aquilo que cada um de nós faz, também não o faz sozinho; *Cristo fá-lo connosco e em nós*. Cristo e nós somos uma só realidade: também nós morremos com Ele (2 Tim 2, 11), fomos sepultados com Ele (Rom 6, 4), ressuscitámos com Ele (Eph 2, 6) e com Ele subimos ao Pai (Eph 2, 18). Por outro lado, Cristo vive nos seus como a videira nos ramos (Ioh 15, 5): vive no pobre, no doente, no mendigo que pede um pedaço de pão (Mt 25, 35); em nós é perseguido (Act 9, 4 ss.), em nós sofre, combate e vence, e em nós completa «*o que falta à sua paixão*» (Col 1, 24).

Estamos unidos ao *Cristo histórico*: ao Cristo que nasceu em Belém e que concluiu a sua vida oculta de Nazaré e a sua vida pública com a morte na cruz. Estamos vitalmente unidos a Ele porque acolhemos pela fé a sua doutrina tal como nos foi transmitida pelos Evangelhos e porque conformamos a nossa vida cristã aos seus ensinamentos e ao exemplo da sua santa vida.

Mas, ao falar do nosso «*ser e estar em Cristo Jesus*», referimo-nos particularmente à nossa união real e ontológica com o Senhor glorificado. O Cristo que viveu na terra é o Senhor que reina e governa nos Céus; é o *Kyrios* que continua misteriosamente presente no seu «*corpo místico*» e nos membros desse corpo, os baptizados, nos quais e pelos quais continua e torna fecunda a obra da redenção até à consumação dos séculos.

É tão familiar para São Paulo o facto de que, pelo baptismo, somos incorporados em Cristo, que todas as suas cartas nos falam repetidamente disso. Parece que São Paulo vivia totalmente imerso neste mistério de Cristo e não se cansava de no-lo inculcar em todas as suas facetas e aplicações. Até que ponto este mistério o maravilhava e enchia de alegria, vê-se sobretudo na Carta aos Efésios: «*Bendito seja Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que em Cristo nos abençoou com toda a bênção espiritual nos Céus; pois n'Ele nos escolheu antes da criação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis diante d'Ele; e destinou-nos, por amor, para sermos seus filhos adoptivos por Jesus Cristo, segundo o beneplácito da sua vontade, para louvor e glória da sua graça. Por isso nos tornou agradáveis no seu Amado, em quem temos a redenção pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo as riquezas da sua graça, que*

derramou abundantemente sobre nós... N'Ele (Cristo) também vós fostes marcados com o selo do Espírito Santo prometido, penhor da nossa herança, para redenção do povo que adquiriu para louvor da sua glória» (Eph 1, 3-14). Toda a graça e salvação nos são dadas em Cristo, «porque n'Ele fostes enriquecidos em tudo: em toda a palavra e em todo o conhecimento» (1 Cor 1, 4).

Com a mesma clareza, embora não com tanta frequência, o Apóstolo testemunha-nos também o outro facto, isto é, que Cristo vive em nós, os cristãos. Na Epístola aos Coríntios diz: *«Examinai-vos a vós mesmos para ver se estais na fé; provai-vos a vós mesmos. Não reconheceis que Jesus Cristo está em vós? A não ser que estejais reprovados»* (2 Cor 13, 5). Aos Gálatas escreve estas ousadas palavras: *«Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim»* (Gal 2, 20). E mais adiante: *«Meus filhos, por quem sofro novamente as dores de parto, até que Cristo seja formado em vós»* (Gal 4, 19). E pede a Deus Pai pelos Efésios para que *«Cristo habite pela fé nos vossos corações»* (Eph 3, 17).

O próprio Cristo no-lo assegura ao prometer-nos a sagrada Eucaristia: *«Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e Eu nele. Assim como o Pai, que vive, me enviou, e Eu vivo pelo Pai, também aquele que me come viverá por mim»* (Ioh 6, 56-57). *«Permanecei em mim e Eu em vós. Assim como o ramo não pode dar fruto por si mesmo se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira, vós os ramos. Quem permanece em mim e Eu nele, esse dá muito fruto, porque sem mim nada podeis fazer»* (Ioh 15, 4 ss.).

O Papa Pio XII expõe esta sublime verdade na sua encíclica sobre o Corpo Místico de Cristo. Da união viva com o Cristo glorificado diz Pio XII que ela é *«algo de sublime, misterioso e divino»*, uma união que a Sagrada Escritura compara à unidade orgânica e vital da videira com os ramos e da cabeça com os membros. *«Sim, o próprio Salvador não hesita em comparar esta união com aquela maravilhosa unidade pela qual o Pai está no Filho e o Filho está no Pai.»* Nós possuímos esta unidade com Cristo na Igreja, na qual todos nós constituímos uma única *«pessoa mística»*, formando o Cristo total. *«Cristo vive em nós pelo Espírito que nos comunica e pelo qual actua em nós, de tal maneira que todas as acções*

sobrenaturais do Espírito Santo nas nossas almas devem igualmente ser atribuídas a Cristo. Em virtude desta comunicação do Espírito Santo, todos os dons, virtudes e carismas, que enchem de modo eminente, superabundante e eficaz a cabeça (Cristo), fluem para todos os membros da Igreja e realizam-se diariamente neles.»

A união mística entre Cristo e nós estabelece-se no santo baptismo: *«Ou ignorais que todos quantos fomos baptizados em Cristo Jesus fomos baptizados para participar na sua morte? Com Ele fomos sepultados pelo baptismo para participar na sua morte, para que, assim como Ele ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, também nós vivamos uma vida nova. Porque, se fomos enxertados n'Ele pela semelhança da sua morte (isto é, no baptismo), também o seremos pela da sua ressurreição»* (Rom 6, 3-5). O santo baptismo não é um simples símbolo que exprime apenas o efeito da justificação, mas é um sinal eficaz que produz a justificação. O santo baptismo estabelece de tal modo a união entre o baptizado e Cristo, que a realidade e o fruto da morte de Cristo passam para aquele que recebe o baptismo.

Os restantes sacramentos, sobretudo o da sagrada Eucaristia, aprofundam, consolidam e desenvolvem o germe depositado no baptismo. O Senhor une-Se a nós na sagrada comunhão não apenas mediante a sua força e virtude, como nos outros sacramentos, mas adere a nós com todo o seu ser e poder, de modo que se estabelece uma unidade entre a cabeça e os membros. Por isso a sagrada Eucaristia é verdadeiramente «comunhão», isto é, união, tornar-se um só, o sacramento da incorporação em Cristo e da unidade com Ele. A Eucaristia mergulha cada vez mais o baptizado em Cristo glorioso, transformando-o cada vez mais em Cristo e enchendo-o com a plenitude da sua vida. *«Assim como Eu vivo pelo Pai, também aquele que me come viverá por mim.»*

Ao dizer que Cristo vive em nós e nós estamos n'Ele, falamos de Cristo não apenas enquanto à sua humanidade gloriosa, mas também enquanto à sua divindade. E não nos referimos à união de Cristo connosco como consistindo apenas no facto de Cristo nos conhecer e se preocupar amorosa e diligentemente connosco. Também não queremos dizer que o Senhor glorioso habita continuamente entre nós com a sua divindade e humanidade,

com o seu corpo e alma, tal como está presente no Santíssimo Sacramento do altar. Referimo-nos antes à comunhão de vida íntima e real que surge entre o Senhor glorioso e o baptizado. Quem está em Cristo possui uma vida que transcende a sua própria vida natural e humana; nele opera a vida de Cristo como a vida da videira é participada pelos ramos. Cristo é, de facto, a raiz e o fundamento capital da nossa vida cristã.

Uma só vida: a da videira, que é Cristo, e a dos ramos, que somos nós, os cristãos. Unidade de vida, de sofrimentos, de esforços e combates, de amor e de entrega nas mãos do Pai: a oração, o sofrimento e o amor do Senhor fundem-se com as nossas pobres orações, sofrimentos e amores. Nesta fusão radica a nossa confiança e dela brota a coragem que nos anima: na nulidade e miséria da nossa vida, das nossas orações e ofertas, está Ele, o Senhor glorioso, que lhes comunica o mérito e a força da sua oração e do seu amor ao Pai. É isto que encerra a frase que repetimos: Ele está em nós e nós n'Ele. Eu vivo, eu rezo, mas já não sou eu; é Ele que vive e reza em mim. Ele vive a minha vida, anima-a, impregna-a e enche-a com o mérito e o valor da sua própria vida.

A nossa vida cristã é assim verdadeiramente uma participação na vida de Cristo, um reflexo da sua vida santa, totalmente entregue ao Pai. E isto tanto mais quanto mais profundamente estivermos enraizados n'Ele e quanto mais espaço dermos à sua acção sobre nós.

Toda esta realidade permanece ainda um mistério secreto que apenas apreendemos pela fé. *«A vossa vida está escondida com Cristo em Deus. Quando Cristo, que é a vossa vida, Se manifestar, então também vós vos manifestareis com Ele na glória»* (Col 3, 3 ss.). Ela resplandecerá por toda a eternidade com o brilho da sua glória. Tal é o desígnio que Deus tem para nós, pobres homens! Como devemos agradecer, sentir-nos felizes e alegrar-nos porque Cristo está em nós e nós n'Ele!

2. Consequências práticas do nosso estar em Cristo

«N'Ele temos a redenção pelo seu sangue, a remissão dos pecados» (Eph 1, 7). Quando nos unimos a Cristo no santo baptismo, quando fomos incorporados n'Ele, realizou-se em nós algo de inefavelmente grandioso; a

paixão e a morte de Cristo foram-nos comunicadas e assimiladas de tal modo que nós próprios, por assim dizer, as sofremos. No momento em que nos unimos como membros à cabeça, que é Cristo, constituímos «*uma pessoa mística*» e, por conseguinte, os seus méritos e a sua satisfação passam para nós, feitos membros de Cristo, feitos um com Ele no baptismo. É o que ensina São Tomás de Aquino quando diz: «*É esta a verdade: que n'Ele, em virtude da nossa incorporação em Cristo, a cabeça, obtemos o perdão dos pecados, porque a sua expiação e satisfação se tornam nossas, como se nós próprios tivéssemos dado plena satisfação pelos nossos pecados, ficando livres do castigo eterno que merecíamos e reconciliados com Deus em Cristo Jesus*» (*Summa theol.* III, q. 48, a. 1; q. 69, a. 2).

Somos igualmente adoptados por Deus Pai como filhos na caridade, em Cristo, em virtude da nossa incorporação n'Ele.

Ao nascer éramos filhos da ira (Eph 2, 3); agora somos em Cristo filhos amados de Deus. Que nobreza! O santo baptismo coloca-nos, como irmãos e irmãs, junto do Filho eterno do Pai, para participarmos com Ele no amor do Pai. «*Vede que amor nos concedeu o Pai: sermos chamados filhos de Deus, e realmente o sermos*» (1 Ioh 3, 1). Para nos tornar capazes do seu amor paterno, faz-nos membros do seu Filho amado e assemelha-nos a Ele de tal modo e eleva-nos a tal grau de união, que vê e ama em nós o seu Filho. Predestinou-nos a ser conformes à imagem do seu Filho, para que Ele seja o primogénito entre muitos irmãos (Rom 8, 29). Incorporados em Cristo, trazemos em nós os seus traços, e a sua vida e o seu Espírito apoderam-se de nós. O Pai derrama sobre nós o amor que tem ao seu Filho e, porque recebemos o Espírito da adopção filial, podemos dizer-Lhe: «*Abba, Pai!*», entrar em diálogo filial com Ele, escutá-Lo, interrogá-Lo, pedir-Lhe, dar-Lhe graças, adorá-Lo e amá-Lo. Que riqueza!

«*N'Ele fostes enriquecidos*» (1 Cor 1, 4).

Uma força nova e sublime actua em nós: «*Que Deus vos conceda iluminar os olhos do vosso coração, para que conheçais qual é a extraordinária grandeza do seu poder para connosco, os que acreditamos*» (Eph 1, 18-19). Na nossa vida cristã não estamos sós, obrigados a contar apenas com as nossas próprias forças. Uma força mais elevada e mais poderosa actua em nós. É nela que devemos apoiar-nos, apesar da nossa

fraqueza e precisamente porque somos tão fracos e débeis: *«Tudo posso n’Aquele que me fortalece»* (Phil 4, 13), isto é, em virtude de Cristo que actua em mim. *«É na fraqueza que o poder atinge a sua perfeição»* (de Cristo) (2 Cor 12, 9). A magnanimidade e a coragem invencível do Apóstolo São Paulo nos trabalhos, fracassos, perseguições e sofrimentos ultrapassam todas as forças naturais humanas (cf. 2 Cor 11, 16-33). Ele sabe que existe uma outra força que o sustém: *«É para isso que me afadigo e luto, com a energia da sua força que actua poderosamente em mim»* (Col 1, 29). E que poder é esse que vive nos nossos santos, inflama as suas orações e as suas palavras, torna fecundas as suas bênçãos e realiza maravilhas insuspeitadas! *«Isto não é virtude humana, mas graça de Cristo, que tanto pode e faz na carne fraca, que aquilo que a natureza sempre aborrece e evita, ela empreende e realiza com fervor de espírito. Não é conforme à condição humana levar a cruz, amar a cruz, castigar o corpo e reduzi-lo à servidão, fugir das honras, sofrer de boa vontade as injúrias, desprezar-se a si mesmo e desejar ser desprezado; sofrer toda a adversidade e dano, e não desejar prosperidade alguma neste mundo. Se olhares para ti mesmo, nada disto poderás fazer por ti. Mas, se confiares em Deus, Ele te enviará força do Céu e fará que o mundo e a carne te sejam sujeitos»* (Imitação de Cristo, livro 2, capítulo 12). *«Tal é a graça de Cristo»* (ibidem), o poder do Senhor que actua em nós.

«N’Ele fostes enriquecidos.» N’Ele a nossa vida, as nossas obras, sofrimentos e sacrifícios recebem um valor novo, mais elevado e mais sublime. Que valem as nossas acções e trabalhos considerados em si mesmos? Quão deficientes e imperfeitos são, todos eles envenenados pelo amor-próprio! Quão longe estão daquilo que deveriam ser! Mas, estando nós em Cristo, tudo muda. O Senhor derrama na nossa vida e nos nossos esforços, nos nossos trabalhos e sofrimentos, algumas gotas do valor e dos méritos da sua oração e do seu amor ao Pai. O Pai vê na nossa oração e na nossa actividade o espírito e o amor com que o seu Filho O ama. Através das nossas orações e súplicas distingue a voz do Primogénito, do seu Filho muito amado. A vida cristã alcança assim n’Ele o seu pleno valor. Com palavras persuasivas, o Apóstolo São Paulo recorda à jovem Igreja de Corinto que não tem motivo para se gloriar em méritos e grandezas terrenas. Não há nela estadistas nem grandes filósofos, nem ricos nem poderosos; apenas pobres e escravos desprezados, que nada significam aos

olhos do mundo; mas possuem a sua grandeza, «*valem alguma coisa*» em Cristo Jesus (cf. 1 Cor 1, 26-30). Na verdade, as grandezas terrenas nada significam diante da grandeza daquele que está em Cristo. Esta é a verdadeira grandeza diante de Deus, aquela que valoriza toda a vida do cristão aos olhos de Deus.

«*N'Ele fostes enriquecidos!*» N'Ele adquirem as acções e aspirações, os esforços e sofrimentos do cristão a fecundidade e eficácia prometidas pelo Senhor: «*Quem permanece em mim e Eu nele, esse dá muito fruto, porque sem mim nada podeis fazer. Quem não permanece em mim é lançado fora como o ramo e seca; depois apanham-no e lançam-no ao fogo*» (Ioh 15, 5-6). Ainda que façamos tudo o que está ao nosso alcance, somos incapazes, por nós mesmos, da mais pequena obra sobrenatural, incapazes de obras que produzam fruto para a vida eterna. Só em Cristo pode haver crescimento sobrenatural; só n'Ele podemos prosperar em bênçãos celestes, receber graça sobre graça e produzir frutos de vida eterna, não apenas para nós individualmente, mas também para todos os nossos irmãos e irmãs, para toda a Igreja e para toda a humanidade, em maior ou menor medida, conforme estivermos mais ou menos em Cristo e Ele em nós. A fecundidade deste «*estar em Cristo*» resplandece com claridade meridiana nos santos da Igreja. Tudo o que eles fizeram e sofreram, e os milagres que realizaram, não são senão fruto da acção do Senhor neles, de Cristo glorioso nos Céus. Também a nossa vida cristã e os nossos esforços serão fecundos n'Ele. Apesar da nossa própria impotência, confiamos na sua acção em nós.

A nossa grandeza e nobreza consistem, pois, em que nós estamos em Cristo e Ele vive e opera em nós. Não somos simples homens, dotados de determinadas qualidades naturais, com uma missão meramente humana: estamos incorporados em Cristo. Das profundezas do pecado e do afastamento de Deus fomos elevados ao estado de graça e da vida sobrenatural, para sermos, com Cristo, filhos de Deus e herdeiros do Céu.

Oxalá nos vejamos a nós mesmos como ramos vivos de Cristo, a videira, animados e fortalecidos pela graça e pela virtude de Cristo! «*Tudo posso n'Aquele que me fortalece*» (Phil 4, 13). Somos mais fortes do que todas as paixões, mais fortes do que todas as seduções do mundo e todas as concupiscências da carne. Nas nossas veias corre a força de Cristo vencedor

e triunfante sobre todos os inimigos. Acreditemos n'Ele! Apoiemo-nos n'Ele!

Membros de Cristo! O segredo da nossa força e da nossa grandeza consiste em permanecermos unidos à cabeça e em nos deixarmos guiar e conduzir por Ela; em não nos isolarmos, em não nos apoiarmos em nós mesmos, em não nos abandonarmos a uma confiança tola e orgulhosa nas nossas próprias forças, como se bastassem as nossas luzes e capacidades naturais, humanas; em pressentirmos as intenções e os desígnios da cabeça e querermos e fazermos aquilo que Cristo quer, colocando os nossos desejos e aspirações em perfeita consonância com os de Cristo, nossa cabeça.

Membros de Cristo! Tenhamos um santo respeito por nós mesmos, pela nossa alma, pelos nossos talentos, qualidades, dons e obras. Respeito pelo nosso corpo e pelos nossos membros! Já não nos pertencem, mas pertencem a Cristo, que é a cabeça. São Paulo chama membros de Cristo aos membros do nosso corpo e admoesta-nos dizendo: «*Tomarei então os membros de Cristo para os fazer membros de uma prostituta? Deus nos livre!*» (1 Cor 6, 15).

Membros de Cristo! Vejamos também nos nossos irmãos e irmãs os membros de Cristo. Tendo este santo e sobrenatural respeito pelos nossos irmãos e irmãs, meditemos nas palavras do Senhor: «*Em verdade vos digo: todas as vezes que fizestes isso a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim que o fizestes. E todas as vezes que deixastes de o fazer a um destes pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer*» (Mt 25, 40-45).

Não pensaríamos e falaríamos dos nossos próximos com muito maior respeito, benevolência e amor? Não seriam muito maiores o nosso zelo e a nossa dedicação, se víssemos neles os membros de Cristo?

«*Sabemos que permanecemos n'Ele e Ele em nós, porque nos deu do seu Espírito*» (1 Jo 4, 13).

O Espírito de Cristo vive em nós. Ele orienta-nos e impele-nos para Deus, para a verdade e para o bem. Concede-nos a decisão alegre e jubilosa de realizar na nossa vida os princípios de Cristo e do Evangelho, de renunciar ao pecado, de cumprir os mandamentos de Deus. Torna-nos fortes

na luta contra Satanás, no domínio de nós mesmos, na abnegação e no sacrifício, em nos deixarmos crucificar com Cristo. Impulsiona-nos ao amor de Deus, de Cristo e do próximo. É o Espírito da verdadeira sabedoria, da inteligência das coisas de Deus, do conselho, da fortaleza, da piedade, do santo temor de Deus. Ele transforma-nos, levando-nos a amar a solidão, o recolhimento, a oração, a pobreza, a castidade, a mortificação, a humildade e a obediência.

Ele exorta-nos, estimula-nos, admoesta-nos, fala-nos, concede-nos luz e força por meio das suas inspirações, dos seus auxílios e da sua graça. Nada somos por nós mesmos e abandonados aos nossos pobres juízos, conselhos, reflexões e esforços; mas o Espírito de Cristo age e vive em nós. *«Aquele a cujo poder e ciência todas as coisas estão sujeitas protege-nos, por meio das suas inspirações, contra a nossa pequenez, ignorância, cegueira ou dureza de coração»* (São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I-II, q. 68, a. 2, ad 3).

Que forças e auxílios tão maravilhosos nos são concedidos pela nossa união com Cristo! Se tivéssemos sempre e em todas as circunstâncias uma fé viva e consciente da nossa comunhão de vida com Cristo, possuiríamos um poderoso estímulo para a nossa ascensão à perfeição cristã.

XIX

O AMOR AO PRÓXIMO

*«Este é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como Eu vos
amei.»
Jo 15, 12*

Participamos da vida divina em Jesus Cristo, no qual fomos enxertados.

Mas a vida de Cristo é essencialmente, ao mesmo tempo que vida de imolação e de entrega ao Pai, vida de amor aos homens, seus «irmãos»; é vida de amor ao próximo. Ele é o bom samaritano que não sabe passar adiante sem nos prestar ajuda; o seu amor leva-O a inclinar-Se sobre as nossas feridas para derramar nelas vinho e azeite e conduzir-nos à hospedaria, a Igreja, onde possamos ser curados e, pela sua influência, continuar a viver. *«Acolhe os pecadores e come com eles»* (Lc 15, 2).

Se devemos participar da sua própria vida, a nossa deve ser também uma vida de caridade fraterna, porque *«nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros»* (Jo 13, 35).

1. Formas da caridade

Deus, ao criar o homem, infundiu-lhe, na sua infinita sabedoria, um impulso para amar e ser amado. A forma primitiva do amor humano é o amor sensível: inato em todo o homem, é a sua paixão natural mais forte e consiste nessa simpatia involuntária, nesse impulso espontâneo que sentimos para com uma pessoa ou um objecto, logo que descobrimos neles algum aspecto que nos agrada ou corresponde aos nossos gostos. Depende de nós dominar esse impulso mediante uma reflexão firme e uma vontade forte, a fim de o transformar numa fonte da nossa felicidade pessoal e da felicidade dos outros.

Se, pelo contrário, não soubermos dominar-nos de modo reflectido, podemos deixar-nos arrastar pelo amor para o caminho da perdição,

arrastando connosco outras pessoas. A paixão e o sentimento do amor produzem grandes bens nos homens, mas também quase todo o mal e quase todas as suas desgraças. Tudo depende de o amor ser orientado e vigiado ou de ser abandonado ao seu próprio desregramento. Este amor sensível, esta simpatia natural, encontra-se também no coração dos mais perfeitos. Todos sabemos, por experiência, quão vigilantes devemos permanecer perante estas inclinações e movimentos que surgem espontaneamente.

Existe, além disso, um *amor puramente natural e humano*, que encontramos por toda a parte entre os homens. Mais do que um sentimento, é já uma intenção e uma disposição da vontade, uma virtude: fruto do trabalho e da liberdade. É uma dilatação da alma, uma necessidade de união com outras almas; supera a estreiteza e a mesquinhez do próprio eu.

Quanto mais rica é uma alma, tanto maior e mais nobre é o seu amor. O amor alarga os horizontes e, ao mesmo tempo, aprofunda os sentimentos, as ideias e a compreensão: só aquilo que se ama se compreende perfeitamente. O amor, o amor puro e nobre, abre os olhos e torna o olhar mais penetrante; permite conhecer profundidades que permanecem ignoradas para quem não ama, para quem permanece insensível ao amor. Se for orientado para a verdade e para o bem, o amor confere à alma uma elevação, uma nobreza e uma perfeição tão sublimes que pode chegar a abranger todas as perfeições morais e todas as virtudes naturais.

Uma alma piedosa, verdadeiramente orientada para Deus, possui necessariamente este amor puro e nobre. Mas devemos despertá-lo continuamente em nós nas suas manifestações de benevolência humana e natural para com o próximo, seja ele quem for; no empenho leal de nos fazermos mutuamente felizes; no nobre desejo de não fazer sofrer ninguém, de ir sempre semeando alegria, ajudando e servindo; no esforço sincero por sermos justos, afáveis, bons e corteses uns para com os outros.

A virtude natural do amor não se fixa nas próprias necessidades nem procura o seu próprio interesse; funda-se unicamente no bem que encontra no irmão e, quando este abandonou o caminho recto, respeita pelo menos nele a natureza humana que o homem, mesmo desviado, não pode destruir, assim como não pode arrancar dela os germes de bondade que nela permanecem latentes. Mais ainda, encontra nesse desvio uma nova ocasião

para avivar a sua determinação de reconduzir o irmão ao bem que abandonou.

Com maior ou menor frequência, é o egoísmo que exerce uma influência decisiva sobre a virtude natural do amor, porque o amor é indispensável à nossa vida humana. Só quando possui um motivo puro alcança alturas morais dignas da mais elevada estima. A virtude natural do amor constitui o fundamento normal do amor propriamente sobrenatural ou caridade cristã, base da paz e da felicidade de uma família, de uma comunidade ou de uma nação.

O princípio teológico é o seguinte: o sobrenatural não destrói a natureza, mas pressupõe-na, enriquece-a e enobrece-a. Isto significa que o verdadeiro cristão, o homem realmente piedoso, é necessariamente um homem naturalmente nobre, altruísta, generoso, bom, de carácter recto, cheio de fé e de bondade, incapaz de qualquer injustiça nos seus juízos, palavras e obras, incapaz de mentira, deslealdade e diplomacia enganadora; um homem que sente a necessidade de proceder rectamente com todos e de dar sempre amor, todo o amor que puder.

É evidente que esta forma de amor exige esforço e superação pessoal. A prova do amor consiste em saber suportar, renunciar, ultrapassar os próprios interesses, perdoar e aceitar as humilhações. O amor genuíno e nobre deve saber o que pode amar e até onde o pode amar; e tem de amar simplesmente porque não pode deixar de amar. O amor natural é obra da vontade e, por isso, uma virtude, embora apenas uma virtude natural.

Este amor humano natural é amplamente ultrapassado pelo amor sobrenatural ao próximo ou caridade, que purifica o amor natural das imperfeições que facilmente se lhe aderem e o transforma em amor ao próximo por amor de Deus e de Cristo.

Porque *se funda no amor de Deus*, não é senão a sua mais bela flor. Faz-nos amar o próximo não por si mesmo nem por aquilo que nele nos atrai, mas porque Deus o quer, por um motivo sobrenatural, isto é, por um motivo tirado da fé e por um bem que só através da fé se conhece. A caridade leva-nos a amar o próximo por amor de Deus e de Cristo, que nos mandam amá-lo.

Deseja e quer para o próximo o bem sobrenatural e a salvação da alma, resgatada pelo sangue de Cristo. Reconhece no próximo um filho de Deus, a quem Deus ama e cuida com amor infinito. Vê no próximo o homem redimido por Cristo, o membro de Cristo, o próprio Cristo. «*Sempre que o fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes*» (Mt 25, 40).

A caridade cristã vê na alma do próximo as excelsas riquezas e os tesouros da vida divina, da habitação da Santíssima Trindade e do seu destino de participar eternamente na felicidade de Deus. A partir desta visão sobrenatural da fé, ama o próximo e deseja-lhe todos estes bens e valores sobrenaturais; deseja que ele abunde cada vez mais neles e seja assim mais feliz em Deus.

A caridade sobrenatural não é outra coisa senão o próprio amor de Deus derramado nos nossos corações pela graça santificante. No amor cristão ao próximo não fazemos mais do que estender ao próximo o nosso amor a Deus e a Cristo. Por conseguinte, podemos e devemos amar cristãmente, isto é, sobrenaturalmente, o próximo na medida em que amamos a Deus e a Cristo e estamos unidos a Eles por esse amor.

A nobreza sublime do amor cristão e sobrenatural ao próximo é tal que se identifica com o amor de Deus e de Cristo; é «*o amor de Deus derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado*» (Rom 5, 5).

A caridade cristã *manifesta-se na prática* como estima e respeito sobrenaturais pelo nosso irmão, filho de Deus, «*em quem o Pai pôs a sua complacência*» (Mt 3, 17), membro do Corpo Místico no qual honramos o próprio Cristo, templo da Santíssima Trindade, vaso no qual Deus quis derramar o seu amor e a sua vida. Manifesta-se num esforço constante por respeitar os direitos da verdade e da justiça ao pensar, julgar, falar e tratar o próximo; como tendência para observar, reconhecer e apreciar antes de tudo os seus aspectos favoráveis e para interpretar com benevolência e generosidade todas as suas faltas; como atitude de paciência, perdão, compaixão e prontidão para o socorrer em toda a necessidade material ou espiritual; como propósito de nunca cometer deliberadamente faltas de caridade contra ele, quer na nossa conduta, quer nas palavras, pensamentos

ou juízos. Em suma, a caridade cristã manifesta-se como uma determinação leal de dar amor, sempre e em toda a parte.

Nas comunidades, a virtude da caridade revela-se mais concretamente sob a forma do desejo de colaboração, para que todos constituam um só coração e uma só alma, e especialmente no firme propósito de viver em paz com todos e de formar verdadeiramente uma família em Deus, sendo todos filhos do mesmo Pai, membros do mesmo Corpo cuja cabeça é Cristo, vivificados todos pelo mesmo Espírito de Cristo, que é Espírito de amor.

Mas a caridade sobrenatural é tão forte que se sente impelida a amar também os inimigos: *«Amai os vossos inimigos e fazei bem aos que vos odeiam; bendizei os que vos amaldiçoam e orai pelos que vos caluniam. A quem te bater numa face, apresenta também a outra; e a quem te tirar a capa, não impeças que leve também a túnica. Dá a todo aquele que te pedir e não reclames de quem toma o que é teu. Amai os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai sem esperar recompensa. Sede misericordiosos, como o vosso Pai é misericordioso. Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoai e sereis perdoados. Dai e dar-se-vos-á; uma boa medida, recalcada, sacudida e transbordante será lançada no vosso regaço. A medida com que medirdes será usada convosco»* (Lc 6, 27 ss.).

2. Importância da caridade fraterna

«Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tivesse caridade, seria como bronze que soa ou címbalo que retine. E ainda que tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e tivesse uma fé capaz de transportar montanhas, se não tivesse caridade, nada seria. E ainda que distribuísse todos os meus bens e entregasse o meu corpo às chamas, se não tivesse caridade, de nada me aproveitaria. Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; mas a maior delas é a caridade. Aspirai, pois, a alcançá-la» (1 Cor 13, 1-3 e 13; 14, 1).

Se falta o amor, falta tudo; se há amor, tudo existe, porque o amor é a perfeição.

O amor cristão ao próximo é a *medida da nossa união com Deus*. Na noite de Quinta-Feira Santa, depois de instituir a Eucaristia e antes de iniciar a sua Paixão, o Senhor pronunciou a oração sacerdotal: o seu grande desejo é que *«todos sejam um»*. *«Rogo não somente por estes (os Apóstolos), mas também por aqueles que hão-de crer em Mim pela sua palavra, para que todos sejam um, como Tu, Pai, estás em Mim e Eu em Ti, para que também eles sejam um em Nós»* (Jo 17, 20-21).

Pai, Filho e Espírito Santo, a Santíssima Trindade, multiplicidade na unidade de um mesmo amor, de um mesmo pensar, querer e agir; unidade de um amor que une o Pai e o Filho por meio do Espírito Santo! Nesta união inefável encontramos o modelo de toda a vida comunitária. *«Que eles sejam um, como Tu, Pai, estás em Mim e Eu em Ti.»* Estamos, pois, em comunhão viva e vital com Deus e participamos da santíssima e felicíssima vida intratrinitária na medida em que estamos unidos entre nós pela caridade.

Para que não possa subsistir qualquer dúvida, continua Jesus: *«Eu dei-lhes a glória que Tu Me deste, para que sejam um, como Nós somos um. Eu neles e Tu em Mim, para que a sua unidade seja perfeita»* (Jo 17, 22). O Pai deu-Lhe a glória da filiação divina, que o próprio Cristo estendeu a nós quando, por meio da graça santificante infundida no Baptismo, nos tornámos participantes da sua vida divina. Com que finalidade? *«Para que sejam um, como Nós somos um.»*

A graça santificante une os espíritos e os corações dos cristãos de modo semelhante àquele com que a natureza divina une o Pai e o Filho no Espírito Santo. A graça santificante é participação na natureza e na vida divinas; e temos comunhão de vida com Deus, conservamos a graça e a adopção divinas, na medida em que estamos dispostos a ser um só coração e um só espírito com o nosso irmão. Precisamente porque é participação da vida divina, a graça santificante é essencialmente unificadora dos espíritos e dos corações, formadora de comunidades.

O primeiro fruto da graça e da adopção divina é, portanto, a caridade fraterna nas suas diversas manifestações, tanto exteriores como interiores. *«A caridade vem de Deus; todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece*

Deus» (1 Jo 4, 7). Participamos da vida divina na medida em que amamos o nosso irmão.

O nosso amor ao próximo é a *medida da nossa união com o Espírito de Cristo*. Os seus sentimentos para connosco são sentimentos de amor. «*Como Eu vos amei*» (Jo 15, 12). E quanto nos amou desde a Encarnação até à Cruz! Apesar da nossa indignidade, apesar dos nossos pecados, mesmo tendo previsto com absoluta clareza quão pouco corresponderíamos ao seu amor e com quanta ingratidão Lhe retribuiríamos, preferindo os nossos desejos insensatos e toda a espécie de ídolos, ofendendo-O continuamente e tornando a crucificá-Lo!

E quanto amor nos manifesta na sua vida eucarística! Tudo nela respira amor, um amor que só pensa em nós, que por nós se consome em sacrifício, oração e generosidade.

Jesus infunde constantemente na nossa alma a sua luz, a sua força e a sua vida; cultiva-a sem cessar, purifica-a por meio das suas graças actuais e dos acontecimentos que dispõe, permite ou tolera. Procura apenas unir-nos mais intimamente a Si e a Deus, para nos enriquecer, santificar e tornar felizes.

E quanto nos alcançou e nos reserva o seu amor para a eternidade! «*Nem os olhos viram, nem os ouvidos ouviram, nem jamais passou pelo coração do homem o que Deus preparou para aqueles que O amam*» (1 Cor 2, 9).

Assim nos ama Cristo. Mas qual é, pelo contrário, o grau da nossa união de espírito com Ele? Até que ponto somos «um» com Ele? Até ao ponto em que amamos. «*Este é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como Eu vos amei.*» Participamos realmente da vida de Cristo, nossa cabeça, na medida em que amamos os nossos irmãos.

A nossa caridade fraterna é a *medida do nosso amor a Cristo*. O nosso Salvador é muito claro nas suas exigências. Um dia será o nosso juiz e, afinal, que nos pedirá? Amor, caridade. Segundo que lei? «*O que fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes. Tive fome e destes-Me de comer; tive sede e destes-Me de beber; era peregrino e*

acolhestes-Me; estava nu e vestistes-Me; enfermo e visitastes-Me; preso e fostes ver-Me.» Então os justos perguntar-Lhe-ão: «*Senhor, quando Te vimos com fome e Te demos de comer? Ou com sede e Te demos de beber? Quando Te vimos peregrino e Te acolhemos, ou nu e Te vestimos? Quando Te vimos doente ou na prisão e fomos visitar-Te?*» E Ele responderá: «*Em verdade vos digo: todas as vezes que o fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes*» (Mt 25, 34 ss.). No próximo amamos Cristo; no membro, a cabeça; no ramo, a videira. O amor cristão ao próximo é amor de Cristo.

Muitos perguntam a si mesmos se amam Cristo e procuram sinais pelos quais possam descobrir e reconhecer esse amor. O sinal que nunca engana é a caridade fraterna. Sempre que faltamos contra o nosso irmão, sempre que somos injustos ou frios para com ele, duros nas palavras, nas obras ou nos juízos, ofendemos ao mesmo tempo Cristo e um dos seus membros, por quem o Filho de Deus Se fez homem e morreu na Cruz, e a quem acaricia com amor infinito para santificar e salvar a sua alma. É impossível amar Cristo e, ao mesmo tempo, não ter caridade para com o irmão.

A caridade fraterna é também a *medida do estado da nossa vida interior*, especialmente da *nossa vida de oração*. Rezamos todos os dias no Pai-Nosso: «*O pão nosso de cada dia nos dai hoje; perdoai-nos as nossas ofensas...; não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal.*» Mas só podemos rezar assim se amarmos sinceramente os nossos irmãos, cada um dos nossos irmãos.

Talvez assistamos diariamente ao Sacrifício Eucarístico. Rezamos e oferecemos como comunidade — um por todos, todos por um —, fazendo nossos os sofrimentos e as alegrias do irmão. Mas, se nos falta o amor fraterno, excluimo-nos por nossa própria culpa da oração e do sacrifício comuns e não teremos participação alguma, ou apenas mínima, na Santa Missa.

Recebemos a Sagrada Comunhão, «*sacramento da unidade e vínculo da caridade*», como lhe chama Santo Agostinho; mas o primeiro fruto da Comunhão é a unidade do Corpo Místico de Cristo, a intimidade dos corações, «*para que todos sejam um*». O fruto essencial da Comunhão é o amor, a inclinação para a vida em comum, o desejo de formar um só

coração e um só espírito com o irmão, apesar dos graves obstáculos que o nosso amor-próprio e o nosso egoísmo possam acumular.

Quantos se aproximam do altar pela manhã e depois, apenas regressam a casa e retomam a sua vida habitual, acumulam cada vez mais faltas contra a caridade nos seus juízos, nas suas palavras e em todo o seu comportamento! Apesar de tantas comunhões, meditações e orações, são ásperos, caprichosos, desleixados, frios, impacientes e inflexíveis. Onde está o verdadeiro amor? Onde está a benevolência, o juízo delicado, a conversa cortês e o trato cordial?

Não queremos dizer que nunca, nem sequer ocasionalmente, possamos cair em alguma falta de caridade, mesmo após as comunhões mais fervorosas. Mas essas faltas devem provocar arrependimento e reparação imediatos. Na alma bem-disposta existe sempre um propósito vivo, firme e decidido de perdoar, sofrer, ajudar, bem como uma disposição constante para praticar actos de caridade.

Se na alma criou raízes este desejo de amar e este ideal de amar desinteressadamente, ela possui nisso a prova mais convincente de que as suas comunhões, confissões, meditações e toda a sua vida de oração estão em ordem, são sinceras e produzem fruto.

A caridade fraterna é a *medida do grau do nosso amor-próprio*. Este costuma esconder-se habilmente em nós sob aparências de virtude, mortificação, zelo, apostolado e semelhantes. Mas possuímos uma pedra de toque infalível para determinar a nossa verdadeira virtude: a nossa atitude para com o próximo nos mil casos da vida prática.

A alma dominada pelo amor-próprio é susceptível, ciumenta, desconfiada, fria, parcial e injusta nos seus juízos. Quem quiser conservar a caridade deve morrer para o espírito próprio e para as suas preferências e gostos pessoais; quem quiser amar deve possuir uma virtude íntegra, humildade, paciência e desinteresse.

Só uma grande virtude é capaz da caridade cristã, porque «*a caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não é arrogante, não se ensoberbece, não suspeita mal, não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a*

verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» (1 Cor 13, 4-7). A caridade inclui toda a virtude e toda a perfeição. Se ela reina em nós, o amor-próprio foi destruído.

* * *

«*Este é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como Eu vos amei.*» No centro da vida cristã está o amor, a caridade cristã sobrenatural, que é a mesma coisa que o amor de Deus. A ela estão estreitamente ligados todos os mandamentos e nela culmina toda a lei. A verdadeira caridade não se contenta em não pecar ou em não faltar directamente contra o próximo; anseia por traduzir os seus sentimentos interiores em pensamentos, palavras e obras. Não pode dar-se descanso enquanto não tiver feito tudo o que está ao seu alcance.

Examinemo-nos seriamente acerca da caridade, não para descobrir se faltamos a ela, mas para ver se amamos positivamente e em que medida; se fazemos o bem, se estamos dispostos a ajudar o irmão, a servi-lo, a fazê-lo feliz, a amá-lo «*como Cristo nos amou*» e nos ama.

«Não vos admireis, irmãos, se o mundo vos odeia. Nós sabemos que passámos da morte para a vida porque amamos os irmãos. Quem não ama permanece na morte. Todo aquele que odeia o seu irmão é homicida, e sabeis que nenhum homicida possui em si a vida eterna. Nisto conhecemos o amor: Ele deu a sua vida por nós; também nós devemos dar a vida pelos nossos irmãos. Se alguém possuir bens deste mundo e, vendo o seu irmão passar necessidade, lhe fechar o coração, como pode permanecer nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos com palavras nem com a língua, mas por obras e em verdade» (1 Jo 3, 13-18).

XX

O SANTO AMOR DE DEUS

«Amarás o Senhor, teu Deus.»

Mt 22, 37

A sabedoria de Deus tende a elevar-nos, a nós homens, da nossa condição de nada e a fazer-nos participar da sua vida. Mas a sua vida é amor. *«Deus é caridade»* (1 Jo 4, 8). Por isso, a nossa vida deve ser também caridade; temos de arder na chama daquele amor que é o próprio Deus.

1. O mandamento do amor

Deus exige o nosso amor, o meu amor em particular, a ponto de nos dar este mandamento: *«Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas»* (Mt 22, 37-40).

Amar a Deus é o maior e o primeiro mandamento, que vincula a nossa consciência e a obriga em todos os momentos. É um mandamento sem limites: por mais que façamos, nunca o cumprimos de tal modo que possamos dizer: «já basta»; temos sempre de continuar a amar. É um mandamento que nos obriga a amar a Deus com *«todas as nossas forças»* (Mc 12, 30).

Cumprimos verdadeiramente este mandamento? Não perguntamos se possuímos agora, hoje, o perfeito amor de Deus; perguntamos antes se as nossas aspirações e os nossos desejos constantes são os de amar sempre mais, cada vez mais perfeitamente, a Deus. É assim que cumprimos o mandamento principal e, por conseguinte, toda a nossa solicitude deve concentrar-se seriamente no esforço de dilatar o coração, de nos aperfeiçoarmos no amor, de chegarmos a um amor pleno e indiviso.

Podemos realmente amar a Deus? Podemos nós, miseráveis pecadores, abraçar com amor o Deus infinitamente santo e excelso? Podemos elevar-

nos até Ele nas asas do amor? Por nós mesmos, não; não o podemos com um amor que brote apenas das nossas próprias faculdades. Mas podemos fazê-lo com o amor que Ele mesmo acende nos nossos corações, com a graça santificante.

Quando recebemos o santo Baptismo, «*o amor de Deus foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo*» (Rom 5, 5). Com este amor, concedido pelo próprio Deus, podemos amá-Lo e cumprir o mandamento que nos deu de O amar. É a virtude divina da caridade: divina não apenas porque tem Deus por objecto, nem apenas porque nos une a Deus, tornando-nos um com Ele; é sobretudo divina porque, por meio dela, amamos Deus do mesmo modo que Ele Se ama a Si mesmo e pode amar-Se em virtude da sua natureza divina, com um amor que quer Deus por Si mesmo e quer tudo o mais que não é Deus por amor de Deus e em Deus.

O amor divino derramado nos nossos corações é ainda algo mais: é participação no amor com que Deus Se ama a Si mesmo e ama tudo o que existe fora d'Ele; é a centelha, a chama da fornalha do próprio coração de Deus. Faz-nos ser um só espírito com Deus, fundidos n'Ele, por assim dizer, como duas chamas que se unem e formam um único fogo.

Graças a este amor divino derramado nos nossos corações, o Deus Uno e Trino é verdadeiramente o nosso Deus e habita em nós, conforme nos assegura o Senhor: «*Se alguém Me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e viremos a ele e faremos nele morada*» (Jo 14, 23). «*Se alguém Me ama*», isto é, com um amor acima de todas as coisas, com um amor cujo motivo profundo já não é a perfeição do próprio eu, nem a esperança da recompensa, nem o temor do castigo, mas unicamente Deus, a sua vontade e a sua glória. Bem-aventurado tal amor, porque Deus encontrará nele a sua alegria e complacência!

O santo amor de Deus manifesta-se de diversas formas. Uma delas é o amor de complacência em Deus, na sua grandeza, nos seus atributos, nas maravilhosas obras da criação, da redenção e do mundo da graça. Admiramo-Lo, alegremo-nos com a sua grandeza e com as suas obras, louvamo-Lo e glorificamo-Lo. Do amor de complacência nasce o amor de benevolência. Desejamos que Deus seja mais conhecido e mais amado por

nós e por todos os homens. Venha a nós o vosso Reino; seja feita a vossa vontade!

Outra manifestação do santo amor de Deus é a conformidade da nossa vontade e das nossas obras com aquilo que Deus quer e deseja. Submetemos o nosso querer e o nosso agir à santa vontade de Deus. O nosso amor é um amor de amizade com Deus, pelo qual nos entregamos totalmente a Ele. Deus é o centro do nosso ser e da nossa vida. Deus, que outrora habitou entre nós sob forma humana e nos chamou seus amigos.

«Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; chamo-vos amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai vo-lo dei a conhecer» (Jo 15, 15). Que sentimentos de amor e gratidão para com o misericordioso benfeitor das nossas almas deve despertar esta divina condescendência para connosco!

Uma forma essencial do amor de Deus é o amor ao próximo. Com a força e a disposição do amor de Deus derramado nos nossos corações, abraçamos também com amor todas as criaturas saídas das mãos de Deus, particularmente os homens, nossos próximos. Neles abraçamos os filhos de Deus, resgatados pelo preço do sangue de Cristo, adornados com a graça santificante, templos consagrados do Deus vivo e destinados à bem-aventurança eterna.

O amor cristão ao próximo é, tal como o amor de Deus, um amor santo, sobrenatural e divino. Está muito acima do mais nobre amor humano natural, porque é o cumprimento radical do maior e primeiro mandamento: *«Amarás o Senhor, teu Deus, e ao próximo (por amor de Deus) como a ti mesmo.»*

2. Os frutos do amor de Deus na alma

O amor, como a mais eminente de todas as virtudes, reveste-nos com a túnica da santidade. É o *«vínculo da perfeição»* (Col 3, 14), encerra em si todas as virtudes e dá-lhes a sua orientação para Deus. Nada há de maior nem de mais santo que possamos fazer do que amar, e por nenhum outro meio podemos santificar-nos senão pelo amor.

O amor une-nos a Deus e transforma as nossas faculdades espirituais. Inclina a inteligência a conformar-se com a loucura da Cruz; liberta a vontade de toda a obstinação e capricho próprio, tornando-a dócil à vontade divina; o coração dispõe-se cada vez mais, com as suas tendências, desejos e impulsos, a entregar-se por amor à glória de Deus e à salvação do próximo, derramando, se necessário, o próprio sangue. Porque «*o amor é forte como a morte*» (Ct 8, 6).

Diz a *Imitação de Cristo*: «*Grande coisa é o amor, e bem extraordinariamente grande; só ele torna leve tudo o que é pesado e suporta com igualdade tudo o que é desigual. Leva o peso sem sentir o peso e torna doce e agradável tudo o que é amargo. Anima a realizar grandes coisas e move a desejar sempre o mais perfeito*» (Livro III, cap. 5).

O santo amor de Deus simplifica enormemente tanto a vida exterior como a interior do homem. Deus, como espírito puro, é essencial e infinitamente simples; o amor que nos une a Deus torna-nos semelhantes a Ele e comunica-nos a sua santa simplicidade. Torna simples a nossa inteligência, os nossos juízos, os nossos critérios e as nossas aspirações.

Vemos os nossos próximos em Deus, em Cristo que habita neles e de quem são membros do Corpo Místico. Em todas as conjunturas e circunstâncias da vida reconhecemos a bondade e a sabedoria de Deus. Temos um único desejo, fazemos um único esforço: que Deus seja glorificado e que a sua vontade seja cumprida. Já não somos vítimas, como antes, de mil inquietações, desejos e preocupações. Encontramos repouso na santa vontade de Deus. Amamos tudo o que devemos amar: o próximo, a profissão, o trabalho, a oração; mas amamo-lo tudo em Deus; vemos, procuramos e queremos em tudo a sua santa vontade.

Este santo amor simplifica também os nossos interesses e inclinações pessoais. Aquilo que antes amávamos — conversas, leituras e semelhantes — torna-se-nos cada vez mais insípido. Limitamos o nosso convívio e contacto com os homens. O amor-próprio bate em retirada em todas as frentes. Fazemos com toda a simplicidade aquilo que julgamos ser o nosso dever, sem nos preocuparmos com o que os outros dizem ou pensam de nós. Prosseguimos tranquilamente o nosso caminho, preocupados unicamente em agradar a Deus.

Deus simplifica igualmente a oração da alma amante. Ela já não é capaz de múltiplas considerações, propósitos e pensamentos, nem de contínuas perguntas e respostas. A sua oração é serena e simples: um momento de convívio filial com o Pai. Árida ou mergulhada numa alegria íntima, recolhida ou distraída contra a sua vontade, mas sempre feliz, em união com Deus, que conhece todos os desejos do nosso coração, mesmo quando não lhos enumeramos um a um.

«O mais pequeno acto de amor puro tem maior valor aos olhos de Deus e é mais proveitoso para a Igreja do que todas as outras obras juntas», diz São João da Cruz, referindo-se à incomparável fecundidade do santo amor de Deus. Que pensar, então, da vida inteira dessas almas felizes que realizam quase sem interrupção actos e obras de amor? Essas almas são as únicas que dão toda a glória a Deus.

E quem pode cooperar melhor do que elas na realização dos desígnios salvíficos de Deus? Todos os seus pensamentos e sentimentos, todo o seu querer e agir são, por assim dizer, uma obra de perfeito amor. A elas se aplicam as palavras de São Francisco de Sales: *«Tudo o que se faz por amor é acto de amor.»* Inúmeros homens devem a estas obras dos perfeitos amantes a graça da conversão, a vitória nas tentações, a coragem no combate, a graça da vocação sacerdotal e religiosa e a graça da perseverança.

«Com ela (com o perfeito amor de Deus) vieram-me todos os bens juntamente, e pelas suas mãos recebi uma riqueza incalculável. É para os homens um tesouro inesgotável, e os que dele se servem tornam-se participantes da amizade de Deus» (Sab 7, 11-14).

Todos somos chamados aos cumes do amor. Esta é a meta para a qual corremos: *«Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento e com todas as tuas forças»* (Mc 12, 30). Quem cumpre perfeitamente este mandamento? O amante que nada sabe nem procura senão Deus e que jamais se cansa de O amar ardentemente.

Só Deus! Mas não apenas quando os anos tiverem passado e os cabelos começarem a embranquecer, como se devêssemos dedicar os melhores anos

da nossa vida exclusivamente à fase negativa da purificação do coração de todos os pecados. Já desde agora, desde os primeiros anos e desde o início da nossa entrega a Deus, aspiremos ao amor e aprendamos a amar.

No amor estão contidas todas as virtudes, e do amor nascem todas elas; é com amor que devem ser praticadas. Seja esta a nossa regra: não chegar ao amor ao fim dos anos e através das outras virtudes, mas, pelo contrário, alcançar a perfeição de todas as virtudes através do amor.

«Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento e com todas as tuas forças.» «*Procurai alcançar a caridade*» (1 Cor 14, 1).